

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PUCSP

Juliana Brancaccio dos Santos

Operárias Têxteis: Cotidiano e Trabalho em São Paulo
(1930-1948)

Mestrado em História

SÃO PAULO
2009

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PUCSP

Juliana Brancaccio dos Santos

**Operárias Têxteis: Cotidiano e Trabalho em São Paulo
(1930-1948)**

Mestrado em História

Dissertação apresentada à Banca Examinadora como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo sob a orientação do Prof. Dr. Antônio Rago Filho.

**SÃO PAULO
2009**

Banca Examinadora

Agradecimentos

À Nonna Luiza, Tia Yolanda e D. Maria que me deram a honra de compartilharem suas histórias de vida comigo e sem as quais, este trabalho seria impossível. Agradeço também pela autorização por parte de todas as entrevistadas, para que eu pudesse usar os depoimentos nesta pesquisa.

A meu orientador Prof. Dr. Antonio Rago Filho pela amizade, pelos ensinamentos, pelo esforço, carinho e dedicação demonstrados desde os primeiros momentos desta pesquisa até sua conclusão e espero que por toda a minha vida.

A minha Banca Examinadora Prof^a. Dr^a. Vera Lúcia Vieira, professora que me acompanha desde a graduação e por quem mantenho intensa admiração e a Prof^a. Dr^a. Livia Cotrim por todo apoio, atenção e ensinamentos.

A CAPES que me proporcionou a bolsa de estudos essencial para que o mestrado fosse possível.

A todos meus familiares que suportaram diversas ligações e pedidos de nomes, datas e lugares. À minha Tia Maria que tornou possível os encontros com sua mãe Yolanda e sua tia Maria e a Rosária, filha de D. Maria, pela dedicação e atenção comigo.

A Niobe e Lourdes Xandó pelo apoio, amizade e incentivo durante todo o período do mestrado.

A meus colegas de graduação e do mestrado em especial ao “Núcleo de Estudos: Diálogos Sobre a Historiografia da Era Vargas”.

Meu agradecimento especial ao Luís Henrique não só pelas discussões, opiniões e leituras dos textos, mas por ter se tornado um grande e querido amigo.

Também agradeço a Miguel Di Ciurcio pela hospedagem durante a pesquisa na UNICAMP.

A minha prima Neuzinha responsável pela revisão do trabalho e por acrescentar observações essenciais para o engrandecimento deste.

Para o Noel com amor e carinho pela paciência e apoio durante toda esta árdua trajetória.

Por último e não menos importante para minha mãe Ignez pelo apoio incondicional e por lutar sempre com muito esforço para que eu pudesse realizar todos os meus sonhos.

“Escrever a história das mulheres é sair do silêncio em que elas estavam confinadas”.

(Michelle Perrot, *Minha história das Mulheres*, p.16)

Resumo

Operárias Têxteis: Cotidiano e Trabalho em São Paulo (1930-1948)

Este trabalho pretende estudar o cotidiano familiar e fabril de operárias têxteis no período entre 1930 e 1948, partindo dos depoimentos de Luiza Brancaccio, Yolanda Helena Lavallo Blancacco e Maria Lavallo Allegranzi.

Para tanto, partimos de duas frentes de trabalho. A primeira trata da vida fora da fábrica, do cotidiano nos bairros, o lazer aí proporcionado, da convivência familiar, dos namoros, casamentos e nascimentos dos filhos.

A segunda examina o trabalho operário sob o contexto da indústria têxtil paulista e a inclusão de um grande contingente de operárias nesta indústria. Analisaremos os tipos de atividade desenvolvidos pelas operárias, a dura realidade do trabalho infantil e como todas estas questões eram amparadas na legislação social.

Por fim trabalharemos com a visão que a sociedade nutria a respeito das mulheres, a quais papéis estavam sujeitas e como lidavam com estas demandas sociais; mostrando também que já neste período as notícias sobre a evolução feminina chegavam às páginas dos jornais.

Devemos assinalar que não é nossa pretensão representar o conjunto das operárias têxteis do período abordado através das histórias de vida das depoentes. Queremos através de seus relatos, adentrar em uma esfera da industrialização brasileira e da realidade feminina; temas de considerável importância para a história do Brasil, e que em um primeiro momento de nosso trabalho serviram como facilitadoras nessa tarefa.

Palavras-Chave: Operárias Têxteis, Cotidiano, Indústria Paulista e História de Gênero.

Abstract

Women Workers in the Textile Industry: Living and Working in São Paulo (1930-1948)

This paper studies the daily and working lives of textile mill women workers between 1930 and 1948, using as a starting point the accounts given by Luiza Brancaccio, Yolanda Helena Lavallo Blancacco and Maria Lavallo Allegranzi.

The focus of the study is twofold. Firstly, the author discusses life beyond the mill, describing these women's daily lives in their neighborhoods, their leisure activities, courtship and dating, marriage and the birth of their children.

Secondly, the author discusses labor within the São Paulo state textile industry and the large numbers of women workers found in mills. The paper analyses the various types of activities carried out by women workers, the harsh reality of child labor and how these issues were addressed by the social welfare legislation at the time.

Finally, the paper looks at the level of respect accorded to these women by society, the roles they were subject to and how they dealt with these societal demands, highlighting that even in those early days news about women's evolution were being published by the press.

It is important to underscore that the author does not claim the interviewees' accounts to represent the entire universe of women textile workers in the period. Through these accounts the author wishes to discuss the Brazilian industrialization scene and the situation of women, two topics of great relevance in the history of Brazil. In the early days of our research, these life stories acted as enablers of our task.

Keywords: Textile Mill Women Workers, Daily Life, Manufacturing in São Paulo state and Gender History.

Sumário

Introdução.....	01
Capítulo 1 – Família, Cotidiano, Lazer e Trabalho Infantil.....	21
1.1 Tutti Buona Gente.....	21
1.2 Braz do Brasil, Braz de Todo o Mundo.....	28
1.3 Uma Rápida Passagem Pela Escola.....	36
1.4 O Trabalho do Menor e a Legislação Trabalhista.....	38
1.5 A Experiência de Ser Criança e Ser Trabalhador.....	42
Capítulo 2 – O Cotidiano Dentro do Palácio de Tijolos.....	53
2.1 A Industrialização Brasileira e a Indústria Têxtil em São Paulo..	53
2.2 O Trabalho Feminino na Indústria Têxtil.....	64
Capítulo 3 - De Operárias a Donas de Casa – Namoro, Casamento, Maternidade e Evolução Feminina.....	101
3.1 Jovens Enamoradas.....	103
3.2 Jovens Casadas.....	111
3.3 Maternidade e Trabalho.....	120
3.4 A Evolução Feminina nos Jornais <i>A Platéia</i> e <i>A Plebe</i>	129
Considerações Finais.....	141
Referências Bibliográficas.....	143
Anexos.....	151

Introdução

Este trabalho teve como ponto de partida o estudo das mulheres, lançando um foco no cotidiano de operárias da indústria têxtil em atividade entre os anos 1930 e 1948. Para tanto, utilizamos como fonte entrevistas realizadas com Luiza Brancaccio, Yolanda Helena Lavallo Blancacco e Maria Lavallo Allegranzi.

As entrevistadas trabalharam em tecelagens durante as décadas de 30 e 40 e nesses estabelecimentos moldaram suas vidas nas engrenagens dos teares. Nosso projeto, longe de pretender abarcar a trajetória de vida de todas as operárias têxteis de São Paulo, quer simplesmente que essas histórias sejam contadas. Mesmo que Luiza, Yolanda e Maria não representem todo o contingente do operariado feminino em atividade nesse período histórico, daremos voz a elas para (re)conhecer relatos do cotidiano operário, relato de mulheres.

Luiza, hoje com 93 anos, começou a trabalhar aos oito acompanhando na fábrica sua mãe, também operária tecelã. Mais tarde, aos 15, em 1930, entrou na Companhia Anglo Brasileira de Juta e lá permaneceu até 1944, ano de nascimento de sua segunda filha.

Maria, 88 anos, começou a trabalhar aos 12 no Cotonifício Adelina, onde permaneceu por três anos. A seguir trabalhou na Tecelagem Maria Ângela até o nascimento de seu segundo filho, em 1948.

Yolanda, 86 anos, começou a trabalhar aos 12 como empregada doméstica. Aos 15, por indicação de sua irmã Maria, foi admitida no Cotonifício Adelina, onde permaneceu cerca de cinco anos até se empregar na Tecelagem Maria Ângela. Deixou essa fábrica em 1946, ano de nascimento de sua primeira filha.

O recorte temporal desta pesquisa toma como base a entrada de Luiza na Companhia Anglo Brasileira de Juta, em 1930, e a saída de Maria da Tecelagem Maria Ângela, 1948.

De seu diversificado corpo documental fazem parte, além das entrevistas com Luiza, Maria e Yolanda, artigos dos jornais *A Platéia*, *A Plebe* e *O Trabalhador Têxtil* e da revista do IDORT; o trabalho de conclusão de curso de Beatriz Barros de Ulhoa Cintra *Acidentes do trabalho referentes ao operariado têxtil de S.Paulo*, apresentado na Escola de Serviço Social em 1940; os livros, *Parque Industrial*, de Patrícia Galvão e *Brás, Bexiga e Barra Funda* de António de Alcântara Machado; os dados apresentados

por Roberto C. Simonsen em *Evolução Industrial do Brasil e Outros Estudos*, bem como a legislação trabalhista vigente no período abordado.

Em um primeiro momento, dado o rol de fontes apresentadas, tende-se a concluir que a documentação disponível é abundante. Mas na verdade é bem escassa e esta é uma das principais dificuldades com que nos deparamos.

Escrever a história de gênero, como acontece com todos os escritos historiográficos, não é tarefa fácil. A feminina, especificamente, apresenta ainda uma camada difícil de penetrar. São séculos de uma história relegada à desimportância. Nas raras vezes em que foi contada, o foi por uma ótica preconceituosa criadora de estereótipos, sendo que, muitos deles, permanecem intactos até nossos dias.

A escrita dessa história ganha força na década de 70, com o movimento feminista, quando a discussão sobre a condição das mulheres toma corpo nos lares, ruas e universidades. Neste movimento, a historiadora Michelle Perrot, juntamente com Pauline Schimitt e Fabienne Bock, na época todas lecionavam na Universidade de Paris VII – Jussieu, lançam em 1973 um curso cuja a questão principal e seu tema era *As mulheres têm uma história?* Hoje nos dá satisfação e orgulho saber que a resposta para esta pergunta é sim, as mulheres têm uma história. Essa história precisa ser contada, e é exatamente isto que pretendemos com este trabalho.

Michelle Perrot afirma que se trata de *um desejo análogo de inverter as perspectivas historiográficas tradicionais* é quase um compromisso *de mostrar a presença real das mulheres na história*¹ e que graças aos esforços de historiadoras e historiadores já se tornou uma história possível.

Sobre o tema história das mulheres e a importância de sua escrita, a autora apresenta:

“A história das mulheres e das relações entre os sexos coloca de maneira muito feliz a questão da permanência e da mudança, da modernidade e da ação, das rupturas e das continuidades, do invariante e da historicidade (...) Objeto de pesquisas precisas e necessárias, terreno sonhado pela micro história ela é também um terreno de reflexão maior, ‘teórico’ (...) Ela interroga a linguagem e as estruturas do relato, as relações do sujeito e do objeto, da cultura e da

¹ PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 171.

natureza, do público e do privado. Ela coloca em questão as divisões disciplinares e as maneiras de pensar”².

Até recentemente a escrita da história e, inclua-se aí a história feminina escrita tanto por homens como por mulheres, foi permeada pelo preconceito de gênero, relegando às mulheres o papel de meras coadjuvantes.

Encontrar dados sobre mulheres em documentos não é tarefa fácil³. A maioria deles diz respeito ao público, principalmente os documentos oficiais. Séculos de história sedimentaram a idéia de que a esfera pública não pertence às mulheres. Cabe a elas o privado, sobre o qual há pouca documentação. Perrot destaca o discurso naturalista que divide homens e mulheres em espécies diferentes e relega *aos homens, o cérebro (muito mais importante do que o falo), a inteligência, a razão lúcida, a capacidade de decisão. Às mulheres, o coração, a sensibilidade, os sentimentos* (1988, p.177). E continua: *este relato que, por muito tempo, ‘esqueceu’ as mulheres, como se, por serem destinadas à obscuridade da reprodução, inenarrável, elas estivessem fora do tempo, ou ao menos fora do acontecimento.* (2005, p.9)

A autora nos alerta para o déficit de registro primário existente sobre as mulheres. Elas aparecem quando saem às ruas para protestar contra o preço dos alimentos, quando confrontam comerciantes e senhorios, quando ameaçam subverter a ordem das coisas.

No Brasil, esses estudos também se iniciam nos anos 70, ganhando força nas décadas de 80 e 90. A discussão se apresentava com relação ao tema “história das mulheres” ou “relações de gênero”. Historiadoras como Heleieth Saffioti, Celi Pinto, Eva Blay, Maria Luiza Heilborn, Eleonora Menicucci de Oliveira, Albertina de Oliveira Costa, Cristina Bruschini, Elisabeth Lobo, Lia Zanotta, Lena Levinas e Margareth Rago, entre outras, fundam o Núcleo de Estudos de Gênero Pagu. E como Margareth Rago relata⁴, o tema invade os círculos acadêmicos, conseqüência também do aumento de mulheres na universidade, que passam a reivindicar seu espaço e sua história. De acordo com a historiadora:

² PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história*. São Paulo: EDUSC, 2005. pp. 25-26.

³ “A carência de fontes diretas, ligada a essa mediação perpétua e indiscreta, constitui um tremendo meio de ocultamento. Mulheres enclausuradas, como chegar até vocês?” Ver: PERROT. M, Op.cit., 1988, p. 186.

⁴ RAGO, Luzia Margareth. “Descobrimo Historicamente o Gênero” In: *Cadernos Pagu* (11) 1998: p. 89.

“Na área dos estudos feministas, a convergência das problematizações é evidente, muito embora a preocupação central, neste caso, seja a de questionar a dominação masculina constitutiva das práticas discursivas e não discursivas, das formas de interpretação do mundo dadas como únicas e verdadeiras. As mulheres reivindicam a construção de uma nova linguagem, que revele a marca específica do olhar e da experiência cultural e historicamente constituída de si mesmas. Mais do que a inclusão das mulheres no discurso histórico, trata-se, então, de encontrar as categorias adequadas para conhecer os mundos femininos, para falar das práticas das mulheres no passado e no presente e para propor novas possíveis interpretações inimagináveis na ótica masculina”⁵.

E como adentrar nos mundos femininos, como descobrir o que aconteceu na vida dessas mulheres se elas não saíram às ruas, não participaram de movimentos femininos, e nem questionaram a dominação masculina? Elas também não têm direito de dar visibilidade as suas histórias? A questão que se coloca neste ponto é como chegar nestas mulheres, como compreender suas vidas, seus cotidianos? A primeira forma que nos foi apresentada é escutá-las, ou seja, trabalhar com a história oral.

Para adentrarmos neste campo alguns cuidados devem ser tomados já que a história oral permite uma diversidade de modos de trabalho. Devemos lembrar que há toda uma discussão sobre o “título” da história oral; essas discorrem sobre sua especificidade: trata-se de uma disciplina, uma técnica, uma ferramenta. Aqui a propomos como uma estratégia de coleta de informações que serão mediadas com outros dados e nos eximimos de nos ocupar neste momento desse debate

Para que se esclareça a maneira como a utilizaremos neste trabalho empresto as palavras da historiadora Marieta de Moraes Ferreira⁶. Ela localiza duas linhas de trabalho no campo da história oral, com suas abordagens distintas, mesmo que em muitos casos entrecruzadas. Destacamos a primeira linha que se aproxima mais do modo como pensamos e trabalhamos com as entrevistas:

⁵ RAGO, L. M, Op.cit., p. 89.

⁶ FERREIRA, Marieta de Moraes (coord). Entre-vistas: abordagens e usos da história oral. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1998, p.9.

“A primeira delas utiliza a denominação história oral e trabalha prioritariamente com os depoimentos orais como instrumentos para preencher as lacunas deixadas pelas fontes escritas. Esta abordagem tem-se voltado tanto para os estudos das elites, das políticas públicas implementadas pelo Estado, como para a recuperação da trajetória dos grupos excluídos, cujas fontes são especialmente precárias. (...) Na recuperação da história dos excluídos, os depoimentos orais podem servir não apenas a objetivos acadêmicos, como constituir-se em instrumentos de construção de identidade e de transformação social”⁷.

Neste texto, os depoimentos orais não só exercem o papel de “preencher as lacunas deixadas pelas fontes escritas”, eles serão tratados como fontes, tão ricas quanto às fontes escritas que utilizaremos ao longo do trabalho.

Ao optarmos pelo trabalho com as fontes orais e escritas, buscamos uma gama maior de documentos que nos possibilitem adentrar no universo de nossas entrevistadas. Não pretendemos com isso desqualificar as fontes orais em detrimento das escritas, ambas estarão presentes, pois acreditamos que assim o trabalho ficará mais consistente.

Devemos ressaltar que assim como Alessandro Portelli⁸ consideramos o trabalho de história oral, um discurso dialógico, ou como nos diz o autor:

“(...) historiadores que trabalham com a história oral estão cada vez mais cientes de que ela é um discurso dialógico, criado não somente pelo que os entrevistados dizem, mas também pelo que nós fazemos como historiadores – por nossa presença no campo e por nossa apresentação do material”⁹.

Portelli, no momento em que recorda seu trabalho na cidade de Terni, nos relata como a *diminuta fragmentação e recomposição das vozes (e sua interação com outras fontes) são recriadas para conduzir a experiência dialógica da história de uma cidade contada por muitas vozes, menos como uma reprodução objetiva do que uma reprodução criativa.*¹⁰

⁷ Idem.

⁸ PORTELLI, Alessandro. “História Oral Como Gênero” In: *Projeto História: revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo*. São Paulo, n° 22, Junho/2001.

⁹ PORTELLI, A., Op.cit., p. 10.

¹⁰ Idem, p. 30.

Portanto, temos o trabalho do historiador interligado com o depoimento do entrevistado, é desta relação que nasce o texto final que será apresentado, desde o início o oral está ligado ao escrito, e cabe ao historiador traduzir este discurso.

Diante deste quadro não existe a menor possibilidade de considerarmos o texto final do historiador neutro, e assim como Portelli aponta é praticamente impossível produzir um texto neutro e não é desejável que isto ocorra. Vejamos em suas palavras:

“A objetividade científica não consiste em nos ausentarmos da cena do discurso e em simularmos uma neutralidade que é tanto impossível quanto indesejável. Essa objetividade consiste, antes, em assumir a tarefa da interpretação, que cabe aos intelectuais”¹¹.

E continua:

“Consequentemente, aquilo que criamos é um texto dialógico de múltiplas vozes e múltiplas interpretações: as muitas interpretações dos entrevistados, nossas interpretações e as interpretações dos leitores”¹².

Interpretações estas que partem do concreto vivido e que são confrontadas com as diversas fontes trabalhadas.

A partir do momento em que gravamos o depoimento, realizamos a transcrição e a tornamos pública juntamente com outras fontes de nossa pesquisa, apresentamos todo um trabalho por trás deste processo, e escolhas foram feitas e em nenhum momento o fato de trazermos à tona questões que não foram citadas por nossos entrevistados, ou que o foram de modo superficial, ou se em algum momento discordamos de suas afirmações isto não acarreta em desrespeito com nossas entrevistadas e entrevistados, e sim respeito por suas histórias de vida.

Marieta de Moraes Ferreira¹³ aponta que esta linha de pesquisa se utiliza de noções como a memória coletiva, mas não se aprofunda nas discussões sobre o uso da

¹¹ PORTELLI, Alessandro. “Tentando Aprender Um Pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na História Oral” In: *Projeto História*: revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, nº. 15, Abril/1997, p.26.

¹² PORTELLI, A, Op.cit. 1997, p. 27.

¹³ FERREIRA, M. M, Op.cit., p. 9.

noção de memória. Ela ainda ressalta que, para esta linha, em muitos casos a memória é algo estável e congelado no passado a ser resgatado pelo historiador.

Quando trabalhamos com depoimentos orais, acreditamos que eles só são possíveis graças ao trabalho e esforço de indivíduos, ou seja, a memória é extremamente pessoal, ou como nos diz Alessandro Portelli:

“A essencialidade do indivíduo é salientada pelo fato de a História Oral dizer respeito a versões do passado, ou seja, à memória. Ainda que esta seja sempre moldada de diversas formas pelo meio social, em última análise, o ato e a arte de lembrar jamais deixam de ser profundamente pessoais. A memória pode existir em elaborações socialmente estruturadas, mas apenas os seres humanos são capazes de guardar lembranças. Se considerarmos a memória um processo, e não um depósito de dados, poderemos constatar que, à semelhança da linguagem, a memória é social, tornando-se concreta apenas quando mentalizada ou verbalizada pelas pessoas. A memória é um processo individual, que ocorre em um meio social dinâmico, valendo-se de instrumentos socialmente criados e compartilhados. Em vista disso, as recordações podem ser semelhantes, contraditoras ou sobrepostas. Porém em hipótese alguma, as lembranças de duas pessoas são – assim como as impressões digitais, ou, a bem da verdade, como as vozes – exatamente iguais”¹⁴.

Portanto, assim como Portelli, não utilizaremos a noção de memória coletiva¹⁵, já que a parte não poderia ser explicada pelo todo, parte esta movente e movida pelo concreto, por acreditarmos que a memória é um processo realizado por indivíduos.

Marieta nos mostra outro ponto central nesta linha de pesquisa, sendo o mesmo para os pesquisadores da elite como o da história dos excluídos:

“(…) é garantir o máximo de veracidade e de objetividade aos depoimentos orais produzidos. Os instrumentos para se atingir tais objetivos seriam a formulação, no caso dos estudos acadêmicos, de roteiros de entrevistas

¹⁴ PORTELLI, A, Op.cit. 1997, p. 16.

¹⁵ Para o conceito de memória coletiva ver: HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2004; THOMSON, Alistair. “Recompondo a memória: Questões sobre a relação entre História Oral e as memórias” In: *Projeto História: revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo*. São Paulo, nº. 15, Abril/1997, pp. 51-71.

consistentes, de maneira a controlar o depoimento, bem como o trabalho com outras fontes, de forma a reunir elementos para realizar a contraprova e excluir distorções. Com base nesses procedimentos, erigem-se argumentos de defesa da história oral como capaz de apresentar relatos que, se não eliminam a subjetividade, possuem instrumentos para controlá-la”¹⁶.

Concordamos com a elaboração de roteiros de entrevistas consistentes, mas o utilizamos como um guia para a entrevista, mas um guia maleável já que não poderíamos prever o que nossas entrevistadas nos contariam e não queríamos que informações preciosas não nos fossem contadas por não fazerem parte do roteiro inicial.

Uma das grandes vantagens de trabalharmos com a história oral e que ao registrarmos a fala das entrevistadas, no caso as operárias têxteis, suas vidas, que não incluem militância em sindicato, liderança ou participação de greves, recebem a importância devida que a história negligenciou. Como dispõe o historiador Paul Thompson:

“Os historiadores do movimento operário, por exemplo, estão pela primeira vez capacitados a empreender estudos convincentes sobre a maioria não-sindicalizada dos operários, e sobre a experiência normal de trabalho e seu impacto sobre a família e a comunidade. Já não estão mais confinados às categorias sindicalizadas, ou àquelas que, em sua época, mereceram publicidade e investigação devido às greves que fizeram ou à extrema pobreza em que viviam”¹⁷.

Nossas depoentes trabalharam, e trabalharam de modo intensivo. Inadvertidamente, de acordo com a diretriz tradicional mencionada anteriormente a respeito da escrita da história, tenderíamos, em muitos momentos da entrevista, a considerá-las mulheres submissas, acomodadas e talvez até alienadas. Ledo engano, são mulheres fortes que, como trabalhadoras assalariadas, sustentaram suas famílias com todas as dificuldades de uma vida operária, de uma vida feminina dada às características da superexploração pelo capital brasileiro.

¹⁶ FERREIRA, M. M, Op.cit., p. 9.

¹⁷ THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. p. 27.

Gravador desligado, ao finalizarmos alguns depoimentos, o discurso recorrente das entrevistadas aventava para si a desimportância: “Mas vai servir para alguma coisa?” Tentamos em vão explicar a importância de seus relatos, de como fazem parte da história da industrialização no Brasil. Reunimos todas as explicações históricas possíveis sem resultados. Não nos preocupamos em continuar explicando, porque, da exteriorização de vida genéricas, pois, ao notarmos a satisfação delas durante os depoimentos, as emoções que surgiam, as confidências partilhadas, percebemos que o mais importante já tinha sido feito, suas histórias seriam contadas.

Michelle Perrot nos fala sobre a história oral: *É por isso que os desenvolvimentos recentes da história chamada ‘oral’ são de certa maneira uma revanche das mulheres (...) Dar a palavra aos deserdados, às pessoas sem história*¹⁸. E continua: *Tudo depende finalmente da natureza da relação com a pesquisadora: uma certa familiaridade pode vencer resistências e liberar, ao contrário, um desejo recalcado de falar de si, com o prazer de ser levada a sério e, enfim, considerada sujeito da história*¹⁹.

Dois pontos se tornam fundamentais: o desejo que os pesquisadores têm de contar estas histórias de uma forma concreta, fazer com que elas façam parte da história, e principalmente a satisfação de descobrir em nossas entrevistadas *um desejo recalcado de falar de si*.

E como nos aponta Alessandro Portelli esta é a melhor forma de restituir algo a nossos entrevistados (as):

“(…) aquilo que realmente restituímos é uma oportunidade para as pessoas com quem conversamos organizarem seus conhecimentos com maior clareza: um desafio para aumentarem sua consciência para estruturarem aquilo que já sabemos – processo que começa com a entrevista e continua á medida que se defrontam com nossas conclusões”²⁰.

E conclui:

¹⁸ PERROT. M, Op.cit., 1988, p. 40.

¹⁹ Idem, p. 42.

²⁰ PORTELLI. A, Op.cit. 1997, p. 30.

“O verdadeiro serviço que, acredito eu, prestamos a elas, a movimentos e a indivíduos consiste em fazer com que sua voz seja ouvida, em levá-la para *fora*, em pôr fim à sua sensação de isolamento e impotência, em conseguir que seu discurso chegue a outras pessoas e comunidades”²¹.

Trabalhar com fontes orais aliadas à busca da realidade do período histórico estudado nos permite aprofundar sua complexidade. De acordo com Valéria Barbosa de Magalhães²², é a chance de mediar vozes até então relegadas por uma história que privilegia os documentos oficiais, é trazer à tona as memórias, neste caso de operárias que construíram suas histórias de vida dentro das fábricas, costuradas nos fios dos teares. Freitas acrescenta:

“Porém, é pela oportunidade de recuperar testemunhos relegados pela História que o registro de reminiscências orais se destaca, pois permite a documentação de pontos de vista diferentes ou opostos sobre o mesmo fato, os quais, omitidos ou desprezados pelo discurso do poder, estariam condenados ao esquecimento”²³.

Munido de outros documentos escritos, iconográficos, em áudio, ou das mais diversas naturezas, a pesquisa sobre o contexto relatado pelo entrevistado se torna mais completa a nosso ver. Devemos ressaltar novamente que o fato de utilizarmos outras fontes não reverte-se em uma forma de menosprezar as narrativas que nos estão sendo confiadas. Trata-se de uma forma de aproximação histórica em buscar o comprometimento com a realidade histórica estudada, conforme assinalamos anteriormente.

Como nos conta Paul Thompson: *Toda fonte histórica derivada da percepção humana é subjetiva, mas apenas a fonte oral permite-nos desafiar essa subjetividade: descolar as camadas de memória, cavar fundo em suas sombras, na expectativa de atingir a verdade oculta*²⁴.

²¹ Idem, p. 31.

²² MAGALHÃES, Valéria Barbosa. “Imigração: subjetividade e memória coletiva” In: *Oralidade Revista de História Oral*. Ano I, nº 1, SP, JAN-JUN 2007, p. 24.

²³ MAGALHÃES. V. B, Op.cit., p. 48.

²⁴ THOMPSON. P, Op.cit., p. 197.

Verdade oculta ou, como gostaríamos de pensar, vivências guardadas que, através da entrevista, a memória e a lembrança se encarregam de trazer à tona, uma vez inscritas em sua situação histórica, o complexo sócio-cultural vivido.

Aqui estamos falando de rastreamento de memórias, cujo mecanismo implica em um trabalho permanente, dado que os resultados não aparecem em um primeiro contato. Contra os detalhes importantes que passam despercebidos, o melhor remédio é a convivência com as entrevistadas. Com duas delas nossa relação é muito íntima: Luiza, avó (*nonna*) e Yolanda, tia-avó, casada com Orlando Brancaccio, irmão do avô Luiz Brancaccio. Através de Yolanda conhecemos sua irmã Maria. O relacionamento com essas mulheres como entrevistadas começou em 2003, quando o tema desta pesquisa tomou forma e iniciamos os primeiros contatos. Podemos dizer que foi uma grata surpresa conhecê-las tão profundamente. Hoje nos sentimos privilegiados em relação aos outros membros da família que – acreditamos - mesmo que leiam este trabalho dificilmente conseguirão se aproximar tanto, entendê-las em sua complexidade.

Trabalhar com memórias é justamente trabalhar com o relato de experiências de vida. Como diz a historiadora Yara Aun Khoury:

“Nosso propósito de lidar com as narrativas como práticas que se forjam na experiência vivida e que, também, intervêm nela, nos coloca o desafio de adotar e desenvolver procedimentos que nos possibilitem apreender o trabalho da consciência e incorporá-lo na explicação histórica. Ao narrar, as pessoas interpretam a realidade vivida, construindo enredos sobre essa realidade, a partir de seu próprio ponto vista”²⁵.

Reconstrução do vivido que nos permite adentrar nas fábricas têxteis de São Paulo, transitar pelas vidas e pelas histórias do cotidiano dessas operárias. Ao acompanharmos essas trajetórias de vida como seus intermediários, nos colocamos também como seus transmissores; e principalmente passamos a estar intimamente ligados, em nosso caso, a essas mulheres que nos confidenciam suas vidas. E o fazem de uma forma talvez única, a que nem mesmo seus parentes ou amigos mais caros tenham tido acesso.

²⁵ KHOURY, Yara Aun. “Muitas memórias, outras histórias: cultura e o sujeito na história” in *Muitas memórias outras histórias*. São Paulo: Olho D’água, 2004, p.125.

Relatos que se perpetuam no tempo, que permitem buscar com os olhos do presente o tempo passado. Trabalhar com a história oral é trabalhar com o tempo.

Não trabalhamos apenas com o tempo necessário para realizar as entrevistas, mas também com o tempo da entrevistada ou do entrevistado. A estes cabe lembrar do fato, preparar-se para contá-lo e fazê-lo de forma a ser compreendido pela pessoa que inquire, no caso a pesquisadora ou pesquisador. Este procedimento requer tempo, o qual é impossível quantificar antecipadamente: não se pode prever o ritmo do entrevistado e isto deve ser respeitado.

A preocupação de se escolher o melhor lugar para a entrevista, onde o entrevistado ou entrevistada sinta-se à vontade; a forma íntima como a narrativa é contada, quase como uma confidência; o empenho em entender e respeitar seus silêncios, quando as perguntas não param de surgir. Tudo isso torna o momento da entrevista único; é uma trajetória de vida que ganha seu lugar na história.

Tarefa árdua: o pesquisador, ao ter em mãos a narrativa que lhe foi confiada, sente-se na obrigação de preservar as palavras como lhe foram transmitidas. Porém, durante a transcrição, verifica que algumas correções são necessárias. E isso não com o intuito de adequar a fala do depoente a uma norma culta, mas sim por respeito a ele. Afinal, ao utilizar-se da linguagem coloquial, até o mais erudito dos acadêmicos diz “né” e “aí”. Acreditamos ser esta a melhor forma de apresentar aos leitores a narrativa de vida, porém atentamos para o fato de que o ato de transcrever é um processo longo. Por isso é bem provável que, apesar do empenho do pesquisador em manter a narrativa como ela foi coletada, esta não permanecerá exatamente a mesma do momento da entrevista, como já citamos nas palavras de Portelli é impossível produzir um texto neutro e como o próprio autor coloca:

“Nesse contexto, compromisso com a honestidade significa, para mim, respeito pessoal por aqueles com quem trabalhamos, bem como respeito intelectual pelo material que conseguimos; compromisso com a verdade, uma busca utópica e a vontade de saber ‘como as coisas realmente são’, equilibradas por uma atitude aberta às muitas variáveis de ‘como as coisas podem ser’. Por um lado, o reconhecimento da existência de múltiplas narrativas nos protege da crença farisaica e totalitária de que a ‘ciência’ nos transforma em depositários de verdades únicas e incontestáveis. Por outro, a utópica busca da verdade protege-nos da premissa irresponsável de que todas as histórias são equivalentes e

intercambiáveis e, em última análise, irrelevantes. O fato de possíveis verdades serem ilimitadas não significa que todas são verdadeiras no mesmo sentido, nem que inexistem manipulações, inexatidões e erros”²⁶.

Trata-se de uma relação de confiança entre pesquisador e narrador. No caso ao contrário do autor não vemos esta busca como sendo utópica e sim realizada no concreto vivido.

O narrador entrega o contexto do momento em que é inquirido para que o pesquisador possa compreender o fato que está sendo narrado e assim realizar o verdadeiro sentido da fala.

Em muitas falas, a impressão denotada é que o pesquisador ou historiador transforma-se em paladino, pronto a defender os ditos grupos “sem voz” de nossa sociedade. Preferimos entender o papel do historiador como mediador dessas vozes, transmissores de histórias de vida. Questionamo-nos se, no caso dos historiadores, a essa busca e divulgação de uma outra versão da história não corresponderia o compromisso com a escrita da história e com a fonte de pesquisa, com os próprios narradores que fornecem a matéria-prima de nosso trabalho.

Aqui nos atemos novamente às palavras de Alessandro Portelli:

“Assim, nosso esforço para fazer com que histórias de vida, narrativas orais e relatos pessoais se encaixem num padrão de discurso histórico – ou pelo menos lê-los nesses termos, em conformidade com o padrão – é pior do que ignorar a forma dessas estórias: não se leva em conta seu sentido. Mas quando reconhecemos isto, como proceder? Remover o problema pela raiz – no momento da entrevista – é, como já vimos, impossível. Deveríamos, ao invés disso, reconhecer esse fato e trabalhar com ele no nível da nossa escrita, na qual as palavras dos narradores são apropriadas no texto do historiador e se tornam parte do nosso discurso.”²⁷

Palavras essas que nos conduzem à escrita de uma nova história, que nos possibilitam revelar outra versão do período estudado; e principalmente permitem que

²⁶ PORTELLI, A, Op.cit. 1997, p. 15.

²⁷ PORTELLI, Alessandro. “O momento da minha vida’: funções do tempo na história oral” IN: *Muitas memórias outras histórias*. São Paulo: Olho D’água, 2004, p. 313.

personagens que participaram e viveram essa história tenham suas vidas reconhecidas e respeitadas como sujeitos históricos.

Uma das mais impressionantes falas sobre as narrativas nos foi apresentada na introdução do livro *Coroas de Glória, Lágrimas de Sangue*, da historiadora Emília Viotti, que transcrevo a seguir:

“As histórias contadas pelos participantes revelam suas experiências individuais, seus sonhos e pesadelos. Suas narrativas revelam as percepções e o modo como organizaram suas experiências. Suas histórias se articulam num marco de referência e numa linguagem ao mesmo tempo constituídos por suas experiências e delas constitutivos. As autodefinições das pessoas, suas narrativas sobre si mesmas e sobre os outros, conquanto significativas, não são suficientes para caracterizá-las nem para relatar sua experiência, muito menos para explicar um acontecimento histórico. O que as pessoas contam têm uma história que suas palavras e ações traem, mas que suas narrativas não revelam imediatamente; uma história que explica por que usam as palavras que usam, dizem o que dizem e agem como agem; uma história que explica os significados específicos por trás da universalidade ilusória sugerida pelas palavras – uma história de que muitas vezes elas próprias não se dão conta. Suas afirmações não são simplesmente declarações sobre a ‘realidade’, mas comentários sobre experiências do momento, lembranças de um passado legado por precursores e antecipações de um futuro que desejam criar”²⁸.

Estas histórias não necessariamente revelam, mas fazem parte das experiências individuais de nossas entrevistadas. E nunca nos esqueçamos de que *a história é feita por homens e mulheres, embora eles a façam sob condições que não escolheram. Em última instância, o que interessa é a maneira como as pessoas interagem como pensam e agem sobre o mundo e como, ao transformar o mundo, transformam a si mesmas.*²⁹

Transformação essa realizada na orientação de Vavy Pacheco Borges às vovós, ou futuras vovós que aceitaram o desafio de completar seus álbuns de memórias e que poderiam ser traduzidas na mensagem que gostaria de passar às minhas entrevistadas:

²⁸ COSTA, Emília Viotti da. *Coroas de glória, lágrimas de sangue*. São Paulo: CIA das Letras, 1998, p. 15.

²⁹ COSTA. E. V, Op.cit., p. 19.

“Falar de seu passado é lembrá-lo, é revivê-lo, é em parte recuperá-lo para você e para os outros. (...) Quando começamos a nos lembrar, as lembranças acabam vindo como uma torrente, e os espaços previstos poderão ser poucos (...) Assim, pode ser importante para nós e nossos descendentes olhar um pouco para o próprio eu, saber quem foi e quem é nossa família, tentando recuperar o que há de único em cada um de nós (...)”³⁰.

Desvendar o mundo em que essas operárias estão inseridas requer uma verdadeira investigação; são histórias de vida que durante muitos anos ficaram escondidas entre os teares de fábricas que não existem mais.

E mais do que adentrar pelos portões dessas fábricas, estamos buscando o dia-a-dia do trabalho, das casas onde essas mulheres habitavam, de suas famílias. Buscamos, enfim, o cotidiano da vida dessas mulheres, seja ele fabril ou doméstico.

O historiador Carlo Ginzburg nos apresenta um paradigma - um método - para que a história do cotidiano seja possível³¹.

No final do século XIX, entre 1874 e 1876, são publicados diversos artigos sobre pintura italiana na revista alemã *Zeitschrift für Bildende Kunst*, artigos de autoria de um desconhecido estudioso russo, segundo Ginzburg, chamado Ivan Lermolieff, que foram traduzidos para o alemão pelo igualmente desconhecido Johannes Schwarze. Mais tarde o próprio autor dos artigos revela sua autoria: tratava-se do médico Giovanni Morelli³².

Nestes artigos Morelli examinava as obras de arte sem assinatura, algo comum em museus europeus da época. Como identificar seus autores, como diferenciá-las de cópias? Sua proposta baseava-se no estudo dessas obras, não através de detalhes ou características mais vistosas, fáceis de copiar. Mas sim através da análise dos pormenores, dos detalhes mais negligenciáveis.

A partir de então são elaborados diversos estudos e catálogos sobre esses detalhes; mistérios começam a ser desvendados, autorias equívocas são corrigidas. O método de Morelli recebeu o nome de indiciário, sendo utilizado também pelos estudos médicos, policiais e psicológicos. Morelli aponta como um dos aplicadores deste método o escritor britânico Conan Doyle, que o utilizou nas tramas envolvendo seu

³⁰ BORGES, Vavy Pacheco. *Álbum memórias de uma avó*. São Paulo: Ateliê, 1999, pp. 9-10.

³¹ GINZBURG, Carlo. *Mitos, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, pp. 143-144.

³² GINZBURG, C, Op.cit., pp. 143-144.

personagem, Sherlock Holmes. O famoso detetive encontrava nos detalhes que passam despercebidos pelo leitor a solução de seus mistérios.

Ginzburg coloca que o historiador, e principalmente o historiador do cotidiano, pode ser comparado a um médico ou investigador. Em suas palavras:

“Nesse sentido, o historiador é comparável ao médico, que utiliza os quadros nosográficos para analisar o mal específico de cada doente. E, como o do médico, o conhecimento histórico é indireto, indiciário e conjectural”³³.

Quando trabalhamos com a história do cotidiano nos baseamos em fragmentos; no caso ora examinado, fragmentos de memórias, de uma história feminina que não foi e, aliás, não “precisava” ser contada - constatação clara quando vislumbramos séculos de história contada pela ótica masculina dominadora do homem sobre a mulher³⁴.

Nosso estudo não deixa de reportar uma história individual, mas, como já apontamos, o indivíduo faz parte da sociedade, está inserido nela. Então é possível, através de sua história, contar a história desta sociedade³⁵.

Ginzburg nos fala sobre a importância do método indiciário:

³³ Idem, p. 157.

³⁴ “Tal evidência se manifesta no fato de que a própria relação humana que perpetua a espécie é uma atividade que distingue os homens da mera reprodução natural. Assim, segundo Marx, ‘a relação imediata, natural e necessária do homem com o homem é a relação do homem com a mulher. Nesta relação genérica natural, a relação do homem com a natureza é imediatamente sua relação com o homem, do mesmo modo que a relação com o homem é imediatamente sua relação com a natureza, sua própria destinação natural. Nesta relação aparece, pois, de maneira *sensível*, reduzida a um fato concreto, em que medida a essência humana se converteu para o homem em natureza ou a natureza tornou-se a essência humana do homem’ (86/535)”. Ver COSTA, Mônica Hallack M. da. “*A Exteriorização da Vida Nos Manuscritos Econômico-Filosóficos de 1844*”, In: Ensaios Ad Hominem, Nº 1, Tomo IV – Dossiê Marx, São Paulo: Estudos e Edições Ad Hominem, 2001, p. 170.

³⁵ Segundo Marx: “Não é preciso acrescentar que os homens não escolhem livremente as suas *forças produtivas* – a base de toda a sua história -, pois toda força produtiva é uma força adquirida, o produto da atividade anterior. As forças produtivas são, portanto, o resultado da energia aplicada dos homens, mas essa mesma energia é limitada pelas circunstâncias em que os homens se encontram, pelas forças produtivas já obtidas, pela forma social preexistente, que eles não criam e que é produto da geração precedente. Devido ao simples fato de que toda nova geração encontra as forças de produção já obtidas pela geração anterior e que lhe servem de matéria-prima para uma nova produção, surge um encadeamento na história dos homens, surge a história da humanidade, que é tanto mais história da humanidade quanto mais crescem as forças produtivas dos homens e, por conseguinte, as suas relações sociais. A consequência necessária: *a história social dos homens nada mais é que a história do seu desenvolvimento individual, tenham ou não consciência disso. Suas relações materiais são a base de todas as suas relações*. Essas relações materiais não são mais do que as formas necessárias em que se realiza a sua atividade material e individual”. Ver: MARX, Karl. “Carta a Paul Annenkow” In: FERNANDES, Florestan. (org.). *Marx e Engels: História nº. 36*. São Paulo: Ática, 1983. pp. 432-433.

“(...) a proposta de um método interpretativo centrado sobre os resíduos, sobre os dados marginais, considerados reveladores. Desse modo, pormenores normalmente considerados sem importância, ou até triviais, ‘baixos’, forneciam a chave para aceder aos produtos mais elevados do espírito humano (...)”³⁶.

E continua:

“O que caracteriza esse saber é a capacidade de, a partir de dados aparentemente negligenciáveis, remontar uma realidade complexa não experimentável diretamente. Pode-se acrescentar que esses dados são sempre dispostos pelo observador de modo tal a dar lugar a uma seqüência narrativa, cuja formulação mais simples poderia ser ‘alguém passou por lá’”³⁷.

Vamos trabalhar com muito indícios, todos os que estiverem ao nosso alcance para contarmos a história dessas operárias. São esses sinais que farão com que esta história seja possível de ser contada e decifrada.

O cotidiano neste tema vai estar traduzido no trabalho. Trabalho feminino, trabalho de mulher que norteia a sua história e afirma essas mulheres como sujeitos históricos.

E como vemos nas palavras de Heleith Saffioti:

“A mulher das camadas sociais diretamente ocupadas na produção de bens e serviços nunca foi alheia ao trabalho. Em todas as épocas e lugares tem ela contribuído para a subsistência de sua família e para criar a riqueza social”³⁸.

Vejamos segundo Karl Marx, como se dá o processo do trabalho como meio do processo de valorização, onde as operárias e operários estão inseridos na sociedade capitalista:

“A partir do momento em que ele entrou na oficina do capitalista, o valor de uso de sua força de trabalho, portanto, de sua utilização, o trabalho, pertence ao

³⁶ GINZBURG. C, Op.cit., pp. 149-150.

³⁷ Idem, p. 152.

³⁸ SAFFIOTTI, Heleith Iara Bongiovani. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. Rio de Janeiro: Vozes, 1979, p. 32.

capitalista. O capitalista, mediante a compra da força de trabalho, incorporou o próprio trabalho, como fermento vivo, aos elementos mortos constitutivos do produto, que lhe pertencem igualmente. Do seu ponto de vista, o processo de trabalho é apenas o consumo da mercadoria, força de trabalho por ele comprada, que só pode, no entanto, consumir ao acrescentar-lhe meios de produção. O processo de trabalho é um processo entre coisas que o capitalista comprou, entre coisas que lhe pertencem. O produto desse processo lhe pertence de modo inteiramente igual ao produto de fermentação de sua adega”³⁹.

Ao trabalharmos com as operárias do sistema fabril, percebemos que a relação que estas possuíam com seu trabalho, com sua produção, estava materializada numa realidade que era imposta pelo mundo, seja o da fábrica, o da igreja, o da família. Cotidiano já determinado em que elas produziam, e não apenas os produtos finais das fábricas, gerando riqueza, mas também suas próprias vidas.

Diante desse cenário traremos à tona as conseqüências que esse modo social de produzir, como modo determinado de vida, causou para a vida cotidiana de trabalhadoras e trabalhadores: O trabalho alienado e o trabalho estranhado.

Por trabalho alienado, o autor compreende o momento da separação, na medida em que os produtores diretos estão separados das condições objetivas de exteriorização da vida sob a propriedade privada. E por produzirem a riqueza genérica dos outros e de si, esse modo encontra-se em oposição a eles. E como nos diz Mônica Hallack M. da Costa:

“O trabalhador se relaciona com o *produto de seu trabalho* como com um objeto estranho. A partir desse pressuposto é, pois, evidente: quanto mais o trabalhador se exterioriza tanto mais poderoso diante dele se torna o mundo estranho, objetivo, que ele criou, tanto mais pobre se torna ele mesmo e seu mundo interior, tanto menos é dono de si próprio”⁴⁰.

E além disso:

³⁹ MARX, Karl. *O Capital – Crítica da Economia Política*, vol.1, livro primeiro, pp. 149-163. Editora Abril, 1983 In: ANTUNES, Ricardo (org.). *A dialética do trabalho: escritos de Marx e Engels*. São Paulo: Expressão Popular, 2004, p. 36.

⁴⁰ COSTA, M. H. M. da, Op.cit., p. 179.

“Para o trabalhador, o produto do trabalho é alienação, enquanto é algo fora de si, é renúncia. Sua atividade, portanto, é a realização da separação entre ele e o produto, entre ele e a própria atividade, pois nela (na atividade) o trabalhador produz essa separação enquanto realidade objetiva. Ou seja, produz o objeto e a atividade enquanto objetividades estranhas, separadas alienadas dele enquanto homem”⁴¹.

Nesse sentido a venda da força de trabalho e a submissão do trabalhador a esta ordem torna-se um meio de sobrevivência e como nos diz Marx:

“A procura de homens regula necessariamente a produção de homens como de qualquer outra mercadoria. Se a oferta excede por muito a procura, então parte dos trabalhadores cai na penúria e na fome. Assim, a existência do trabalhador encontra-se reduzido às mesmas condições que a existência de qualquer outra mercadoria. O trabalhador tornou-se uma mercadoria e terá muita sorte se puder encontrar um comprador”⁴².

Baseados nestas premissas teóricas que estarão presentes no decorrer deste trabalho, apresentamos a sua estrutura.

No capítulo primeiro, buscamos saber mais sobre as famílias destas operárias. Queríamos saber como estas famílias se formaram suas nacionalidades, qual a origem, enfim, destas mulheres. Em seguida, trataremos do cotidiano nos bairros do Pari e do Brás, das brincadeiras, do lazer, do pouco tempo em que nossas entrevistadas passaram na escola e da difícil tarefa de muito cedo terem começado a trabalhar. Sobre este tema também traçaremos um pequeno histórico sobre a legislação trabalhista e social referente ao trabalho do menor.

No segundo capítulo adentraremos ao fabril cotidiano de nossas operárias, para isso apresentaremos o contexto indústria têxtil em São Paulo e de seu papel na industrialização brasileira, qual era a importância desta indústria e dos industriais e o porquê dela estar atrelada ao trabalho feminino. Vamos acompanhar o relato sobre como nossas operárias chegaram até essas fábricas, como era o seu cotidiano, como enxergavam as greves, os funcionários e como a fábrica continuava a fazer parte de suas

⁴¹ Idem, p. 180.

⁴² MARX, Karl. *Manuscritos Econômico-Filosóficos*. Lisboa: Edições 70, LDA, 1989, p. 102.

vidas mesmo fora do expediente; questões como o salário, a legislação trabalhista, as amizades, também estarão presentes.

No terceiro capítulo trabalharemos com a visão que a sociedade das décadas de 30 e 40 tinha sobre as mulheres e qual o papel que elas deveriam desempenhar nesta sociedade. Falaremos sobre os namoros, o casamento, como elas sentiram este momento de suas vidas. Acompanharemos o nascimento de seus filhos e nos perguntaremos se esta fase significava a saída da fábrica. Por fim acompanharemos nas páginas dos jornais *A Platéia* e *A Plebe*, as notícias publicadas sobre a evolução feminina.

Capítulo 1: Família, Cotidiano, Lazer e Trabalho Infantil.

1.1 Tutti Buona Gente

Esta história começa na Itália, na virada dos séculos XIX e XX. E já começa como uma grande batalha, travada por milhares de famílias italianas e de outras nacionalidades. Essas famílias, em sua luta pela sobrevivência, atravessaram o oceano Atlântico esperançosas por encontrar oportunidades.

Em seu artigo *Miséria e Esperanças: A Emigração Italiana para o Brasil: 1887-1902*⁴³ o autor Ângelo Trento localiza nesses anos - destacados no título - o período da grande corrente imigratória de italianos para o Brasil, movimento que prossegue no século XX com menor força. O autor aponta quatro fatores como responsáveis pela imigração italiana, a ver: os ciclos econômicos, as condições de vida dos imigrantes em seus países de origem, as providências tomadas pelas autoridades italianas, as quais favoreceram a imigração e a política de imigração adotada pelo governo brasileiro.⁴⁴

A historiadora Esmeralda Blanco, em seu artigo *Crianças Operárias na Recém-Industrializada São Paulo*⁴⁵, aponta a situação em que a Itália se encontrava quando das crescentes ondas de imigração:

“Na Itália, por exemplo, durante as décadas finais do século XIX, a fome era uma realidade inexorável; a pelagra – doença resultante da inanição – produzia suas vítimas; o inverno rigoroso, associado à miséria, fazia famílias inteiras aconchegarem-se junto aos animais em busca do calor que as roupas e a habitação precária não proporcionavam. Assim a América transformara-se em sonho”⁴⁶.

Os autores que se dedicaram à história econômica do Brasil creditam ao café o papel de grande impulsionador das correntes imigratórias européias para o país. Em *Evolução Industrial do Brasil e Outros Estudos*, Roberto C. Simonsen localiza em 1830

⁴³ TRENTO, Angelo. “Miséria e esperanças: a imigração italiana para o Brasil: 1887-1902” In: ROIO, José Luiz Del org. *Trabalhadores no Brasil: imigração e industrialização*. São Paulo: Ícone, 1990.

⁴⁴ TRENTO. A, Op.cit., p. 17.

⁴⁵ MOURA, Esmeralda Blanco Bolsonaro de. “Crianças operárias na recém-industrializada São Paulo” In: PRIORE, Mary de. *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2007.

⁴⁶ MOURA. E. B. B. D, Op.cit., p. 261.

o estabelecimento do café como artigo de maior comércio exportador do continente sul-americano⁴⁷. O autor também destaca o aumento do consumo mundial que aqueceu a intensa produção brasileira⁴⁸.

Caio Prado Júnior aponta a política oficial e deliberada de povoamento e a iniciativa privada de particulares interessados na obtenção da mão-de-obra como as grandes responsáveis pelas correntes imigratórias de origem européia⁴⁹.

A mão-de-obra imigrante se transforma na solução e também no problema para os proprietários das grandes fazendas cafeeiras, como discorre o autor:

“Será somente com a iminência de sua extinção (lá por volta de 1840 e tantos)⁵⁰ e sua efetiva interrupção pouco depois, que a questão da imigração européia e da colonização volta a ocupar um primeiro plano das cogitações brasileiras. Reativa-se a política de povoamento e a par das colônias oficiais, ou mesmo particulares, mas organizadas segundo o sistema tradicional que consistia em distribuir aos colonos pequenos lotes de terra agrupados em núcleos autônomos, aparece um novo tipo de colonização: fixação dos colonos nas próprias fazendas e grandes lavouras trabalhando como subordinados e num regime de parceria. Este tipo de colonização representa uma transição do sistema primitivo que resultava na formação de pequenos proprietários e camponeses independentes, para aquele que se adotará mais tarde quase exclusivamente: a colonização por assalariados puros. E corresponde a um período em que começa a se manifestar a premência do problema imediato da mão-de-obra; convinha mais encaminhar os imigrantes diretamente para as grandes lavouras necessitadas de braços”.⁵¹

De acordo com Prado Júnior, uma relação conflituosa se estabelece na relação entre colonos imigrantes e proprietários de cafezais, estes últimos acostumados a lidar com a mão-de-obra escrava e dispostos a usar o mesmo tratamento brutal no trato com os imigrantes.

⁴⁷ SIMONSEN, Roberto Cochrane. *Evolução industrial e outros estudos*. São Paulo: Editora Nacional e Editora da USP, 1973, p. 173.

⁴⁸ SIMONSEN, R. C, Op. cit., p. 174.

⁴⁹ PRADO JÚNIOR, C. *História econômica do Brasil*. Brasiliense: São Paulo, 1959, p. 187.

⁵⁰ O autor refere-se ao tráfico de escravos, responsável pela fraca corrente imigratória para o Brasil até então.

⁵¹ PRADO JÚNIOR, C, Op. cit., pp. 190-191.

O autor ressalta que o contrato assinado pelos imigrantes, antes mesmo de serem embarcados, outorgava aos proprietários de terra um poder quase absoluto sobre suas vidas, o que denota a “acentuada má-fé” desses contratos.

A má-fé também era instrumento dos agentes que recrutavam mão-de-obra. Não era raro que “até enfermos e velhos inválidos” fossem embarcados, causando imensos prejuízos aos proprietários de cafezais, obrigados a cumprir o contrato já assinado entre ambas as partes⁵².

No caso o envio de velhos e inválidos numa terrível jornada dentro de um navio sem as menores condições de higiene e alimentação não contam, apenas o fato de causarem prejuízos aos donos dos cafezais.

Prado Júnior aponta os imigrantes italianos como uma das principais forças de trabalho da lavoura cafeeira. Acreditamos que a justificativa do autor mereça destaque:

“E o italiano, tanto pela questão de clima, como de afinidade maior com as condições do Brasil, se adaptará melhor e mais facilmente que o alemão e outras populações do norte da Europa, que dantes formavam os principais contingentes emigratórios que se dirigiam para a América. Além disto, o italiano é um trabalhador mais rústico e menos exigente: aceitará de mais boa-vontade as duras tarefas da lavoura brasileira”⁵³.

Diante destes elementos “rústicos e menos exigentes” tornou-se necessário uma força poderosa capaz de exercer controle, como conta Roberto Simonsen:

“Foi, porém, o fazendeiro plasmado na evolução cafeeicultora do Brasil, que pode, pelas suas qualidades, manter sempre firme o comando dessa multidão de invasores, conservando o sentimento nacional nos novos núcleos que se abriam e facilitando, assim, a colonização e absorção desses elementos e seus descendentes. Constituía, portanto, poderoso foco nacionalizante. Iniciando sua atuação política na Assembléia da Província, teve mais tarde decisiva interferência nos negócios públicos da República”⁵⁴.

⁵² Idem, p. 191.

⁵³ Idem, p. 192.

⁵⁴ SIMONSEN. R. C, Op. cit., p. 212.

O controle que deveria ser exercido sobre os “invasores” acarretou em muitos problemas. Não tardaram que denúncias sobre maus-tratos a imigrantes chegassem às autoridades européias. Havia uma longa distância entre a promessa e o que era cumprido, como aponta Ângelo Trento:

“Essas condições mostraram-se precárias desde os primeiros dias, com alimentação e alojamento de péssima qualidade, altos preços dos gêneros de primeira necessidade nos armazéns das fazendas, precariedade ou mesmo ausência de qualquer tipo de serviço social, de escolas à assistência médica ou assistência religiosa”⁵⁵.

À necessidade de controle absoluto sobre os “invasores” correspondia, como escreve Trento, a odiosa disciplina dos capatazes. A ela somava-se o atraso no pagamento dos salários e o abuso quando da aplicação das multas.

O pai de Luiza chamava-se Espartaco Lucci e sua mãe, Adelina Brighi. Espartaco nasceu na cidade de Chiaravale, na região de Régio-Emília, norte da Itália. Não há informações concretas sobre a cidade de origem de Adelina. Luiza conta que sua avó materna dizia que a família vinha de uma cidade italiana localizada na fronteira com a França, mas não encontramos nenhum documento que o comprove. Adelina e Espartaco casaram-se no Brasil - Luiza conta como foi:

“Meus pais eram italianos, meu pai veio com quatro anos da Itália, minha mãe também, eles vieram como imigrantes. Foram morar lá na fazenda Guatapará⁵⁶, imagina quantos anos existe Guatapará, eles foram morar lá. Antes de ir para lá meu pai foi morar em Minas, numa fazenda, depois ele foi morar em Guatapará. Meu pai já conhecia minha Mãe de menina, ele sempre falava que ela estava sempre sem calça, (risos) meu pai batia nela de brincadeira, no fim foram se casar, depois que cresceram. Minha mãe veio morar em São Paulo,

⁵⁵ TRENTO. A, Op.cit., p. 37.

⁵⁶ Hoje Município de Guatapará, interior de São Paulo, a Fazenda era formada por 6.268 alqueires, sendo que 1.111 eram cultivados, 2.688 destinados ao café para a exportação; 480 para a produção de cereais e 48 para a cana-de-açúcar, produtos destinados ao consumo da fazenda. Cerca de 1610 trabalhadores eram imigrantes e 56 eram brasileiros; existiam 452 casas de colonos sendo que 377 se localizavam em Guatapará, 34 em Brejão Grande, 23 em Marco da Pedra e 18 em Monteiros. Disponível na internet via: <http://www.fazendaguatapara.com.br>. 01/09/2008.

já que em Guatapará não tinha muito serviço e meu Pai também. Depois eles se encontraram e se casaram” (Entrevista  autora: 23/06/2004).

 provável que a família de Adelina não tenha seguido para as fazendas de café permanecendo em São Paulo já que, pelas histórias contadas em família, eles se conheceram na capital.

O interessante foi notar que as informações sobre Adelina antes de seu casamento com Espartaco são imprecisas: tratam-se de lembranças, informações desencontradas. Não sabemos o nome de sua cidade de origem, e onde ela foi morar com sua família: sua história começa quando ela se casa. São esses fatos que nos fazem pensar em quanto  história vai ficar devendo para milhares de mulheres.

Fica claro na fala de Luiza sobre as histórias contadas por seu pai, que além de sofrer muito com o trabalho da lavoura, as condições precárias a que sua família estava submetida foram decisivas para a vinda desta para São Paulo.

Nos escritos de Pagu encontramos uma passagem onde sua personagem Rosinha Lituana, presa após uma greve, relembra de sua chegada ao Brasil e de seus pais:

“Rosinha Lituana, desembarca cercada de ‘tiras’ no presídio colossal da imigração. Estivera naquela casa, dez anos atrás como imigrante, pequenina. Viera da Lituânia com os pais miseráveis. O depois da guerra os fizera imigrar como tanta gente. Foram misturados com muitos outros no casarão de tijolos da Rua Visconde de Parnaíba. O mesmo de hoje. Sem os jardins e sem as grades. Depois tinham sido endereçados como uma mercadoria para a fazenda feudal que os escravizara aos ps de café. Até a criança apanhava. O camponês calava-se. Um dia lhe quiseram tirar a mulher. O moço da casa desejara as tranças fartas da lituana. Encerraram-no num quarto do curral. Tinham conseguido fugir de noite. Rosa se lembrava da despedida na estrada quatro dias depois. O pai dissera: - Eles nos pegam! Foge com nossa filha... Vira seu pai pela última vez de um capinzal alto. Escondida, assustada. Ele fora amarrado como um touro e reconduzido ao feudo moderno. Atravessando cidades policiadas!”⁵⁷.

⁵⁷ GALVÃO, Patrícia. *Parque Industrial*. S.D. p. 107.

Os pais de Yolanda e Maria, Francisco Lavalle e Maria Rosária Pagliaro, vieram da Calábria, sul da Itália. Chegaram já casados em 1922. Maria nasceu na Itália e sua irmã Yolanda, quinze dias depois da chegada ao Brasil. A seguir, Maria conta como foi à vinda de seus pais para o Brasil:

“Meu pai se chamava Francisco Lavalle e minha mãe Maria Rosária Pagliaro. Eles se conheceram na Itália e casaram lá. Ele tinha 30 anos e ela 16 anos. Eles vieram para o Brasil em 1922, foi uma decisão dele morar no Brasil porque a vida na Itália não era fácil. Eu tinha dois anos quando cheguei ao Brasil” (Entrevista à autora: 05/04/2008).

Francisco e Maria Rosária tiveram oito filhos: sete meninas e um menino. Aqui Maria discorre sobre seus irmãos:

“Quando viemos da Itália éramos seis filhas, todas meninas. Aqui no Brasil nasceram dois filhos, uma mulher e um homem, ficaram sete mulheres e um homem”. (Entrevista à autora: 05/04/2008)

A imigração estrangeira era um excelente negócio para o governo brasileiro. Ângelo Trento nos mostra alguns dados:

“Em nível mais geral, enquanto é bem verdade que o estado de São Paulo – de longe o maior receptor e financiador da imigração – gastou durante todo o ano de 1901, 38.500 contos para canalizar mão-de-obra da Europa, não é menos verdade que arrecadou 300.000 contos sob a forma de impostos pela exportação de café”⁵⁸.

Segundo dados deste mesmo autor, a tabela⁵⁹ abaixo apresenta o número de imigrantes por região da Itália no período que vai de 1887 a 1902:

⁵⁸ TRENTO, A, Op.cit., p. 21.

⁵⁹ Idem, p. 26.

Regiões	Número de Imigrantes	Porcentagem Sobre o Total
Piemonte	21.796	2,5
Liguria	4.921	0,6
Lombardia	80.487	9,3
Veneto	308.238	35,6
Emilia-Romagna	50.262	5,8
Toscana	53.288	6,2
Marche	18.546	2,1
Umbria	9.370	1,1
Lazio	12.581	1,5
Abruzzi-Molise	65.862	7,6
Campania	108.938	12,6
Puglia	20.864	2,4
Basilicata	24.904	2,9
Calabria	59.047	6,8
Sicilia	20.713	2,4
Sardegna	5.361	0,6
Itália	865.178	100,0

Fonte: Maic, Estatística da emigração italiana para o exterior. Cálculos nossos.

Apenas das regiões Emilia-Romagna e Calábria, origem dos parentes de nossas entrevistadas, segundo a tabela acima 109.309 imigrantes desembarcaram no Brasil. E esses dados dizem respeito à imigração até o ano de 1902, depois dessa data muitos imigrantes italianos iriam seguir os passos de seus conterrâneos.

Quando chegou ao Brasil, os Lavallo foram viver em Votorantim, região de Sorocaba. Yolanda nasceu nessa cidade e, em seguida, a família se mudou para São Paulo, no Brás, onde fixaram residência em diversas ruas. Maria nos conta esta história:

“Bom, eu tinha dois anos quando nós chegamos vindos da Itália. Ela nasceu aqui (apontando a irmã Yolanda), mas foi fabricada lá (risos). Viemos todos juntos, chegamos e fomos criados aqui. Primeiro nós fomos para Sorocaba, mas minha Mãe não queria vir, então nós fomos morar com a irmã do meu pai, que já

morava no Brasil. Quinze dias depois que nós chegamos, minha irmã nasceu. Depois do parto meu Pai foi procurar uma casinha pra morarmos em São Paulo. Foi onde nós nos criamos, todos nós, fomos morar na Rua Visconde de Parnaíba ⁶⁰. (Entrevista à autora: 19/08/2006).

Ângelo Trento também destaca que era comum entre os imigrantes preferir São Paulo às fazendas de café, regiões como Votorantin já industrializadas também era uma opção. E mesmo quando ocorria de se estabelecerem em uma dessas propriedades, a permanência costumava não se prolongar: no final, o destino era mesmo a capital paulistana.

No próximo item iremos tratar do cotidiano dos bairros operários de São Paulo – Brás e Pari -, suas moradias, os contornos da infância, as formas de lazer de nossas entrevistadas nessa fase da vida.

1.2 Braz do Brasil. Braz de Todo o Mundo⁶¹

A trajetória de Rosinha Lituana retrata a realidade da imigração em São Paulo: a personagem de *Parque Industrial*⁶² foge da fazenda de café com sua mãe, deixando para trás a lembrança e a imagem do pai: *Depois tinham chegado ao Braz, as duas sozinhas. A miséria. As idas inúteis ao Patronato Agrícola, donde um dia um velho as expulsou. Tinha ficado num porão. A mãe morrera.* ⁶³

Espartaco e Adelina começaram a vida de casados em São Paulo, tiveram quatro filhos: Elvira, Luiza, Leonilda (Nilde) e Armando. Luiza fala sobre a existência de mais uma irmã, que morreu logo após o parto.

A família se instalou no Pari bairro operário de São Paulo que se mistura com a Mooca, o Brás, o Belém; e onde se localizavam importantes fábricas dos mais diversos ramos industriais.

A questão da moradia operária em São Paulo transformou-se em um problema desde o final do século XIX, dado o inchaço da cidade, tomada pelo enorme contingente de imigrantes que nela se instalou.

⁶⁰ Ver anexo 1, mapa 3.

⁶¹ GALVÃO.P, Op.cit., p. 111.

⁶² Idem.

⁶³ Idem, p. 108.

As denúncias nos jornais operários ou não da época, nos fazem referências às precárias condições dessas moradias, à superlotação das mesmas, o problema das enchentes, característico dos bairros localizados em várzeas, entre outros; como escreve Maria Auxiliadora De Decca:

“Desde o final do século XIX o operariado urbano-industrial, congregado nos bairros operários, populares e industriais, habitou pobre e exíguas moradias, muitas vezes coletivas, nos vários núcleos e centros urbanos brasileiros. Essas moradias operárias sempre foram consideradas insuficientes e inadequadas: caras para os poucos salários operários, apresentavam, via de regra, um baixo padrão habitacional”⁶⁴.

É importante notar que no início do século XX o discurso higiênico ganha muita força. Com isso, essas moradias com iluminação, ventilação e saneamento básico precários passam a ser apontadas como focos de doenças e contaminações.

Todos estes fatores fizeram com que a construção de casas para o operariado industrial se transformasse em um excelente negócio, como observa Decca:

“No início do século XX, nas duas primeiras décadas, a construção de moradias destinadas à habitação do operariado industrial e urbano já se configurava como negócio lucrativo. Vilas operárias, habitações em série, de teto mais baixo, pequenas e modestas, muitas vezes afastadas das vistas da rua, passam a ser construídas por especuladores, por companhias construtoras e imobiliárias ou pelos próprios industriais (no caso, primordialmente destinadas para habitação de trabalhadores mais qualificados e especializados), mas, ao contrário do discurso do poder público, nunca constituíram economia significativa ou solução para o problema que o operariado enfrentava com a habitação”⁶⁵.

As novas medidas técnicas referentes à construção de habitações operárias podem ser entendidas como sociais: o pé-direito diminuiu de 5 para 4m, as janelas

⁶⁴ DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo de. *Indústria, trabalho e cotidiano: Brasil, 1880 a 1930*. São Paulo: Atual, 1991, p. 48.

⁶⁵ DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo de. *A vida fora das fábricas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, pp. 57-58.

tornam-se mais estreitas e baixas, etc, ou seja as condições precárias se tornam mais precárias. Como já apontamos, sua localização estava fora do perímetro central, nos bairros de Santana, Pirituba, Água Branca, Perdizes, várzea do Tamanduateí, do Pari, Mooca, Ipiranga, São Caetano, São Bernardo, Penha, Aricanduva, Tatuapé, São Miguel, Santo Amaro e a várzea do Pinheiros”⁶⁶. Terrenos nessas regiões abrigaram também vilas operárias, ligadas às grandes indústrias. Entre as mais conhecidas, a Vila Maria Zélia, de propriedade de Jorge Street, a Vila Cerealina do Grupo Matarazzo, a Vila Crespi, de Rodolfo Crespi, a Vila Nadir Figueiredo, da indústria de vidros de mesmo nome, a Vila Guilherme Giorgi e a Vila Beltramo⁶⁷.

De acordo com Luiza, sua família se instalou na Rua Juruá:

“Minha casa ela não era ruim, não. Era simples, mas era boa. Ela tinha fogão à lenha, era assim, você enfiava a lenha no fogão. Eu morava na Rua Juruá⁶⁸. Bem em frente à minha casa tinham muitas casas iguais, agora desmancharam. Ficava bem em frente à Av. Vautier⁶⁹, era do lado de lá (apontando para o lado contrário). Quando era criança, morei no alto do Pari numa vila. A casa era simples, mas a gente naquele tempo se sentia feliz, gostava muito da minha infância porque naquele tempo a gente brincava muito. Era tudo simples, morávamos numa vila onde tínhamos muitas amizades. Eu era muito amiga da Carolina a gente brincava. Nós tínhamos a mesma idade, tinha também a Norma que era muito amiga da minha irmã Elvira. Elas tinham a mesma idade também.” (Entrevista à autora: 23/06/2004).

Yolanda e Maria também se recordam de sua casa no Belém, à Rua Lopes Coutinho⁷⁰. Yolanda a descreve:

⁶⁶ BLAY, Eva Alterman. *Eu não tenho onde morar: vilas operárias na cidade de São Paulo*. São Paulo: Nobel, 1985, p. 75.

⁶⁷ Neste trabalho não pretendo prolongar a discussão sobre as vilas operárias já que nenhuma de nossas entrevistadas morou em vilas que estivessem vinculadas às indústrias. Sobre as vilas e operárias e suas implicações ver: BLAY.E. A, Op.cit.; DECCA. M. A. G. de, Op.cit. 1987,1991 e RAGO, Luzia Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar. Brasil: 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

⁶⁸ Ver anexo 1, mapa 1.

⁶⁹ Idem.

⁷⁰ Ver anexo 1, mapa 3.

“Minha casa era boa. Tinha uma sala, dois quartos, cozinha. Um quarto era para a gente ficar, afinal todas nós éramos mulheres. Meu pai e minha mãe ficavam no outro, era assim. Todas as casas que minha mãe pegava eram grandes por causa da gente. Nós dormíamos em uma cama de casal todas juntas, era uma farra.” (Entrevista à autora: 05/04/2008).

As brincadeiras e a “farra” com as irmãs levam Yolanda a lembrar das “brincas” da mãe:

“A gente começava a conversar e a rir e minha mãe falava ‘olha o chicote’ (risos) ‘olha o chicote’. A gente respondia ‘mãe, estávamos falando das histórias da escola e tudo’. E ela dizia ‘Olha...’.” (Entrevista à autora: 05/04/2008).

Quando nossas depoentes contam sobre as brincadeiras de infância, notamos que o fazem com tranquilidade. É como se essas atividades funcionassem como um alento embutido no universo de suas memórias. Luiza descreve suas brincadeiras:

“Ah brincava, nossa quanto que eu brinquei! Na entrada da vila tinha um portão grande, de um lado era cheio de mato e era cercado. Eu brincava muito, eu pegava aquelas latinhas de massa de tomate vazia e fazia comidinha. Eu e a Carolina fazíamos o foguinho com aquele mato que a gente pegava. Tinham muitas brincadeiras e a Norma brincava com a Elvira. Elas tinham a mesma idade. Também, coitadas, elas já morreram. A Carolina era irmã da Norma, já morreram as duas”. (Entrevista à autora: 23/06/2004).

Aqui Maria também conta de suas brincadeiras:

“Brincava muito na infância. Gostava de brincar de pega-pega e amarelinha. Nossa, como gostava de brincar!” (Entrevista à autora: 05/04/2008).

Yolanda também se divertiu muito:

“Ih... era menina de rua. Eu pulava corda, amarelinha, jogava bolinha de gude nos registros de água da rua”. (Entrevista à autora: 05/04/2008).

Os relatos sobre as conversas com os vizinhos na rua, as brincadeiras e a convivência com os moradores do bairro ou da vila, são lembranças em comum de nossas entrevistadas. Todas relembram da solidariedade, das amizades, da ajuda mútua, características de uma São Paulo guardada em suas memórias.

Em *Parque Industrial* há um diálogo entre crianças moradoras de um cortiço, escutando as conversas das mães que lavam roupas nos tanques coletivos, diálogo este que nos traz um pouco deste cotidiano de bairros como os de nossa depoentes:

“A conversa das creanças começa simples, pudica. Sentam-se mais perto. A conversa se esquentava, grave, confidencial. Os cerebrozinhos recalçados se expandem e falam baixinho o que as mães sabem que elas falam. – Você já é moça? Um garoto maldoso pretende ouvir. – Vá se embora! Menina com menina! Menino com menino! O garoto esganiça: - Sae chiveta! Vae brincar de acusado. As meninas recomeçam. – As mulheres atôa fazem que nem as casadas? As palavras agora saem como um sopro: - Eu já vi minha mãe uma vez... – Como era? – Tem mulher que faz com mulher! – Não acredito. Não pode... – Pode sim! Eu li num livro. Se assustam. Um grito mole ali perto. – Com...chi...ta! Seu pae chegou! Vem pra dentro! O preto da pamonha se rodeia da pequenada”⁷¹.

Outra lembrança positiva da infância das depoentes diz respeito ao cinema, lazer acessível aos operários e garantia de diversão; ainda mais em uma época em que era seguro para as crianças circular pelas ruas tarde da noite. Yolanda narra certa feita em que, acompanhada das irmãs, foi ao cinema e chegou em horário além do combinado com a mãe:

“Tinha o cinema Babylônia, aí na Celso Garcia⁷², agora não sei o que é. Então nós saímos (do cinema) de madrugada, era quase uma hora da manhã. Minha mãe ficava no portão e a gente não vinha (Yolanda levanta e imita a mãe

⁷¹ GALVÃO.P, Op.cit., p. 97.

⁷² Ver anexo 1. mapa 3.

esperando no portão com o cabo de vassoura nas costas): ‘Agora elas vão ver’, e o cabo de vassoura atrás dela. ‘Muito bonito, até agora! Não falei pra vocês chegarem até as nove? uma hora tinham que vir embora, Já pra dentro!’ Dava com a mão na nossa bunda (risos). Bateu e bateu, nós ríamos tanto! e ficamos na cama. Ela dizia ‘Vocês vão, mas se não vierem na hora que eu marco, vocês não vão mais. Eu fecho a casa e fico com a chave’. Ela tinha muita confiança na gente, não tinha tanta coisa, não tinha malícia, um respeito com a gente, tem que ver!’”. (Entrevista à autora: 05/04/2008).

Como examinaremos no capítulo II, os salários eram baixos e, conseqüentemente, o lazer era relegado a segundo plano. Porém, isso não significava ausência de lazer, que era em boa parte preenchido pelo cinema; o que já é sugerido no depoimento de Yolanda e que irá se confirmar em outras falas de Luiza e Maria. O cinema era via de regra a diversão favorita de nossas depoentes, que também gostavam e eram freqüentadoras constantes de bailes. Yolanda continua:

“Dancei, dançava com um cunhado meu que já é falecido. Ele namorava com a minha irmã que é falecida também. Ele dizia ‘cê fica em casa que eu vou com a Yolanda no baile.’ (risos) Minha mãe dizia ‘Cuidado com essa menina, hein!’ Sabe que horas nós saíamos? Entrava no baile nove, dez horas no salão e saía às quatro da manhã. Por isso que eu gosto tanto de dançar. Dançava maxixe, samba. A única coisa que eu não aprendi foi o tango. Dançava o chorinho, o bolero, tudo. Eu dançava e danço! Olha não era por falar, não!””. (Entrevista à autora: 05/04/2008).

À época desta entrevista, Yolanda freqüentava aulas de dança de salão junto com sua amiga Adélia e outras do grupo da terceira idade da unidade Ipiranga do Sesc quando, segundo ela, tem oportunidade de mostrar sua perícia e suscitar admiração.

A dança também faz parte da história da Luiza. Em sua juventude, pulava o muro de casa e, à revelia dos pais, saía para os salões de baile. Sua especialidade era o tango, estilo no qual orgulha-se de ter vencido campeonatos. Cita alguns dos estabelecimentos que freqüentava:

“Eu ia dançar... Ah, quando eu era solteira, nossa se eu ia! Lá no Largo da Concórdia⁷³, lá tinha um salão chamado Minas. Gostava tanto, falava pra minha mãe que ia na casa de uma amiga; em vez eu ia dançar. Tocava sempre maxixe, samba; não eram, assim, essas músicas bonitas. E tango, ah, eu era craque no tango! Nossa, eu sabia... E o Rafael, irmão do marido da Norma, ele dançava bem e eu dançava com ele”. (Entrevista à autora: 23/06/2004).

Luiza e Yolanda escolhiam bem os pares com quem iam dançar. Os rapazes deveriam dançar muito bem, caso contrário, teriam seus convites recusados; e lhes restaria a contingência pouco divertida de passar o baile sentado em algum canto do salão.

Em seu livro “*Brás, Bexiga e Barra Funda*” Antônio de Alcântara Machado descreve a cena de um baile:

“Na orquestra o negro de casaco vermelho afastava o saxofone da beijorra para gritar: **Dizem que Cristo nasceu em Belém...** (...) Os pares dançarinos maxixavam colados. No meio do salão eram um bolo tremelicante. Dentro do círculo palerma de mamãs, moças feias e moços enjoados. A orquestra preta tonitroava. Alegria de vozes e sons. Palmas contentes prolongaram o maxixe. O banjo é que ritmava os passos”⁷⁴.

Os bailes rondam as lembranças de nossas depoentes como um grande prazer. E enquanto falamos sobre tango, Luiza resgata da memória os passos figurados e a morte do cantor argentino Carlos Gardel. Contou que estava trabalhando na fábrica quando alguém apareceu com a notícia. Chorou, ficou triste e até hoje gosta de ouvir os tangos de seu ídolo, que têm o poder fazê-la viajar no tempo: “Eu volto ao meu tempo de moça”, diz.

Morar nos bairros operários do Pari, Mooca, Brás entre outros, proporcionava um cotidiano tranquilo, simples, mas divertido; que traz boas recordações para nossas depoentes. Yolanda recorda-se:

⁷³ Ver anexo 1, mapa 4.

⁷⁴ MACHADO, Antônio de Alcântara. *Brás, Bexiga e Barra Funda: Notícias de São Paulo*. São Paulo: IMESP/DAESP, 1982, p. 71.

“A Maria e a Leontina, se fantasiavam de caipira. Todas (se fantasiavam de caipira), até minha mãe. Dancei muito, brinquei de roda; no final do ano nós vestíamos o casaco, tocávamos os apitos, batíamos nas portas, fazíamos uma roda e botávamos todos os casais de namorados na roda, a gente cantava pra eles. A minha infância foi muito boa. Olha, vou te contar, eu tive infância! As meninas de hoje não tem; agora, eu tive. Era coisa de bairro. As crianças eram todas unidas. Chegava numa certa hora da noite, a gente pegava as cadeiras, ficava todo mundo sentado, as mulheres e as crianças. A gente ficava na rua dançando, falando. Não sei se a Luiza se lembra. Tinha aí na Rua Firmiano Pinto⁷⁵, lá tinha a linha de tiro que se formavam os rapazes já soldados. Chamavam de linha de tiro. Então eles vinham fazer o exercício na nossa rua (Yolanda apruma-se para dizer que eles eram garbosos), um uniforme verde lindo, marchando e nós todas olhando. Aí eles pediam água e nós ficávamos conversando com eles. Minha infância foi boa, viu, não posso me queixar, se me queixo é pecado. Eu digo uma maravilha, viu”. (Entrevista à autora: 05/04/2008).

O tiro de guerra também está presente na narrativa de Alcântara Machado:

“- Companhia! Per...filar! No largo Municipal o pessoal evoluía entre as cadeiras do bar e as costas profônicas de Carlos Gomes para divertimento dos desocupados parados aos montinhos aqui, ali, à direita, à esquerda, lá, atrapalhando. –Meia volta! Vol...ver! O sargento cearense clarinava as ordens de comando. Puxando pela rapaziada. – Não está bom não! Vamos repetir isso sem avexame! De novo não prestou. –Firme! Pareciam estacas. Meia volta! Tremeram. –Vol...ver! Volveram. Abém! Aristodemo era o base da segunda esquadra”⁷⁶.

Cotidiano de bairro, cotidiano simples, mas deliciosamente vivido por nossas entrevistadas. São bairros facilmente identificados por sua veia cultural, seja italiana,

⁷⁵ Ver anexo 1, mapa 3.

⁷⁶ MACHADO. A. D. A, Op.cit., p. 51.

portuguesa, espanhola. O lazer “propiciava uma vida mais coletiva e não se igualava certamente ao do lado rico da cidade”⁷⁷.

No próximo item vamos acompanhar o curto período em que nossas entrevistadas estiveram na escola e porque deixaram os estudos.

1.3 Uma Rápida Passagem Pela Escola

Todas as depoentes deixaram de estudar para trabalhar. Tratava-se de uma necessidade, todas tinham famílias grandes e, como mulheres, precisavam ajudar no orçamento doméstico. O problema da instrução do proletariado se fez presente em todo o período republicano, como reporta Maria Auxiliadora:

“Como sabemos, é com a República que se estrutura realmente um sistema de instrução pública no Brasil, principalmente no nível do ensino elementar e primário. O operariado imigrante teve, no entanto, pouco acesso a esse tipo de instrução no final do século XIX e inícios do século XX. Foi a partir das décadas de 1910 e 1920 que os filhos do operariado imigrante passaram a freqüentar as escolas públicas e os grupos escolares, em cidades como Rio de Janeiro e São Paulo e em centros urbanos de menores dimensões. Sua freqüência às escolas era dificultada pelas condições precárias de vida, tornando-se irregular e intermitente”⁷⁸.

A prioridade, no caso da instrução para os filhos de operários ou de famílias pobres, era o ensino primário. O ensino médio era claramente reservado às classes médias⁷⁹. Yolanda conta sobre quando deixou a escola:

“Estudei até o quarto ano, depois fui trabalhar, todas nós (irmãs) fomos. Quem estudou um pouco mais foi meu irmão, era o único homem, então... Meu irmão estudou, mas minhas irmãs não sabiam ler nem escrever. Só quem sabia ler e escrever era eu, a Maria e meu irmão. E a gente falava português; minha Mãe falava tudo em italiano, nós entendíamos. Até hoje eu entendo, mas eu não sei

⁷⁷ DECCA. M. A. G. de, Op.cit., 1987, p. 42.

⁷⁸ Idem, 1987, p. 60.

⁷⁹ Idem, 1987, p. 44.

falar. Já minha irmã sabe algumas coisas, a Maria veio com dois anos da Itália”.
(Entrevista à autora: 05/04/2008)

Luiza estudou até a terceira série e aos oito anos começou a trabalhar com sua mãe na fábrica onde eram produzidas fitas de seda. Maria também falou sobre a escola:

“Eu completei o primário, gostava muito da escola. Uma lembrança que tenho é de um desenho que eu sempre fazia, era uma casinha bem no alto da folha do caderno”. (Entrevista à autora: 05/04/2008).

Apesar de gostar da escola, Maria quase repetiu o primeiro ano:

“Perto da escola ficava a igreja de São José. Eu achava linda aquelas imagens dos santos. Até hoje sou muito católica, tenho a reza de todos os santos. Bom, antes de dar o horário de entrar na escola, eu corria na igreja e ficava olhando as imagens. Me distraía e perdia o horário, então não me deixavam mais entrar. Por pouco não repeti o primeiro ano por falta... (risos)”. (Entrevista à autora: 19/08/2006).

Em outra passagem de Parque Industrial, a questão da falta de instrução das mulheres da classe operária se faz presente através da conversa de personagens caracterizadas como oriundas da burguesia no Automóvel Clube:

“O garçom alemão, alto e magro, renova os cocktails. O guardanapo claro fustiga sem querer o rosto de Mlle. Dulcinéia. A língua afiada da virgenzinha absorve a cereja cristal. – O voto para as mulheres está conseguido! É um triunfo! – E as operárias? Essas são analfabetas. Excluídas por natureza”⁸⁰.

A abordagem literária sobre a falta de instrução das operárias condiz com a realidade educacional de nossas depoentes, que ainda tiveram a “sorte” de serem alfabetizadas.

⁸⁰ GALVÃO.P, Op.cit., p. 89.

No próximo item iremos discorrer sobre a legislação trabalhista referente ao menor. Também nos debruçaremos sobre a questão do trabalho infantil operário e doméstico, realidade presente na vida de nossas entrevistadas.

1.4 O Trabalho do Menor e a Legislação Trabalhista

Durante as primeiras décadas do século XX, a discussão em torno da legislação trabalhista se fez presente; e é possível afirmar que ela só ganhou força após os movimentos grevistas de 1917 e 1919 em São Paulo e no Rio de Janeiro. Nesses anos, vários projetos de autoria do deputado Maurício de Lacerda, pertencente à bancada trabalhista na câmara dos deputados federais, foram apresentados no sentido de regularizar as questões trabalhistas e sociais.

Foram apresentados os projetos nº. 135 de 24 de Julho de 1917, que pretendia regularizar o trabalho do menor; o projeto nº. 137 de 18 de Julho de 1917, sobre o contrato de aprendizagem; e o projeto nº. 284, o primeiro apresentado sobre o código do trabalho e que permaneceu em discussão durante os anos de 1918 e 1919.

O projeto nº. 284 estipulava 8 horas diárias de trabalho com possibilidade de prorrogação, também instituía que menores de 10 anos só poderiam trabalhar seis horas por dia e que os maiores de 15 anos trabalhariam às oito horas estipuladas. A justificativa para sua efetivação e aplicação estava relacionada à repressão ao intenso movimento grevista que acontecia em São Paulo nos anos de 1918 e 1919.

A discussão se prolonga e em 1923 é apresentado o novo código de trabalho através do projeto nº. 265. Permanecem às 8 horas diárias e é proibido o trabalho de menores de 14 anos, sendo que os maiores entre 14 e 18 anos trabalhariam 6 horas. Em alguns casos analisados judicialmente o trabalho de maiores de 12 anos poderia ser autorizado.

Somente em 1926, com a emenda Constitucional, é que o Congresso fica encarregado de legislar sobre o trabalho. Vários projetos são apresentados no decorrer desses anos, mas discussões sobre horas de trabalho, descanso semanal, férias, se arrastavam e não obtinham uma real efetivação.

A discussão acerca do trabalho dos menores nas indústrias e em outros setores girava em torno da idade em que estes poderiam ingressar no mercado de trabalho.

Somente com o Decreto nº. 5083, de primeiro de dezembro de 1926⁸¹, a questão é efetivada e é instituído o Código de Menores.

De acordo com o artigo 59, o trabalho em todo o território nacional ficava proibido para os menores de 12 anos. Os menores de 14 anos também não poderiam trabalhar caso não tivessem completado a instrução primária. Mas em casos específicos, através de uma autorização judicial, seria autorizado caso a subsistência da família dele dependesse. Neste caso o menor deveria receber a instrução básica devida.

Para os menores de 18 anos proibiu-se trabalhos perigosos, como o manuseio de corantes ou tintas, ou qualquer tipo de material que pudesse liberar substâncias venenosas. No caso do trabalho do menor ser imprescindível para o sustento da família exceções ao trabalho dos menores de 18 anos poderiam ser abertas, neste caso eles só poderiam trabalhar seis horas por dia, com várias pausas para repouso que não poderiam ser inferiores há uma hora. Também estava proibido o trabalho noturno durante o período que se estende das sete horas da noite às cinco horas da manhã.

Todos estes aspectos, assim como a guarda da documentação destes menores e seus atestados médicos, diziam respeito aos contratantes. A documentação deveria ser apresentada quando a fiscalização assim o exigisse, caso contrário o contratante estaria sujeito a multas.

A reação dos comerciários e industriais foi rápida, como conta Ângela de Castro Gomes:

“A tolerância diminuía gradativamente ao longo dos anos e a pressão do patronato consistia em estendê-la ao máximo. Assim, em 1927, o Centro de Fiação e Tecelagem de S. Paulo lidera a reação do comércio e da indústria ao Código, através de um memorial dirigido ao Presidente da Câmara Federal e encaminhado pelo próprio Presidente do Estado, na ocasião, o Dr. Júlio Prestes”⁸².

A proposta dos comerciários e industriais era que o trabalho de menores entre 13 e 18 anos fosse equiparado ao trabalho dos adultos, sendo que somente os menores de 13 anos teriam seu trabalho limitado há seis horas por dia. Este movimento consegue

⁸¹ Senado Federal. Online: disponível na internet via <http://www6.senado.gov.br/sicon>. 27/08/2008.

⁸² GOMES, Ângela Maria de Castro. *Burguesia e trabalho: política e legislação social no Brasil, 1917-1937*. Rio de Janeiro: Campus, 1979. p. 182.

que seja aprovada uma emenda ao projeto da Câmara que permitia o trabalho de menores entre 14 e 18 anos por 8 horas, desde que fosse autorizado por juiz.

Desta forma o discurso do patronato se voltava para a reforma do Código dos Menores, com o intuito de diminuir a faixa de idade de 18 para 16 anos e o aumento das horas de trabalho de seis para oito horas. Por parte do patronato foram organizadas comissões para que os estabelecimentos fossem visitados e as “boas condições” as que estavam submetidos os menores ficassem atestadas.

O resultado maior de todo este movimento, apesar de muitas empresas terem sido multadas, foi a não aplicação do Código. O patronato burlava as leis, falsificava documentos e continuava a empregar crianças em seus estabelecimentos.

Em 1930 é instituído o Governo Provisório de Getúlio Vargas. Em novembro do mesmo ano, através do Decreto nº. 19433⁸³ foi criado o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, órgão que seria responsável pela criação e efetivação da legislação social e trabalhista.

Em 1931 já existem seis anteprojetos na câmara acerca do horário de trabalho, a regulamentação do trabalho feminino e do trabalho dos menores, as convenções coletivas de trabalho, as juntas de conciliação e o julgamento do salário mínimo.

Somente em 1932, com o Decreto nº. 22042⁸⁴ de três de novembro é que a regulamentação do trabalho dos menores na indústria seria efetivada. Não poderiam trabalhar na indústria os menores de 14 anos. E para que estes fossem admitidos deveriam apresentar carteira de identidade, autorização dos pais ou responsável, atestado médico e prova de saber ler, escrever e contar. Caso ficasse provado que o trabalho do menor era indispensável à subsistência de sua família, estaria dispensado de apresentar o último item referente à educação.

Os menores de 12 a 14 anos não entrariam na proibição se fossem empregados em estabelecimentos onde estariam sob a autoridade de seus familiares, estabelecimentos beneficentes ou de caráter profissional; desde que fossem fiscalizados por autoridade competente.

O horário de trabalho na indústria, inclusive para os menores, é regulamentado pelo Decreto nº. 21364⁸⁵ de quatro de maio de 1932, que estabelecia oito horas diárias,

⁸³ Senado Federal, Op.cit.

⁸⁴ Idem.

⁸⁵ Ibidem.

sendo que o menor não poderia começar antes da cinco horas da manhã ou terminar após as dez horas da noite.

Continuava proibido o trabalho noturno dos menores entre 14 e 18 anos, sendo que o horário noturno passava a ser das dez horas da noite às cinco horas da manhã, sofrendo um aumento de três horas com relação ao decreto anterior.

Caso ficasse provado que o trabalho efetuado pelo menor era indispensável à indústria ou que sua proibição poderia acarretar perda de matéria-prima, poderia ser autorizado pelo juiz.

Anualmente os empregadores teriam que enviar um relatório ao Departamento Nacional do Trabalho contendo todos os dados sobre os menores empregados em seus estabelecimentos.

Continuavam proibidos os trabalhos que requeriam o manejo de materiais perigosos ou materiais que apresentem qualquer tipo de risco a saúde do menor.

O próximo decreto aprovado foi o Decreto Lei nº. 3616⁸⁶ de 13 de Setembro de 1941, que proibia o trabalho de menores de 14 anos, com exceção de trabalhos em instituições profissionais, beneficentes ou disciplinares. O Trabalho dos menores de 18 anos seria observado, com exceção dos serviços domésticos ou se este trabalho fosse realizado em estabelecimentos sob a proteção de familiares.

Permanecem instituídas às oito horas de trabalho, e caso o menor trabalhasse em mais de uma empresa suas horas deveriam ser totalizadas. Deveria existir um descanso que não poderia ser inferior a 11 horas.

O trabalho de menores entre 16 e 18 anos poderia ser autorizado por um juiz, e o horário de trabalho poderia ser prorrogado em casos excepcionais, como já apontamos acima.

A grande inovação deste decreto é a instituição da carteira de trabalho do menor que seria emitida após a apresentação da certidão de identidade, da autorização dos pais ou responsável, da autorização do juiz, do atestado médico e de vacinação, da prova de saber ler, escrever e contar; que poderia ser o certificado de conclusão do curso primário ou uma prova aplicada ao menor, declaração do empregador com a descrição do cargo que o menor iria exercer, duas fotos e o pagamento de uma taxa de dois cruzeiros.

Continuavam proibidos os trabalhos insalubres ou que atentassem contra a moralidade do menor.

⁸⁶ Ibidem.

Empregador, pais ou responsáveis e a autoridade judicial deveriam zelar pelo cumprimento destas leis, caso contrário sofreriam multas e penalidades. Este decreto mantém o relatório anual.

Quando da consolidação das leis trabalhistas através do Decreto Lei nº. 5452⁸⁷ de primeiro de Maio de 1943, todas as leis deste decreto são mantidas.

Através deste levantamento e ao cruzarmos essas informações com os depoimentos de nossas entrevistadas, percebemos que a lei existia no papel, mas industriais munidos de relações com políticos de influência no cenário social utilizavam todos os métodos para que estas leis não fossem aplicadas. E o pensamento consensual se voltava para o lucro das fábricas e estabelecimentos comerciais. Por isso não é de se espantar que os filhos de nossas depoentes tenham começado a trabalhar com doze, treze anos já na década de 50.

A seguir vamos adentrar neste mundo do trabalho infantil através das falas das entrevistadas. Deixemos que elas nos contem essa experiência.

1.5 A Experiência de Ser Criança e ser Trabalhador

A narrativa de Luiza sobre o início de seu trabalho na fábrica, aos oito anos, traz explícita a admiração pela mãe. Ao mesmo tempo, a infância deixa de ser uma lembrança agradável:

“Minha infância, a minha infância não era boa, não, eu tinha que trabalhar. Tinha oito anos e já fui trabalhar com minha mãe, ela trabalhava no tear de fita e eu ia ajudar ela a tirar as espulas. Eu não lembro o nome da fábrica, era de teares de fita, eram fitas douradas que eles punham nos caixões, lembro disso. A fábrica ficava era na Av. Vautier⁸⁸, era uma fábrica de tear, só faziam essa fita dourada” (Entrevista à autora: 23/06/2004).

Luiza e Elvira, sua irmã mais velha, acompanharam a mãe no trabalho da fábrica. A atividade de retirar espulas ou fiapos que ficavam nas máquinas era uma das que “não ofereciam riscos”; portanto podia ser exercida por crianças, como nos mostra a

⁸⁷ Ibidem.

⁸⁸ Ver anexo 1. mapa 1.

tabela abaixo sobre as funções de operários nas fábricas têxteis, discriminados por sexo e idade:

Operários				
Ofícios	Homens	Mulheres	Menores	Total
1. Batedor	93,64	1,27	5,08	100,00
2. Cardador	85,00	9,60	5,40	100,00
3. Passador	6,58	91,23	2,19	100,00
4. Maçaroqueiro	18,06	78,30	3,64	100,00
5. Fiandeiro	20,44	37,87	41,69	100,00
6. Carreteleiro	4,48	70,54	24,98	100,00
7. Espulador	0,43	29,40	70,17	100,00
8. Bobinadeiro– Meadeiro	38,89	38,89	22,22	100,00
9. Urdidor	2,41	91,86	5,73	100,00
10. Tecelão	27,76	67,94	4,29	100,00
11. Engomador	90,80	3,45	5,75	100,00
12. Alvejador	62,12	-	37,88	100,00
13. Tintureiro	92,36	1,40	6,24	100,00
14. Estampador	98,39	-	1,61	100,00
15. Acabador	23,96	51,58	24,46	100,00
16. Costureira	4,20	75,60	20,20	100,00
17. Mestre	94,23	5,77	-	100,00
18. Contramestre	93,56	6,44	-	100,00
19. Mecânico	96,05	-	3,95	100,00

Fonte: Recenseamento de 1920. v. V (2ª parte) – Salários. pp. 32-41, 387 e 389.⁸⁹

Através da tabela percebemos que, em pelo menos três funções, a presença de menores é superior ao de homens e mulheres. São elas: fiandeiro, espulador e alvejador.

A função de alvejador está em destaque porque, segundo a tabela, somente homens e menores a exerciam. Os menores entre os 37,88% que trabalhavam como alvejadores eram expostos, ao lado dos adultos, ao manejo de substâncias venenosas

⁸⁹ RIBEIRO, Maria Alice Rosa. *Condições de trabalho na indústria têxtil paulista (1870-1930)*. São Paulo: Editora HUCITEC, 1988, p.136.

utilizadas no processo de branqueamento dos tecidos. Devemos atentar para o fato de que em 1920 ainda não existia um decreto que proibisse crianças de exercerem funções que oferecessem risco à sua integridade física.

A função de espulador, trabalho exercido por Luiza quando iniciou a vida na fábrica junto com sua mãe, apresenta 70,17 % de menores, índice que pode sinalizar para um tipo de trabalho que poderia ser exercido por menores. A função de fiandeiro, embora um pouco mais equilibrada em seus índices, também se encaixa como um tipo de trabalho adequado às crianças.

Em outra tabela deste mesmo recenseamento conseguimos ter uma idéia do número de menores na indústria têxtil. Em 247 estabelecimentos recenseados trabalhavam 34.825 operários. Desses, 14.352 homens (41.21% do ramo), 17.747 mulheres (50.96% do ramo) e 2.726 menores (7.83% do ramo).⁹⁰

Através destes dados conseguimos perceber o grande número de mulheres presentes na indústria têxtil, mas não podemos desconsiderar as quase três mil crianças trabalhando nessas fábricas.

A fábrica, odiada e amada, torna-se o cenário em que a vida dessas operárias será tecida. Nela irão buscar seu sustento e deixarão de ser crianças para se tornarem responsáveis pelo lar. Nesse espaço vão travar amizades, conhecerão os maridos é o lugar onde são tecidas as tramas de suas vidas.

A opção dos patrões pelo trabalho feminino e infantil deve-se, além da possibilidade de contar com uma folha de pagamento formada por baixos salários, a outra razão apontada por Paul Mantoux⁹¹:

“Os fabricantes da indústria têxtil encontraram uma outra solução para o problema que tanto que os estorvava. Consistia ela na contratação maciça de mulheres e, principalmente, de crianças. O trabalho nas fiações era fácil de aprender, exigia muita pouca força muscular. Para algumas operações, o pequeno porte das crianças e a finura de seus dedos faziam delas os melhores auxiliares das máquinas”⁹².

⁹⁰ RIBEIRO. M. A. R, Op.cit., p. 158.

⁹¹ MANTOUX, Paul. *A revolução industrial no século XVIII: estudos sobre os primórdios da grande indústria moderna na Inglaterra*. São Paulo: Hucitec, s/d.

⁹² MANTOUX. P, Op.cit., p. 418.

O trabalho infantil, principalmente nas fábricas, era visto pelos industriais com bons olhos. O discurso para a defesa do emprego de crianças era a de que o trabalho os afastava da ociosidade e dos perigos da rua. Empregadas nas fábricas, os pais poderiam acompanhá-las, o que se caracterizaria como atitude mais responsável do que deixar as crianças em casa entregues a própria sorte. Como diz Luzia Margareth Rago:

“Aos olhos do patronato, a função moralizadora do trabalho justifica a introdução de um vasto contingente de menores nas indústrias, especialmente nas têxteis. O trabalho nesta perspectiva aparece como uma maneira de impedir a vagabundagem e o desperdício das energias das crianças. Não raro, os pais participam da ética puritana do trabalho, coniventes com a representação imaginária do trabalho como atividade redentora e enobrecedora, formadora do bom caráter do cidadão, ou seja, como uma virtude”⁹³.

Junte-se à justificativa moralizadora do trabalho o fato de as crianças serem frágeis, indefesas, tímidas; mesma justificativa para o trabalho feminino, o que transforma este contingente no operariado ideal para a indústria.

Os industriais se serviam também da justificativa de que os pais das crianças aprovavam seu trabalho nas fábricas, como nos conta novamente Margareth Rago:

“Ora, afirmavam os industriais, os próprios pais operários desejavam que seus filhos trabalhassem em seus estabelecimentos, pois isto representaria um alívio no orçamento doméstico. Os dois lados saíam beneficiados deste contrato: os patrões economizariam ao empregar uma força de trabalho não especializada e mais econômica; os pais lucrariam, completando seu rendimento financeiro. O emprego de uma mão-de-obra tão jovem não deveria então chocar, apelava o discurso patronal, pois atendia aos interesses dos próprios operários”⁹⁴.

E também não podemos esquecer de que, para uma família de extração social aviltada, o fato de as crianças trabalharem não gerava surpresa, pois, nas palavras de Thompson:

⁹³ RAGO. L. M, Op.cit., 1988, p. 136.

⁹⁴ Idem, p. 139.

“É fato que os pais não só necessitavam dos salários de seus filhos, mas também julgavam natural que eles trabalhassem”⁹⁵.

A necessidade se fazia presente. E em sua grande maioria as crianças eram enviadas para as fábricas ou para outros tipos de serviço porque seu trabalho garantia o orçamento doméstico, como diz Esmeralda Blanco:

“A exploração do trabalho se dava por meio da compressão salarial do trabalhador adulto do sexo masculino; da exploração da mão-de-obra feminina, uma vez que a remuneração de meninas e de adolescentes de sexo feminino caracterizava a dupla discriminação de sexo e de idade; e refletia claramente o fato de que sobre a infância e a adolescência pesava decisivamente a determinação do empresariado em reduzir os custos da produção. A presença de crianças e de adolescentes no trabalho industrial tornou-se, talvez, o referencial mais importante de que a pobreza não deixara de rondar as famílias de muitos e muitos imigrantes, cuja precária sobrevivência dependia em parte do trabalho dos próprios filhos”⁹⁶.

A mãe operária sempre foi motivo de orgulho e admiração para Luiza. Durante toda a entrevista ela ressaltou como Adelina trabalhava, e trabalhava muito. As condições de trabalho da mãe de nossa depoente também aparecem no relato, bem como o tratamento dispensado às operárias caso não alcançassem as metas de produção ou tivessem que lidar com algum imprevisto, como um fio partido no tear. Tudo isso está presente em sua memória:

“Minha mãe sempre trabalhou coitada, ela ficava de turno. Quando elas trabalhavam era um mês de noite e um mês de dia. Ela entrava às seis da tarde e saía às seis da manhã. Ela trabalhava na tecelagem aí do Matarazzo, tecelagem de seda na Rua Joli⁹⁷ numa travessa da Avenida Celso Garcia⁹⁸. A fábrica era do

95 THOMPSON, E.P. *A Formação da Classe Operária Inglesa* – v. II. Tradução Denise Bottman, Renato Bussato Neto e Claudia Rocha de Almeida. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p. 211.

96 MOURA, E. B. B. D, Op.cit., p. 262.

97 “(...) a ‘S. A. Tecelagem de Seda Ítalo-Brasileira’, que pertencera ao grupo Créspi/Puglisi e fora fundada em 1907. Já em 1930, esta última sofrera uma redução de capital, sendo adquirida, então por Guilherme Guinle (grupo Doca de Santos). Seguiu-se outra redução, em 1933, passando em 1935 para o

Matarazzo e ela trabalhava no tear, ela trabalhava um mês de noite entrava as seis da tarde e saia as seis da manhã, coitada minha mãe trabalhou pra chuchu. Quanto que ela trabalhou! Meu Pai não era muito legal. Ele trabalhava um mês, depois ficava mais de quinze dias em casa. Ele não era de trabalhar muito não”. (Entrevista à autora: 23/06/2004).

Luiza conta que a relação de Adelina com os mestres da fábrica não era boa. Junte-se a isso as metas que as operárias deveriam alcançar no final do dia:

“No tempo que minha mãe era menina os mestres era ruins, batiam, davam beliscão. Minha mãe contava que os mestres davam o metro que elas tinham que fazer no tear. Era obrigado a fazer, senão batiam nelas. Minha mãe, coitada, ela disse que nunca chegaram a bater nela porque ela era craque no tear. Ela trabalhava fazendo seda. Naquele tempo tinha muito tecido de seda para fazer porque trabalhar com seda não era fácil, não. Porque se um fio quebrava a peça ficava com defeito, ficava um desfiado. Precisava abrir um olho! Coitada, às vezes quebrava o fio, minha mãe não percebia e tinha que voltar pra trás e começar tudo de novo até chegar onde começou. Ela tinha que ter um olho porque seda quebra fácil, coitada, quanto que minha mãe trabalhou! Ela era craque no tear, minha mãe”. (Entrevista à autora: 23/06/2004).

Este relato de Luiza nos traz uma questão acerca da produção e do controle que os mestres poderiam exercer sobre as operárias. Receber um tear em boas condições ou mesmo material de boa qualidade era fundamental para a garantia do salário ao fim do mês, como escreve Maria Alice Ribeiro:

grupo Matarazzo.” In: MARTINS, José de Souza. *Conde Matarazzo, o empresário e a empresa: estudo de sociologia do desenvolvimento*. São Paulo: Hucitec, 1974, p. 41.

“Ainda no mesmo distrito, em 1935, comprou uma firma de tecelagem de seda, que foi renomeada para “Tecelagem Brasileira de Seda”. A firma original, a “Tecelagem Ítalo- Brasileira de Sedas”, foi fundada no Brás pelos empresários imigrantes italianos Crespi e Puglisi, em 1907.” In: GUNN, Philip e CORREIA, Telma de Barros. “A Industrialização Brasileira e a Dimensão Geográfica dos Estabelecimentos Industriais” In: *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais* – v.7, n.1, 2005, p. 33. – : Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional; editor responsável Henri Acselrad : A Associação, 2005. Ver anexo 1, mapa 3.

⁹⁸ Ver anexo 1, mapa 3.

“Somando-se o tempo necessário para o tecelão substituir a espula na lançadeira e atar os fios partidos do urdimento tinha-se que a perda de tempo era considerável. Como em geral o tecelão ganhava por peça produzida, essa perda significava menor salário”⁹⁹.

Quando falamos sobre seu pai, Luiza fica um pouco contrariada, talvez por ter assistido à sua mãe trabalhar dia e noite e seu pai ser um “legera”¹⁰⁰:

“Meu pai quando era novo era um ‘legera’, não gostava muito de trabalhar. Ele tinha um ofício, ele fazia vassouras, escovas de cabelo, de roupa. Era um serviço muito delicado, era uma tábua cheia de furinhos. Ele pegava a crina de cavalo que era trabalhada, curtida e limpa, e meu pai tinha umas tábuas para fazer escovas de limpar roupa e pentear o cabelo. Ele usava crina de rabo de cavalo, era um cabelo fino bem fino, tinha que ser. Meu pai fazia isso, fazia escovas de roupa, de cabelo”. (Entrevista à autora: 23/06/2004).

Temos que ressaltar a profissão do pai de Luiza, que por ser um fabricante, não possuía obrigações com horários ou com patrões, daí talvez a impressão de sua filha de que ele fosse um “legera”.

A infância para Yolanda e Maria também terminou cedo, as responsabilidades chegaram depressa. Yolanda fala de seu primeiro trabalho:

“A gente foi crescendo e eu comecei a trabalhar. Vou até te contar...de faxineira. Eu fui trabalhar numa casa com doze anos. É, eu fiquei trabalhando com ela era por ela ser uma mulher rica, muito rica. Minha mãe ficou viúva nova com 56 anos. Meu pai tinha 65 anos quando faleceu. Então eu e minhas irmãs precisamos começar a trabalhar para ajudar lá em casa. Aí começou todo mundo: as que eram mais novas, as mais velhas, todas começaram a trabalhar. Eu e essa minha irmã, a Maria, ela veio com dois anos da Itália. Ela veio de lá com minha mãe. Eu nasci 15 dias depois de ter chegado aqui. Então eu fui trabalhar com essa mulher, minha mãe falou ‘ô, filha, fala para ela te aumentar um

⁹⁹ RIBEIRO. M. A. R, Op.cit., p.106.

¹⁰⁰ Do italiano *leggero*, leve. Termo que a depoente usa para se referir a uma pessoa pouco dada ao trabalho, preguiçosa, um “boa vida”.

pouquinho, porque é muito pouco o que você ganha trabalhando. Ganhava 40 mil réis, era o tempo do réis. É 40 reais. Então minha patroa falou que não podia, minha patroa se chamava Rosa e meu patrão Francisco. Eles não me deram nada, aí eu saí, eu saí”. (Entrevista à autora: 05/04/2008).

O pai de Yolanda e Maria trabalhou como operário de uma fábrica. Era operador de máquinas. A mãe era dona-de-casa e, com a viuvez, cuidava da casa das filhas e do filho enquanto estes eram responsáveis pelo orçamento doméstico. Todos trabalharam e começaram muito cedo.

Nossas entrevistadas começaram a trabalhar muito cedo, Luiza com oito anos, Yolanda e Maria com doze para treze anos. Rosinha Lituana, nossa personagem já conhecida também adentra muito cedo ao mundo da fábrica:

“Entrara na fábrica de tecidos com 12 anos. A revolta contra os exploradores e os assassinos. Conhecer o sindicato. Compreendera a luta de classes (...) – Era criança sim! Gritara para a assembléia parada. Mas trabalhava o dia inteiro e no serão também!”¹⁰¹.

Luiza nos conta que tinha quinze anos quando começou a trabalhar na fábrica Companhia Anglo Brasileira de Juta, localizada na Av. Vautier com a R. Hanneman¹⁰² no bairro do Pari em 1930:

“Quando eu era mocinha fui trabalhar na fábrica de sacos de juta, tinha uns quinze anos. A fábrica se chamava Anglo Brasileira, e pertencia aos ingleses”. (Entrevista à autora: 23/06/2004)

Maria iniciou sua vida de operária no Cotonifício Adelina:

“Comecei a trabalhar com 12 anos no Cotonifício Adelina na Rua Lopes Coutinho¹⁰³, eles fabricavam fios de algodão”. (Entrevista à autora: 05/04/2008)

¹⁰¹ GALVÃO.P, Op.cit., p. 108.

¹⁰² Ver anexo 1, mapa 1.

¹⁰³ Ver anexo 1, mapa 3.

Yolanda nos conta que após sair de seu emprego de faxineira, já que seus patrões se recusaram a aumentar seu salário consegue através da indicação de sua irmã Maria uma vaga no Cotonifício Adelina, ela estava com quinze anos, deixemos que ela nos conte:

“Então a gente precisou trabalhar para ajudar lá em casa, minha mãe ficou viúva muito nova, todas começaram a trabalhar as que eram mais novas, as mais velhas, eu e a minha irmã Maria. Comecei a trabalhar no Cotonifício Adelina na Rua Visconde de Parnaíba¹⁰⁴, fui porque lá já trabalhavam minhas irmãs, a Maria e minha outra irmã que já faleceu, se chamava Leontina, mãe da Valquíria, minha sobrinha. Eu falei para elas vê se vocês me arrumam um trabalho lá, assim eu vou com vocês, então comecei a trabalhar”. (Entrevista à autora: 05/04/2008).

Sobre a idade em que começou a trabalhar no Cotonifício Adelina, Yolanda tenta se lembrar:

“Acho que comecei a trabalhar lá com uns quinze anos, porque eu já tinha doze anos, quando comecei a trabalhar de faxineira, até arrumar os papéis, faz uma coisa, faz outra, mais ou menos, o certo é quinze anos porque no Cotonifício fiquei direto só sai para casar”. (Entrevista à autora: 05/04/2008).

Uma característica de todas as entrevistadas é o fato de serem responsáveis pelas tarefas domésticas; trabalho este exercido desde os primeiros anos da infância e que, como mostra o caso de Yolanda, se transforma em trabalho remunerado.

Michelle Perrot discorre sobre a importância do trabalho doméstico:

“O trabalho doméstico é fundamental na vida das sociedades, ao proporcionar seu funcionamento e reprodução, e na vida das mulheres. É um peso nos seus ombros, pois é responsabilidade delas. É um peso também na sua identidade: a dona-de-casa perfeita é o modelo sonhado da boa educação, e torna-se um objeto

¹⁰⁴ Ver anexo 1, mapa 3.

de desejo para os homens e uma obsessão para as mulheres. O caráter doméstico marca todo o trabalho feminino: a mulher é sempre uma dona-de-casa”¹⁰⁵.

O trabalho doméstico sempre esteve presente nas vidas de nossas depoentes. Todas recebiam tarefas a serem cumpridas desde tenra idade. Tarefas como cuidar dos irmãos, limpar a casa, preparar o almoço, eram as funções destinadas às mulheres, como escreve Maria Izilda Santos de Matos:

“Desde muito cedo as crianças de famílias pobres, particularmente as meninas, eram introduzidas nos trabalhos domésticos, cozinhando, lavando, passando e cuidando dos irmãos menores”¹⁰⁶.

E assim como mais tarde o trabalho feminino dentro das fábricas seria desvalorizado, mas essencial para o andamento da produção têxtil, o trabalho doméstico também o era no interior do lar:

“As funções reconhecidamente femininas ou em que as mulheres penetraram eram progressivamente deserdadas pelos homens, desvalorizadas monetária e socialmente e desprestigiadas”¹⁰⁷.

Neste capítulo conhecemos a história das famílias de nossas entrevistadas, o cotidiano e o lazer que os bairros do Brás e do Pari proporcionavam. Conhecemos também a dura realidade de ter que deixar a escola prematuramente por conta da necessidade que se apresentava às famílias das depoentes e as obrigava a adentrar no mundo do trabalho ainda na infância.

No próximo capítulo vamos acompanhar as vidas de Luiza, Maria e Yolanda quando passam da adolescência à vida adulta em ambiente da fábrica. Vamos conhecer seu trabalho e cotidiano dentro do “palácio de tijolos” de Pagu e a vida por entre as máquinas.

Iremos traçar um perfil da indústria têxtil em São Paulo e entender porque o trabalho feminino sempre esteve atrelado a essa indústria. Através de um pequeno

¹⁰⁵ PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2007, pp. 114-115.

¹⁰⁶ MATOS, Maria Izilda Santos de. *Cotidiano e cultura: história, cidade e trabalho*. São Paulo: EDUSC, 2002, p. 158.

¹⁰⁷ MATOS. M. I. S. de, Op.cit., p. 159.

histórico, iremos conhecer um pouco sobre as fábricas onde nossas depoentes viveram parte importante de suas vidas e trabalharemos também com a legislação social do período.

Cap. 2: O Cotidiano no Palácio de Tijolos

2.1 A Industrialização Brasileira e a Indústria Têxtil em São Paulo

São diversos os fatores apontados como impulsionadores da industrialização no Brasil. Nesse movimento, a indústria têxtil destaca-se não só por estar entre as primeiras a serem implantadas no país, mas por ter se tornado uma das mais rentáveis.

Entre as figuras que protagonizaram a expansão industrial brasileira, Roberto Simonsen é considerado um dos grandes industriais do século XX. Formado em engenharia, trabalhou na Southern Brazilian-Railway e, depois, na prefeitura de Santos. Fundou em 1912 a Companhia Construtora de Santos, a Companhia Frigorífica de Santos e a Companhia Frigorífica e Pastoril de Barretos. Foi eleito Diretor da Companhia Nacional de Artefatos de Cobre, presidente da Companhia Nacional de Borracha e presidente do Sindicato de Combustíveis Líquidos; além de ter liderado a cisão da Associação Comercial de São Paulo e se tornado um dos fundadores do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP) em 1928. Durante o Estado Novo de Getúlio Vargas assumiu vários cargos ligados à indústria e participou ativamente de todo o cenário industrial brasileiro.

Em seu livro *Evolução Industrial do Brasil e Outros Estudos*¹⁰⁸, publicado em 1939, destaca que nesse mesmo ano a indústria brasileira já havia alcançado uma relativa importância; mas que se mostrava modesta quando comparada a potências industriais como os Estados Unidos da América e alguns países da Europa. Segundo o autor, essas nações apresentam geografia e aspectos geológicos mais favoráveis em relação ao Brasil que, além disso, ainda contava com um índice de pobreza relativa maior devido a uma evolução econômica profundamente diversa. Simonsen ressalta também que, no que concernia à questão agrícola, o Brasil situava-se frequentemente em patamares mais favoráveis em relação a outras potências.¹⁰⁹

O autor aponta vários fatores para explicar as dificuldades da evolução econômica no Brasil. Entre eles, a falta de combustíveis apropriados para o abastecimento das indústrias, os depósitos de minérios afastados da costa, a pouca concentração de população fora das capitais e a deficiência no acúmulo de capitais.¹¹⁰

¹⁰⁸ SIMONSEN. R. C, Op. cit.

¹⁰⁹ Idem, p. 5.

¹¹⁰ Idem, p. 10.

A indústria brasileira e particularmente a indústria paulista iria sofrer os ataques das ditas oligarquias cafeeiras, mesmo que grande parte dessa elite fosse dona de cafezais em São Paulo e em outros estados. A grande justificativa era a aplicação dos capitais provenientes da agricultura cafeeira na indústria e não no próprio cultivo do café. Como nos mostra a historiadora Vavy Pacheco Borges quando analisa o discurso do jornal *Diário Nacional* no período que vai de 1929 a 1930:

“Durante toda esta fase, surgem editoriais querendo salvar a lavoura, criticando as medidas tomadas pelo Instituto e acusando Júlio Prestes de ter atendido mais à indústria do que à lavoura. Vão contra as ‘indústrias fictícias’, contra as de juta e de trigo; acusam-nas especialmente de subornar o governo, que fez a reforma das tarifas ‘para contentar meia dúzia de industriais de tecidos’, pois é a ‘indústria (que) muitos e muitos favores vem recebendo do governo’”¹¹¹.

Todos estes fatores teriam que ser superados para que a indústria brasileira se desenvolvesse e pudesse igualar-se às grandes potências.

Ao traçar a evolução da indústria brasileira, em *Evolução Industrial do Brasil*, Simonsen destaca o papel da indústria têxtil no país.

Os dados apresentados a seguir têm como fonte o já citado livro de Simonsen. É importante ressaltar que o próprio autor reconhece a precariedade dos estudos estatísticos relativos à produção industrial no período; e destaca os esforços empreendidos pelo Centro dos Industriais de Fiação e Tecelagem do Estado de São Paulo (CIFTSP) e outros órgãos representativos de classe no sentido de preencher essa lacuna e divulgar os resultados.

O CIFTSP foi criado em 1919 depois de uma cisão dentro da Associação Comercial de São Paulo, que até então era o órgão que regulava os assuntos referentes à indústria têxtil.

Na primeira linha sociológica Terezinha Ferrari em sua tese sobre o CIFTSP¹¹², coloca que este órgão tinha como principal objetivo representar e aglutinar as principais

¹¹¹ BORGES, Vavy Pacheco. *Getúlio Vargas e a oligarquia paulista história de uma esperança e de muitos desenganos através dos jornais da oligarquia: 1926-1932*. São Paulo: Brasiliense, 1979, p. 114.

¹¹² FERRARI, Terezinha. *Ensaio de classe: o centro dos Industriais de fiação e tecelagem de São Paulo (1919-1931) estudo sobre a organização do empresariado têxtil durante os anos vinte*, tese de mestrado, PUCSP, 1988.

fábricas têxteis e suas lideranças. Devemos ressaltar que o CIFTSP foi criado com o intuito de representar os industriais do ramo têxtil. Forte e organizado, em nenhum momento serviu como órgão de defesa da classe operária.

Em 1921 o CIFTSP representava 27 empresas que respondiam por 30 fábricas. Já entre este ano e o ano de 1926 este número subiu para 40 empresas que respondiam por 48 fábricas produtoras de algodão, lã, seda, juta e outros.

Neste centro estavam representadas as maiores indústrias têxteis de São Paulo, o que não significava sua totalidade. Houve, inclusive, por parte do CIFTSP, uma forte campanha contra as pequenas indústrias têxteis baseada no discurso de que estas não arcavam com o volume de impostos e tributos dos grandes estabelecimentos industriais, estes sim verdadeiros sustentáculos da produção.

Uma das armas fundamentais para o CIFTSP era a imprensa jornalística, que difundia as idéias do Centro e encontrava na voz de Otávio Pupo Nogueira, seu diretor durante os anos 20, o porta-voz na construção de laços convenientes para os industriais. A influência do CIFTSP era enorme. Dessa forma, o órgão tornou-se um dos principais responsáveis pelo atraso nas discussões e na implementação das leis trabalhistas no Brasil; obra não só de uma argumentação incisiva, mas também da influência que seus membros exerciam sobre os políticos envolvidos nessa discussão.

Outro ponto a ser observado é o não cumprimento da legislação social por parte de seus integrantes. A proposta do CIFTSP era estabelecer uma remuneração única para o operariado em todas as fábricas têxteis, uma espécie de salário mínimo fortemente achatado. Em contrapartida à remuneração ínfima, ofereceriam moradias, educação, saúde e todo item de sobrevivência. Esperavam assim evitar descontentamento e as consequentes greves.

Terezinha Ferrari diz mais sobre o CIFTSP:

“Não se tratava da implantação do grande capital industrial têxtil de formação clássica européia, mas do grande capital industrial têxtil brasileiro e particularmente o paulista”¹¹³.

Os dados apresentados por Simonsen¹¹⁴, participante do quadro do CIFTSP, apontam que em 1850 existiam no Brasil 50 estabelecimentos industriais, sendo dois

¹¹³ FERRARI, T, Op. cit., pp 41-42.

deles fábricas de tecido. Como no período os maquinários e utensílios de ferro eram muito caros, a fiação e a tecelagem eram manuais.

Já em 1866 havia nove fábricas têxteis totalizando 14.875 fusos, 385 teares mecânicos, 786 operários, 125.000 kg de fios, 3.944.600 metros de pano produzindo um valor superior a um milhão de dólares. Os motores a vapor utilizavam 30 hp e as rodas hidráulicas 288 hp.

Nessa mesma época, os Estados Unidos totalizavam uma produção de 115 milhões de dólares. Porém, o autor destaca o período como o dos primeiros passos de nossa indústria.

Em 1881 havia no Brasil 44 estabelecimentos fabris, nove localizados em São Paulo, totalizando 3.100 fusos, 336 teares, 1.970.000 metros de pano, 240.000 kg de fio e 14.000 dúzias de meias.

Através desses dados percebemos a evolução e o crescimento da indústria brasileira, e também o crescimento de São Paulo como pólo industrial.

O período que vai de 1880 a 1890 é apontado como o do primeiro surto industrial brasileiro. Nele, 60% do capital industrial gerado partia da indústria têxtil. Já em 1907 São Paulo detinha 16% da produção industrial, da qual 20,6% pertencia à indústria têxtil, que só ficava abaixo da indústria de produtos alimentícios, com 26,7% da produção.

Em 1920 a indústria têxtil e a alimentícia mantinham a liderança produtiva. Porém, representavam percentuais de 27,6% e 40,2% respectivamente. Ao mesmo tempo, havia uma multiplicidade de estabelecimentos médios e pequenos.

Um dos principais fatores para o surto industrial desse período é a presença marcante de uma “elite” (aspas do autor) de engenheiros responsáveis pela construção das primeiras vias férreas; também são apontados o barateamento e o aperfeiçoamento do ferro e do aço utilizado na indústria, o advento da tarifa bancária protecionista e a prosperidade da cultura cafeeira, responsável pelo o acúmulo de capitais que puderam financiar os outros tipos de indústrias.

Pouco antes, em 1910, São Paulo ultrapassou a produção industrial do Distrito Federal. Portanto, a I Guerra Mundial não estaria entre os fatores que teriam impulsionado o parque industrial paulista. Porém, Simonsen não deixa de assinalar sua importância em diversos setores da indústria brasileira.

¹¹⁴ Devemos ressaltar que utilizaremos estes dados somente como fontes de informação sobre a indústria têxtil no período de nossa pesquisa.

Ainda sobre a indústria têxtil, de acordo com Simonsen:

“Em 1920, o capital das indústrias de tecidos se bem que representando 27,6% do valor da produção industrial do país, aparece com 38% dos totais nela investidos”¹¹⁵.

Neste ano a produção brasileira de tecidos mantinha a porcentagem de 25% da produção. Tal marca se devia a um cenário específico:

“A difusão do uso de eletricidade veio facilitar o crescimento industrial de São Paulo. Os meios de transporte no Brasil ainda são, porém, demasiados precários. A formação de novos capitais é demasiado lenta. As dificuldades cambiais, com que lutamos, em boa parte derivadas das políticas econômicas internacionais têm dificultado o auxílio do capital estrangeiro para a implantação aqui de indústrias básicas. O exame da natureza de nossa produção industrial demonstra ainda um cunho quantitativo de preferência ao qualitativo. Devido aos fatores acima apontados, predominam as indústrias de produtos de alimentação e de vestuário, isto é, as de artigos para consumo imediato”¹¹⁶.

Cenário esse delineado em uma São Paulo que crescia muito e rapidamente e em poucos anos iria se estabelecer como pólo industrial: em 1937 havia 60.000 fábricas no Brasil. Destas, 10.000 estavam localizadas em São Paulo, com rendimentos de cerca de 10 contos de réis cada uma.

Abaixo, uma tabela com os índices da evolução industrial paulista a partir de dados apresentados pelo autor:

¹¹⁵ SIMONSEN. R. C, Op. cit., p. 21.

¹¹⁶ Idem, pp. 21-22.

Ano	Produção Industrial em São Paulo
1907	16%
1914	20%
1920	33% ¹¹⁷

Voltando a examinar a indústria têxtil do período, verificamos que em 1938 a produção das indústrias de algodão era fixada em mais de um milhão de contos de réis. Somado a esse montante os lucros advindos das fábricas de tecido de juta, lã, seda natural e artificial, entre outros, o valor alcançava cerca de três milhões de contos de réis.

De acordo com dados do CIB – Centro Industrial do Brasil, em 1915 o país possuía 1.512.626 fusos e 51.134 teares, produzindo 470.783.355 metros de panos. Em 1939 esse número passou para 2.800.000 fusos e 80.000 teares, consumindo 100 mil toneladas de algodão e produzindo anualmente 800 milhões de metros de panos. Essa indústria, de acordo com o autor, empregava cerca de 200.000 operários.

Com relação às estatísticas mundiais, o Brasil estava em 5º lugar na produção industrial de algodão, em 10º lugar no número de teares e consumo de algodão e 11º quanto ao número de fusos; e o produto fabricado, de acordo com o autor, aprimorava a qualidade a cada ano, o que, conseqüentemente, propiciava condições para exportação:

“A recente crise que ainda experimenta, devido, principalmente, a uma diminuição verificada no ritmo de crescimento do consumo interno, veio provar que, tecnicamente, está habilitada a produzir artigos que podem ser vendidos em competições internacionais e que a exportação de seus produtos será uma realidade, se nos orientarmos, por diretrizes adequadas, em uma conveniente política comercial”¹¹⁸.

Caio Prado Júnior¹¹⁹ aponta a grande quantidade de matéria-prima, no caso o algodão, e a crescente mão-de-obra barata, como fatores preponderantes na

¹¹⁷ Idem, p. 24.

¹¹⁸ Idem, p. 38.

¹¹⁹ JÚNIOR. C. P, Op. cit., pp. 265-266.

transformação dessa indústria, no Brasil, em uma das maiores concentradoras de renda do setor.

Simonsen também aponta para a abundância de matéria-prima e destaca:

“O Algodão é nativo no Brasil. Os índios o utilizavam para redes, tangas e outros fins. Os primeiros exploradores da terra exportaram esse algodão para a Europa. No regime patriarcal em que durante vários séculos viveu a nossa agricultura, fiava-se o algodão nas propriedades rurais e teciam-se os panos, manualmente, ou com utensílios primitivos. Pela natureza de nosso clima, o algodão é a matéria ideal para o vestuário da população. A indústria de fiação de tecidos de algodão tinha, portanto que tomar o grande impulso que adquiriu”¹²⁰.

Na década de 30 o algodão continuava representando um dos mais importantes setores industriais no Brasil.

A leitura de João Manuel Cardoso de Mello nos trouxe outros apontamentos: a tecnologia da indústria pesada não poderia ser implantada no Brasil no início da industrialização, já que se tratava de uma tecnologia complexa, que não poderia ser obtida no mercado internacional; sem contar a enorme concorrência dos países capitalistas, muitos anos à frente no desenvolvimento de suas industrializações:

“Bem outro era o panorama da indústria de bens de consumo corrente, especialmente da indústria têxtil: tecnologia relativamente simples, mais ou menos estabilizada, de fácil manejo e inteiramente contida nos equipamentos disponíveis no mercado internacional; tamanho da planta mínima e volume do investimento inicial inteiramente acessíveis à economia brasileira de então”¹²¹.

Outra característica da indústria têxtil brasileira e talvez de toda a indústria brasileira é a importação de tecnologias que não se adequavam a realidade local, e que nada mais eram do que antigas tecnologias utilizadas e descartadas pelos países capitalistas avançados.

¹²⁰ SIMONSEN. R. C, Op. cit., p. 37.

¹²¹ MELLO, João Manuel Cardoso de. *O capitalismo tardio: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1998, p.103.

Este mesmo tema é apresentado no artigo de José Roberto Mendonça de Barros e Douglas H. Graham¹²², que discute a recuperação econômica da indústria têxtil paulista entre 1928 e 1937:

“É evidente que a proibição de importar equipamentos têxteis contribuiu para esse desenvolvimento intensivo em trabalho que se observou durante a recuperação econômica dos anos 30, pois comprometeu a possibilidade de implementação, neste setor, de uma tecnologia relativamente moderna de substituição de mão-de-obra. Embora a política adotada tenha levado a indústria têxtil a manter uma tecnologia ultrapassada, que a colocou em desvantagem competitiva nos anos que se seguiram à II Grande Guerra, ela proporcionou uma contribuição bastante relevante, mesmo que de forma não intencional, para aliviar o problema social mais premente da época, ou seja, a redução do desemprego e do subemprego”¹²³.

Os mesmos autores também apontam outra característica da indústria têxtil brasileira: a grande quantidade de pequenas empresas que se beneficiaram com a produção da seda artificial pelas empresas de grande porte (Rhodiaceta, Nitroquímica e Matarazzo), já que não precisariam importar a matéria-prima, proporcionando o seu crescimento devido ao baixo valor pago pela matéria-prima em comparação ao mesmo material importado, mesmo que tenham permanecido em desvantagem quando comparadas a grandes produções de países capitalistas.

Verificamos que a indústria têxtil paulista era formada por grandes empresas, mas também por várias pequenas, o que dá indícios de como se deu o capitalismo no Brasil. Mesmo no caso das indústrias mais fortes, como era a têxtil, com o desenrolar de seu desenvolvimento mantêm um caráter retrógrado, em muitos casos atreladas a pequenas fábricas. Nesse momento não existe um investimento pesado na industrialização, ou seja, na grande indústria. O que lhe confere – e também ao capitalismo brasileiro - o caráter tardio.

¹²² BARROS, José Roberto Mendonça de. e GRAHAM, Douglas H. “*A recuperação econômica e a desconcentração de mercado da indústria têxtil paulista durante a Grande Depressão: 1928/37*”. In: Pesquisa e Planejamento Econômico, Nº 1, V.11, Rio de Janeiro, 1981.

¹²³ BARROS. J. R. M. de. e GRAHAM. D. H, Op. cit., p. 100.

Aqui devemos salientar que esses autores atribuem a não implantação de tecnologias mais modernas à permanência e à seguridade de empregos na indústria têxtil durante os períodos de crise financeira.

Dentro desta perspectiva João Manuel Cardoso de Mello aponta uma divisão entre os períodos da industrialização brasileira. Entre 1888 e 1933 se dá o nascimento e a consolidação do capital industrial; de 1931 a 1937 temos o investimento nas indústrias de bens de consumo bloqueado pela proibição de importação de novos equipamentos; e finalmente no período de 1933 a 1955 há a indústria designada pelo autor como restringida.¹²⁴

Somente no período pós-crise de 29, mais especificamente de 1930 a 1939, assistiremos a um real investimento dos capitais nacionais e internacionais na indústria que se consolidara, como nos fala José Carlos Pereira:

“Especificamente a indústria têxtil, que na década anterior havia sofrido séria crise, recuperou-se inteiramente nesses anos, a ponto de em 1936 já estar produzindo o dôbro (sic) do que antes produzia”¹²⁵.

No período que vai de 1940 a 1949 assistiremos à diminuição da expansão da indústria têxtil e ao aumento do crescimento das indústrias de bens duráveis. Ao mesmo tempo veremos o aumento da produção para o consumo interno de tecidos finos:

“Mas já nessa década é atingido o ponto de máxima expansão. Atendida a totalidade das necessidades de mercado, essa expansão passa a ser quase que puramente vegetativa, isto é, o mercado se amplia antes pelo aumento natural da população do que propriamente pelo crescimento *per capita* do consumo. Essa é uma das principais razões porque decresce sua participação relativa na expansão do processo industrial”¹²⁶.

Desde o princípio do século XX um novo discurso é difundido pelos industriais paulistas e brasileiros. Nele, racionalização era palavra de ordem.

¹²⁴ MELLO, J. M. C. D, Op. cit., pp. 109-110.

¹²⁵ PEREIRA, José Carlos. *Estrutura e expansão da indústria em São Paulo*. São Paulo: Editora Nacional, 1967, p. 68.

¹²⁶ PEREIRA. J. C, Op.cit., pp. 35-36.

A influência clara dessas novas tendências se originou com o taylorismo e o fordismo, como destaca Maria Antonieta Martines Antonacci em *A Vitória da Razão*¹²⁷. Por um lado o taylorismo inova ao reestruturar o poder no espaço fabril; divide e especializa as funções, burocratiza e hierarquiza as decisões, de forma a que o poder, até então pertencente aos operários, que dominavam a técnica do saber fazer e podiam controlar a forma como ela seria organizada; é transferido aos técnicos especializados, formados pela escola racional.

Já Ford incorporou aos métodos tayloristas os procedimentos mecânicos, o controle e a disciplina durante a produção, o que fica patente na divisão das etapas da fabricação da juta que veremos mais à frente.

A racionalização foi difundida pelo IDORT - Instituto de Racionalização do Trabalho - fundado em Junho de 1931 e formado por técnicos, especialistas e principalmente pelo grupo de jovens industriais, como é o caso de Roberto Simonsen e Jorge Street. E, de acordo com a pesquisadora Barbara Weinstein, mais do que se reportar à indústria, dizia respeito a um verdadeiro projeto social:

“Para os membros desse grupo, que finalmente haveriam de se aglutinar no IDORT, os métodos científicos eram um meio de reorganizar não apenas a indústria, mas toda a sociedade brasileira. Educadores proeminentes como M. B. Lourenço Filho e Fernando de Azevedo consideravam os métodos científicos como uma chave para reformar o arcaico e inadequado sistema de educação pública. Sanitaristas como Geraldo de Paula Souza e Moacyr Álvaro (o médico residente da fábrica Santa Branca) consideravam os métodos racionais de saneamento e a organização científica da vida cotidiana como uma solução para eliminar os problemas de saúde. E engenheiros como Gaspar Ricardo Júnior e Roberto Mange consideravam a aplicação de métodos racionais à capacitação e aprendizagem profissional como a chave para a formação de uma força de trabalho mais disciplinada e qualificada”¹²⁸.

Um dos pioneiros nessa iniciativa foi Roberto Simonsen, nosso já conhecido autor, que em 1918 anunciava as novas técnicas de organização do trabalho industrial

¹²⁷ANTONACCI, Maria Antonieta Martines. *A vitória da razão: o instituto de organização racional do trabalho de 1931 a 1945*, tese de doutorado, USP, 1985, p.08.

¹²⁸WEINSTEIN, Barbara. *(Re)formação da classe trabalhadora no Brasil, 1920-1964*. São Paulo: Cortez, 2000, p. 46.

em um discurso destinado à indústria brasileira e não apenas à paulista. Sua justificativa era a ampla modernização dessa indústria, a qual beneficiaria todas as classes:

“A máquina, aumentando sua produtividade, afasta o operário do trabalho manual e embrutecedor, aguça-lhe a inteligência, permite a elevação do nível dos salários, a redução das horas de trabalho, favorece as possibilidades de instrução proletária, melhora enfim a sorte da humanidade!”¹²⁹.

De acordo com Barbara Weinstein, Roberto Simonsen recuperou economicamente uma de suas fábricas através da racionalização. Entre 1923 e 1926 a Cerâmica São Caetano teve prejuízo apesar de ter sido alvo de investimentos. Antes de optar pela venda, Simonsen consultou o engenheiro industrial Egydio M. de Castro e Silva. Em seu relatório, Castro e Silva localizou na fábrica diversas irregularidades condenadas pelo defensor da Racionalização. Inclusive desperdício de material e falta de especialização dos funcionários, além de um número expressivo de serventes improdutivos, que logo foram dispensados. Com essas e mais uma série de medidas pelo bom andamento da empresa, a São Caetano se tornou produtiva.¹³⁰

Outro expoente das novas idéias, Jorge Street,¹³¹ médico que mais tarde veio a se tornar produtor têxtil, divergia das idéias de Simonsen. Este último proclamava a fábrica como uma comunidade separada do mundo; já Street colocava o mundo como sendo a fábrica. A tecelagem Maria Zélia é provavelmente o melhor símbolo das idéias do empresário. Conhecido pela historiografia como modelo de bom patrão, Street investiu não só em habitações de qualidade (a famosa Vila Maria Zélia), mas também em seu entorno, equipado com uma infra-estrutura que incluía creche, escola primária, farmácia, mercearia, diversão e igreja.

Os integrantes do IDORT não atuaram apenas através do discurso da racionalização. Sua presença na Constituinte de 1934¹³² foi de extrema importância. Horácio Lafer foi um dos responsáveis pela discussão sobre a criação da Justiça do Trabalho (artigo 122) que, diante da possibilidade de ter assegurado o direito de greve,

¹²⁹ Discurso proferido por Roberto Simonsen na inauguração do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP) em 1928 In: WEINSTEIN. B. Op.cit., p. 38.

¹³⁰ Idem, pp.31-33.

¹³¹ Idem, p. 42.

¹³² Para a atuação dos membros do IDORT na constituinte de 1934 e em outras áreas ver: SOUZA. Célia Aparecida De. *A influência do IDORT na reconfiguração do bloco no poder durante o estado varguista entre 1931 e 1937*. São Paulo, PUCSP, Tese de Mestrado, 2006. As informações apresentadas foram retiradas deste estudo. Ver também: ANTONACCI. M. A, Op.cit.

se tornaria indispensável. Também impulsionou a criação dos Conselhos Técnicos (artigo 122) nas áreas de economia, educação, saúde, trabalho e defesa. Sua defesa era por uma política de amparo ao trabalhador e reparo aos miseráveis.

Já a atuação de Roberto Simonsen foi no sentido de combater “doutrinas exóticas” (comunismo, anarquismo, etc.) que poderiam entrar no Brasil com a implantação no país do capitalismo mundial - o que, segundo ele, deveria ser feito urgentemente. Promoveu também a agricultura e a indústria que necessitava de sua matéria-prima. Na área de educação, defendeu a criação da Escola Superior de Sociologia e Política para as elites e o ensino técnico para o proletariado.

A.C. Pacheco e Silva ocupou-se da medicina preventiva para o trabalhador, o qual seria submetido a uma disciplina rígida e padrões de seleção que excluía enfermos e inválidos dos postos de trabalho nas indústrias. Foi responsável pelo artigo 138 de assistência aos desvalidos e pela proibição da entrada no país de estrangeiros suspeitos de estarem envolvidos com doutrinas exóticas.

Também participaram José Carlos de Macedo Soares, responsável pela participação do Brasil como membro da Organização Internacional do Trabalho – OIT e Alexandre Siciliano Júnior. Este último, junto com Simonsen, foi responsável pela tentativa de reverter a Lei de Férias propondo em seu lugar um fundo de previdência.

Através dos depoimentos de nossas entrevistadas, bem como de outras fontes bibliográficas, fica patente a força do discurso da racionalização e notadamente a importância de seus membros para a classe operária. A seguir, nos ateremos ao estudo dessa percepção.

2.2 O Trabalho Feminino na Indústria Têxtil

Ao acompanhar o crescimento da indústria têxtil paulista, e levando em conta o grande número de operários que ela absorvia, saltou-nos aos olhos ser essa mão-de-obra majoritariamente formada por mulheres.

Em 1940 foi publicado pela Escola de Serviço Social o texto de conclusão de curso de Beatriz Barros de Ulhôa Cintra sob o título *Acidentes do Trabalho Referentes Ao Operariado Na Indústria Têxtil de S. Paulo*¹³³. No mesmo ano, parte desse estudo foi publicado na revista do IDORT, onde foi muito bem recebido.

¹³³ CINTRA, Beatriz Barros de Ulhôa. *Acidentes do trabalho referentes ao operariado têxtil de s.paulo*. Escola de Serviço Social, 1940.

Na introdução, a autora fornece dados relevantes acerca da indústria têxtil paulista:

“(…) a população operaria têxtil representa 36,3% do total do operariado do Estado e a produção em fiação e tecelagem, 24% da produção global do parque industrial paulista. Das 687 fábricas têxteis do país, 422 estão situadas no Estado de S.Paulo, quanto ao numero de trabalhadores têxteis, a estatística oficial de 1937, registrou 86.192, dos quais 48.560 na Capital (Serviço Social – nº 12 – Ano I – Indústria Têxtil e o ensino profissional - Maciel, Yolanda.)”¹³⁴.

A autora também destaca o grande número de operárias e menores na indústria têxtil:

“Entre os inúmeros problemas surgidos na vida industrial paulista, atraiu em particular nossos cuidados o estudo relativo ao trabalho feminino na indústria têxtil, principalmente pelo fato de, entre os seus 86.192 operários segundo cálculos aproximados, 60% serem mulheres e menores”¹³⁵.

O fato de o maior contingente do operariado têxtil ser formado por mulheres pode ser explicado por ser a tecelagem considerada um trabalho feminino, como localiza a autora Maria Izilda Santos de Matos em *Trama e Poder*¹³⁶. A justificativa da pouca complexidade técnica¹³⁷ também se adequou perfeitamente para que se empregassem mulheres e menores. Junte-se aí a miséria que rondava o operariado em geral e empurrava mulheres e crianças para o mercado de trabalho. Neste fator encontramos também justificativa para a idade dessas operárias, como nos conta a autora:

“O recrutamento preferencial de mulheres jovens (entre 16 e 22 anos) explica-se, na verdade, pelo fato de que raramente tinham obrigações familiares, mas também porque gozavam de excelentes condições físicas que

¹³⁴ CINTRA. B. B. U, Op. cit., p. 1.

¹³⁵ Idem, p. 2.

¹³⁶ MATOS. M. I. S. de, Op. cit.

¹³⁷ Mais a frente verificaremos através dos depoimentos de nossas entrevistadas que os trabalhos exercidos por elas em nenhum momento se apresentam como de pouca complexidade e outra justificativa dada pelos industriais e pela sociedade, como o fato de ser um trabalho repetitivo, que na verdade podemos considerar como um trabalho que requeria extrema atenção.

lhes permitiam, durante alguns anos, empregar na produção o melhor de sua acuidade visual e destreza manual, além de serem mais assíduas e estáveis. (...) A partir dos 25 anos começava a declinar a participação da mulher no trabalho fabril, assinalando a relação negativa entre trabalho remunerado, de um lado, e casamento e maternidade, de outro”¹³⁸.

Podemos classificar várias razões para a entrada feminina no mercado de trabalho. Além da miséria e da carestia que atingiam as famílias operárias, devemos também recordar o discurso da disciplina a que estas mulheres estavam submetidas, e que passava pela autoridade de seus pais, irmãos e maridos, como aponta Eva Alterman Blay:

“(...) não são, portanto, apenas fatores de ordem individual como o casamento e a idade dos filhos que excluem ou permitem à mulher participar da vida economicamente ativa. O que determina este comportamento são as condições de carência do mercado de trabalho para certo tipo de mão de obra”¹³⁹.

Ao trabalharmos com as operárias do sistema fabril, percebemos que a relação que estas possuíam com seu trabalho, com sua produção, estava materializada em uma realidade que era imposta pelo mundo; seja o da fábrica, da igreja, ou da família. Nessa realidade determinada por outros elas produziam não apenas os produtos finais das fábricas, mas também suas próprias vidas.

Outro fator determinante vai pesar sobre o trabalho feminino: a pouca instrução a que estas mulheres tinham acesso. Segundo dados apresentados por Heleieth Saffiotti, em 1940, de 43,1% da população brasileira que sabia ler e escrever, os homens acima de 10 anos representavam 48,5%, e as mulheres 38%. Nas faixas de 50 a 59 anos a taxa de alfabetização feminina é de 30%, e na faixa de 60 a 69 anos de 27,5%.

A autora salienta esse baixo índice de escolaridade feminina:

“A perspectiva do casamento, valor social superior à carreira profissional, e o namoro precoce operam como fatores limitativos da qualificação da força de

¹³⁸ MATOS, M. I. S, Op.cit., pp. 114-115.

¹³⁹ BLAY, Eva Alterman. *Trabalho domesticado: a mulher na indústria paulista*. São Paulo: Ática, 1978. In: PENA, Maria Valéria Junho. *Mulheres e trabalhadoras: presença feminina na constituição do sistema fabril*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981, p. 23.

trabalho feminina, de um lado, em virtude do fato de casamento e carreira serem frequentemente pensados como incompatíveis e, de outro, por causa do papel subsidiário desempenhado pelo trabalho feminino em relação ao chefe da família”¹⁴⁰.

O discurso difundido nesta sociedade da mulher operária frágil e inocente e o fato de este discurso servir como pretexto para a diminuição de seu salário não é difundida apenas nos meios burgueses, mas também nos meios operários, como aponta Saffiotti:

“Como um dos agentes do processo de mistificação da mulher, o homem, tanto burguês quanto proletário e, sobretudo, o pertencente aos estratos sociais médios, presta colossal auxílio à classe dominante e mistifica-se a si próprio”¹⁴¹.

Associado a este discurso, temos também o mito da docilidade associada à subserviência, equação historicamente atrelada à figura feminina – e que, diante dos relatos de nossas entrevistadas, perde o sentido. Porém, para os industriais, esse modelo correspondia ao da operária perfeita: jovem, dócil e obediente. Mesmo assim, seus salários eram menores em relação ao contingente masculino das fábricas, e isso graças a outro mito: nunca se igualariam – apesar de executarem as mesmas tarefas - a uma força de trabalho possuidora de maior resistência física, como a masculina.

Encontramos em Marx uma crítica sobre o trabalho operário de mulheres e crianças que se revelou oportuna e esclarecedora no exercício de pensar nosso estudo. Trata-se de uma verdadeira denúncia à situação dos trabalhadores da época, que muito se assemelha às condições de trabalho de boa parte das fábricas brasileiras do período abordado no presente trabalho:

“À medida que a maquinaria torna a força muscular dispensável, ela se torna o meio de utilizar trabalhadores sem força muscular ou com desenvolvimento corporal imaturo, mas com membros de maior flexibilidade. Por isso, o trabalho

¹⁴⁰ SAFFIOTTI. H. I. B, Op.cit., pp. 231-232.

¹⁴¹ Idem, p. 38.

de mulheres e crianças foi a primeira palavra-de-ordem da aplicação capitalista da maquinaria”¹⁴².

As vantagens para a classe industrial foram imensas, como observaremos ao longo deste capítulo e como demonstra Hobsbawm:

“Para o patrão, comprar a mão-de-obra no mercado mais barato significava comprá-la pela taxa mais baixa de unidade de produção, isto é, comprar a mão-de-obra mais barata da mais alta produtividade”¹⁴³.

E continua:

“A combinação dos custos dos salários ultra baratos com os esforços padrão habituais da mão-de-obra dava aos patrões um excedente considerável, uma vez que os trabalhadores estivessem treinados e experientes(...)”¹⁴⁴.

Como vimos no capítulo I, nossas entrevistadas começaram a trabalhar muito jovens. Luiza aos oito anos, acompanhando a mãe, também operária; Maria aos doze anos no Cotonificio Adelina; Yolanda também aos doze como empregada doméstica e posteriormente como espuladeira na mesma fábrica que sua irmã Maria, o Cotonificio Adelina. Vejamos algumas informações sobre este estabelecimento:

“Essa indústria se localizava na Rua Visconde de Parnaíba, nº2679, esquina com a Rua Lopes Coutinho¹⁴⁵. Era uma fábrica de fiação de algodão e dentre seus proprietários encontramos a família Sampaio Moreira, Luiz Villares e Ernesto Diederichsen. Esta indústria funcionou até o ano de 1968, e esteve aberta por volta de 40 anos. Na década de 50, os proprietários da indústria adquiriram a antiga Vila Taíde e reformaram as casas existentes, construíram outras e

142 MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política. Vol.I, tomo II*. São Paulo: Nova Cultural, 1988, p. 21.

143 HOBBSAWM, Eric J. *Os Trabalhadores: estudo sobre a história do operariado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981, p. 348.

144 HOBBSAWM, E. J, Op.cit., p. 358.

¹⁴⁵ Ver anexo 1, mapa 3.

edificaram um prédio com apartamentos; inicialmente venderam aos operários e depois a outras pessoas”¹⁴⁶.

Maria conta sobre o período em que permaneceu nesse estabelecimento:

“Trabalhei três anos nessa fábrica (Cotonifício Adelina) como ajudante de máquinas. Fazia serviços variados. A fábrica era de tamanho médio, com vários setores, ela era limpa e o serviço era ensinado sempre por quem trabalhava há mais tempo”. (Entrevista à autora: 05/04/2008).

Yolanda se recorda desse treinamento inicial dado por operárias às jovens aprendizes:

“Só quem era nova, assim que nem eu, foi lá ver como era a espula. A operária que ensinava se chamava Marieta, ela vinha e explicava para gente como funcionava (e dizia) ‘Se não souber pode chamar, se ficar nervosa, tudo’. Nós aprendíamos o serviço rápido, tínhamos prática, depois vinha a outra (que não havia aprendido) escondida (e a gente ajudava): ‘Vem cá, é assim’. A gente era muito unida”. (Entrevista à autora: 05/04/2008).

Sobre o rápido aprendizado das operárias, encontramos na autora Maria Izilda a confirmação acerca do tipo de treinamento que as novatas recebiam ao entrar nas fábricas têxteis:

“O próprio processo de trabalho propiciou uma rápida adaptação deste trabalhador, por envolver tarefas consideradas simples e repetitivas, em que as qualidades básicas necessárias eram desenvolvidas após rápido treinamento no próprio local de trabalho”¹⁴⁷.

O tipo de treinamento oferecido ao operariado em geral foi severamente repudiado pelo IDORT. O ideal seria que, através da racionalização, os trabalhadores

¹⁴⁶ História das Ruas de São Paulo. Online: disponível na internet via: <http://www.dicionarioderuas.com.br>. 30/10/2008.

¹⁴⁷ MATOS. M. I. S., Op.cit., p. 111.

pudessem ser treinados para executar seu trabalho de modo rápido, limpo, eficiente, organizado, com segurança e visando unicamente o aumento da produção de seus padrões. No discurso dos membros do IDORT, seguindo este treinamento, os operários passariam a cooperar com o crescimento da indústria, da qual, também fariam parte. Assim, seguindo essas normas, seus lucros também aumentariam o que os tornaria pessoas melhores, não é difícil perceber, através dos depoimentos, como este discurso estava distante da realidade.

Todos os operários receberiam a mesma instrução, realizariam o mesmo curso, na mesma escola de formação técnica. Partindo destes princípios, além de se obter uma padronização, não existiriam motivos para a existência de salários diferenciados.

Aos 15 anos Luiza inicia seu trabalho como ajudante na Cia. Anglo-Brasileira de Juta¹⁴⁸. A seguir, algumas informações sobre esse estabelecimento.

Fundada em 1921, é fruto da associação de John Laird, engenheiro escocês e antigo gerente da CPA; F.C.S. Ford (banqueiro inglês); James Scott and Sons Ltda. (Sociedade Comercial e Industrial com sede em Dundee); Francis Schepley Speers (banqueiro inglês); Júlio César Ferreira Mesquita (jornalista brasileiro); José Carlos de Macedo Soares (capitalista) e Victor da Silva Freire (engenheiro brasileiro). Ficava no bairro do Pari, à Avenida Vautier¹⁴⁹, e seu terreno ocupava 16.320 metros quadrados. Em 1922 possuía 200 teares, tendo sua produção atingido 6.000.000 metros de tecidos de juta. Em 1925 a fiação é montada com 4.298 fusos. Nesse mesmo ano o setor de tecelagem foi ampliado para 300 teares.

O capital de sua empresa, na sua maior parte de origem britânica, atingia o montante de 3.000 : 000\$000 divididos em 15.000 ações no valor nominal de 200\$000 cada uma. Júlio César Ferreira Mesquita foi eleito presidente e José Carlos de Macedo Soares, vice; a gerência foi entregue a John Laird, que além de ser o maior acionista (11.500 ações) era considerado um técnico competente.

Nessas fábricas nossas depoentes exerceram diferentes funções. Aqui Luiza nos conta sobre a primeira delas e o respectivo treinamento:

“Eu entrei lá como ajudante. A operária que costurava os sacos era a Conceição, nunca esqueço o nome dela. Eu era menina e ela já tinha idade. Ela costurava o saco e eu dava os nós nas pontas, cortava com a tesoura, dobrava; estendia no

¹⁴⁸ As informações acerca desta indústria foram retiradas do livro: Idem, pp. 37-38.

¹⁴⁹ Ver anexo 1, mapa 1.

chão que nem um cordão e cortava 25 para um lado e 25 para o outro lado e depois amarrava. Tinha que ter 50 sacos, mas não por dia, tinha que fazer muito mais”. (Entrevista à autora: 23/06/2004).

Mais uma vez encontramos o treinamento mais comum aplicado nas fábricas dado por operárias mais experientes. Devemos ressaltar que nenhuma das entrevistadas receberam qualquer tipo de treinamento técnico do modo que, segundo o IDORT, deveria ser aplicado.

Após quatro anos como ajudante, Luiza muda de função:

“Nós tínhamos contrato, conforme passava o tempo os ajudantes se tornavam costureiros. Acho que eu me tornei costureira com uns 19 anos, eu tinha 15 anos quando comecei a trabalhar como ajudante”. (Entrevista à autora: 23/06/2004).

A autora Maria Izilda Santos de Matos enumera passo-a-passo o processo técnico da transformação da juta em sacos, além de trazer os termos correspondentes em inglês para cada etapa:

- 1- abertura dos fardos, limpeza e mistura de fibras (blending);
- 2- impregnação da fibra com óleos, mineral e animal, aquecidos em emulsão aquosa (bathing);
- 3- amolecimentos das fibras pela máquina amaciadora (softener)
- 4- cardagem pela passagem da fibra através da carda grossa rompedora (breaker) e a carda fina terminadora (finisher);
- 5- penteação da fibra na penteadeira grossa (drawing frame) e, depois, na penteadeira fina;
- 6- primeira torção na massaroqueira (roving frame)
- 7- fiação (spinning);
- 8- acondicionamento, em bobinas (spool), do fio para o urdimento;
- 9- tingimento do fio para a confecção da faixa verde e amarela;
- 10- composição, engomagem, urdimento (warp) e remetação;
- 11- acondicionamento em espulas (cop) do fio para a trama (weft);
- 12- tecelagem (weaving)

- 13- escolha, umedecimento e medição do tecido (damping);
- 14- calandragem (calendering);
- 15- dobração (lapping ou folding) e nova medição do tecido;
- 16- corte (cutting);
- 17- costura do saco (sack sewing);
- 18- enfardamento sob pressão (packing and baling) do produto terminado”¹⁵⁰.

Com base na descrição de Luiza, acreditamos que seu trabalho na fábrica tenha, primeiramente, abrangido as etapas 15 e 16 como ajudante e por fim a etapa 17, já no ofício de costureira.

Yolanda descreve a fábrica e a função de espuladeira:

“As duas firmas eram muito grandes. Eu trabalhei cinco anos lá, trabalhava no setor de encher espulas na máquina. A Maria Ângela, na Rua Monsenhor de Andrade¹⁵¹... Nossa! Era enorme! Você via assim que virava a esquina. Nossa Senhora, grande demais! Tudo ficava em ordem, tudo limpo, cada um cuidava da sua máquina, que cada um tinha sua máquina (e) já sabia o que ia fazer, já tinha tudo certo. A gente ia buscar (o material para encher as espulas e) colocava na máquina para fazer o fio”. (Entrevista à autora: 05/04/2008).

A atividade a que se refere Yolanda é uma etapa do processo de transformação do algodão em tecido¹⁵². Maria Alice Rosa Ribeiro cita o autor José Ribeiro de Oliveira Neto para explicar o funcionamento da confecção do tecido de algodão. A fabricação de tecido vulgar se dava da seguinte forma:

“(...) o fio que deveria tecer longitudinalmente teria que, ao sair da fiandeira, passar por uns carretéis e depois ir para as urdideiras, formando grandes rolos e sob esta forma indo para os teares. Já o fio da trama deveria

¹⁵⁰ Idem, pp. 88-89.

¹⁵¹ Ver anexo 1, mapa 4.

¹⁵² Para todo o processo de transformação do algodão em tecido ver: RIBEIRO. M. A. R., Op.cit., pp. 101-116.

passar das fiandeiras ao interior das espulas que alimentavam a lançadeira, daí para os teares”¹⁵³.

Para tecidos finos ou coloridos o processo era outro:

“Antes da preparação, para que os fios pudessem entrar nos teares, deveriam, ao sair das fiandeiras, passar nas meadeiras; enrolados em meadas passariam para a seção de tinturaria, mercerização, alveamento ou outro tipo de beneficiamento dos fios. Depois de secos os fios destinados à trama iriam para as espuladeiras, onde eram enrolados em espulas ou canelas próprias para o uso das lançadeiras, e os fios de urdimento iriam para as carreteleiras e daí para a urdideira e em forma de grandes rolos para os teares”¹⁵⁴.

Através destas descrições percebemos que cada tipo de tecido e material requeria um processo específico para sua feitura. No entanto, neste trabalho não pretendemos apontar todos os processos, já que este não é o foco da pesquisa. Queremos, sim, esclarecer qual era o tipo de trabalho que nossas depoentes faziam.

Neste mesmo trecho de seu depoimento, Yolanda fala também sobre a fábrica pertencente às Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo – IRFM, onde ela trabalhou após cinco anos no Cotonifício Adelina: a fábrica Maria Ângela.

As IRFM é fundada em 1900 em São Paulo e seu primeiro empreendimento foi o Moinho Matarazzo. Quatro anos mais tarde, a oficina do moinho para o ensacamento de cereais foi separada, dando origem à Fábrica de Tecelagem Maria Ângela.

Em pouco tempo essa tecelagem se transformaria numa das maiores indústrias têxteis de São Paulo. Em 1908 operava com duzentos teares e cinco mil fusos, já em 1912 passa a funcionar com mil e oitocentos teares e sessenta mil fusos¹⁵⁵. Neste mesmo período o número de operários chega a dois mil.

Durante a I Exposição Industrial no município de São Paulo, em 1918, o boletim do Departamento Estadual do Trabalho destaca algumas fábricas expositoras; entre elas a Tecelagem Maria Ângela, com processos produtivos modernos, que incluíam teares

¹⁵³ OLIVEIRA NETTO, José Ribeiro de. “Profilaxia das causas diretas de insalubridade das fábricas paulistas de fiar, tecer e tingir algodão. Comentários à situação das fábricas paulistas em face destas causas”, in: *Boletim da Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo*, São Paulo, nº 5, 1922, p. 183. In: RIBEIRO. M. A. R, Op.cit., p. 104.

¹⁵⁴ Idem, p. 105.

¹⁵⁵ RIBEIRO. M. A. R, Op.cit., p.44.

automáticos do tipo Northrop, bem como condições higiênicas de trabalho excepcionais para a época. Esses fatores, entre outros, colocavam a Maria Ângela entre as mais importantes da América do Sul.¹⁵⁶

Porém as notícias publicadas pelos jornais operários revelam outro cenário desta fábrica modelo. Os acidentes de trabalho, o trabalho noturno de menores, a presença das famosas máquinas compradas por Francisco Matarazzo de tamanho reduzido “adequado” ao tamanho das crianças, a brutalidade de mestres e contramestres no trato com mulheres e crianças, o total desrespeito com relação à legislação trabalhista, entre outras denúncias.

O cenário da Maria Ângela também foi palco, junto com a Fábrica Belenzinho, da demissão de Francisco Matarazzo da presidência do CIFTSP. Quando da crise ocorrida na indústria têxtil, na segunda metade da década de 20, os membros desse órgão decidem pela redução de dois dias de trabalho semanais e a redução de dez para oito horas da jornada diária – desta forma os grandes estoques seriam escoados, evitando maiores prejuízos.

Diante dessa resolução, vejamos a reação de Francisco Matarazzo:

“A maioria dos grandes estabelecimentos do setor aderiu à medida, com exceção da fábrica Maria Ângela e da fábrica São Martinho. Alegando encomendas em curso, o representante da fábrica Maria Ângela, pertencente ao grupo IRFM, recusou a adoção da medida. Essa negativa de participar juntamente com os outros associados da deliberação do Centro fez com que abrisse dentro da associação dos industriais uma acirrada discussão, em especial porque a fábrica que se negava a adotar a medida era de propriedade do Presidente do CIFT”¹⁵⁷.

Como consequência desta discussão, Francisco Matarazzo pediu demissão e a retirada imediata de suas fábricas do quadro de associados do CIFTSP. Quem assume a presidência é Jorge Street.

Quando perguntada sobre a estrutura da fábrica, Luiza a descreve como um local bem diferente dos relatos desses estabelecimentos no início da industrialização, como pudemos observar no relato sobre a fábrica onde sua mãe Adelina trabalhava. Aqui

¹⁵⁶ Idem, pp. 112-113.

¹⁵⁷ Idem, p. 78.

Luiza conta como era a fábrica movimentando-se na imaginação pelos seus espaços recriados:

“Nós entrávamos às sete horas e saíamos às cinco horas. Logo na frente, quando a gente entrava, tinha a mecânica, onde arrumavam as máquinas quando quebrava. A gente entrava numa porta grande, do lado. Mais um pouco era a fiação, (onde) fazia o fio, o saco. Primeiro ficava a fiação, depois os teares. Depois acabavam os teares e começavam as máquinas onde a gente costurava os sacos, a prensa onde fazia assim no saco (juntavam uma determinada quantidade em um fardo). A prensa era pra dobrar ele assim. No fundo que dava para a Rua Hanneman¹⁵⁸ ficavam os sacos prontos. Aí vinha o caminhão (e) punha (os sacos). (A fábrica era) limpa, cada um limpava o seu lugar. No fim da semana a gente limpava as máquinas, punha óleo, limpava...”. (Entrevista à autora: 23/06/2004).

Durante algumas conversas, Luiza contou mais alguns detalhes sobre seu trabalho:

“Existiam dois tipos de máquina de costura. Uma a gente tinha que trabalhar em pé, era alta. A outra trabalhava sentada num banquinho. As costureiras se revezavam nessas máquinas. Elas tinham uma agulha grossa para costurar aquele saco. Era pesado, tinha que ficar de olho na máquina. Lembro de uma colega que perdeu metade do dedo por causa da agulha da máquina”. (Entrevista à autora: 23/06/2004).

Quando perguntada, Luiza não se recorda do que aconteceu com a amiga que sofreu o acidente.

O Decreto nº. 3724 de 15 de Janeiro de 1919¹⁵⁹ regulamentava os acidentes de trabalho. Ele poderia ser provocado por uma causa violenta ou por uma moléstia contraída durante o trabalho.

Os patrões estavam obrigados ao pagamento de uma indenização calculada de acordo com o dano causado ao operário. Eles também eram responsáveis pela prestação

¹⁵⁸ Ver anexo 1, mapa 1.

¹⁵⁹ Senado Federal. Online: disponível na internet via <http://www6.senado.gov.br/sicon>. 27/02/2009.

de socorro e pelas despesas médicas e hospitalares. O acidente de trabalho deveria ser comunicado ao patrão e à autoridade policial.

O trabalho dos ajudantes era de extrema importância para Luiza; eram eles que dobravam e preparavam o saco para ser costurado. Quando algum ajudante faltava, o trabalho era dobrado, como ela conta:

“Trabalhei muito tempo como ajudante. Nossa! Quando algum deles faltava dava um trabalhão, porque era a costureira que tinha que fazer esse trabalho de preparar o saco, e depois ainda tinha a costura. Perdia um tempão! Eles faziam muita falta”. (Entrevista à autora: 23/06/2004).

Yolanda se recorda do trabalho e da rotina na fábrica:

“Tinha um canudo que ficava enfiado dentro de um ferro, na máquina. Eles faziam tecidos de algodão nos teares. A fábrica era grande. Nossa, era um palácio! Grande demais, muito bom, era muito boa para o operário. Tinha muitas mulheres trabalhando lá (faz expressão indicativa de que existia um grande número), eu não sei nem contar. A gente entrava às seis da manhã, parava às onze e meia. Minha mãe trazia o almoço para nós, ela vinha da Rua 21 de Abril¹⁶⁰, nessa época a gente não morava mais na Rua Visconde de Parnaíba¹⁶¹. Ao meio-dia (a gente) entrava e voltava a trabalhar”. (Entrevista à autora: 05/04/2008).

Perguntei à Yolanda se o horário de almoço se dava realmente durante apenas meia hora:

“Meia hora (de almoço). Meio dia a gente entrava, voltava para o trabalho. Durante o almoço a gente ficava conversando, juntava uma turma, falando, sabe? Uma falava uma coisa, outra falava outra. Às vezes a gente trabalhava até as seis da tarde... Até as seis da tarde!”. (Entrevista à autora: 05/04/2008).

¹⁶⁰ Ver anexo 1, mapa 3.

¹⁶¹ Idem.

Neste ponto, devemos atentar para o horário de trabalho das depoentes. Luiza iniciava às sete horas da manhã e deixava a fábrica às cinco horas da tarde - contabilizamos dez horas de trabalho.

Yolanda e Maria iniciavam às seis horas da manhã, permanecendo na fábrica até as seis horas da tarde - contabilizamos doze horas de trabalho.

Maria chegou a trabalhar no esquema de turnos, aqui ela conta sobre essa rotina:

“Eu trabalhava por turno, uma semana trabalhava pela manhã, e a outra trabalhava à tarde. Como eu existiam muitas mulheres na fábrica”. (Entrevista à autora: 05/04/2008).

O Decreto nº. 21364 de 04 de Maio de 1932¹⁶² estipulava oito horas de trabalho diário, sendo que a cada seis dias haveria um descanso de vinte e quatro horas, no domingo que, em casos excepcionais, poderia ser suspenso. E a jornada não poderia começar antes das cinco horas da manhã ou terminar após as dez horas da noite.

Em casos de possível perda de material ou algum motivo extraordinário, o período de trabalho poderia ser elevado para dez horas diárias ou sessenta horas semanais. Em casos extremos poderia ser elevada para até doze horas diárias.

Durante o período de trabalho era concedido um período de repouso e alimentação, que não poderia ser inferior a meia hora. O horário de trabalho ficaria exposto em local visível e haveria um livro-registro dos horários de trabalho.

Qualquer modificação no horário regular deveria ser comunicada ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Caso qualquer dispositivo não fosse cumprido acarretaria em multa.

Com o Decreto nº. 21417¹⁶³ de 17 de Maio de 1932 ficava proibido o trabalho noturno das mulheres, horário este das 22 horas até as 5 horas da manhã. Após este decreto, somente com a Consolidação das Leis Trabalhistas pelo Decreto-Lei nº. 5452¹⁶⁴ de 01 de maio de 1943, alterações como o valor de horas extras e o aumento do período de descanso e alimentação para uma hora seriam efetivadas.

Mas como constatamos pelo relato das depoentes, a existência das leis não garantia sua aplicação. E os próprios decretos, com as muitas situações extraordinárias

¹⁶² Senado Federal, Op.cit.

¹⁶³ Idem.

¹⁶⁴ Ibidem.

que eles previam, possibilitavam sua não aplicação pelos patrões. E junte-se a esse panorama a falta de fiscalização nas fábricas.

Através do depoimento de Yolanda temos um exemplo de como a fábrica lidava com a regulamentação do horário de trabalho:

“Às vezes eles vinham (contramestres). O gerente da Maria Ângela chamava Raul, não sei se está vivo. Ele vinha nas máquinas e falava ‘Quem quer ficar até oito horas da noite?’ e todo mundo levantava a mão, ganhava um pouco a mais. Pagavam direitinho... hora extra que ele falava e nós ficávamos lá”. (Entrevista à autora: 05/04/2008).

Nessa fala também fica clara a relação com os contramestres. De figuras ameaçadoras que constrangiam fisicamente as trabalhadoras com tapas e beliscões (e que localizamos neste trabalho através do depoimento de Luiza sobre a fábrica onde sua mãe trabalhava), tornam-se chefes agradáveis que “entendem” a necessidade das operárias e gentilmente lhes oferecem a oportunidade de ganhar um pouco mais de dinheiro. O discurso assimilado pelas trabalhadoras é o de que a oferta de hora extra não é de forma alguma uma imposição- e sim uma delicadeza dos patrões.

A figura do contramestre fazia parte do cotidiano operário. Esse trabalhador era responsável por controlar o ritmo das máquinas, sua manutenção e, em alguns casos, era encarregado do treinamento de aprendizes. Também distribuía tarefas e materiais, combatendo furtos e sabotagens, além de controlar a qualidade dos produtos finais. Devia cobrar do operariado pontualidade e assiduidade e também o ritmo da produção, não consentindo interrupções individuais e zelando pela aplicação do regulamento aos transgressores.¹⁶⁵

Perguntamos à Luiza como eles eram:

“Ah, eles eram muito ‘torrudos’ (turrão: que ou aquele que é teimoso, pertinaz; turra). Não eram alegres. Era o jeito dos ingleses, parece que eles tinham o rei na barriga... (risos). Sim, eles eram educados. Nunca nos trataram mal. O mestre se chamava... não lembro o nome dele... Era inglês, o gerente, o mestre, eram todos ingleses. Tinha um o único que era brasileiro. Aquele que

¹⁶⁵ MATOS. M. I. S, Op.cit., pp. 147-148.

trabalhava, assim, no escritório. E tinha outro que trabalhava na oficina mecânica e até foi ele que arrumou... A minha sogra pediu pra ele arrumar emprego pro meu marido”. (Entrevista à autora: 23/06/2004).

Em outro trecho de seu depoimento, Yolanda reforça a boa convivência com o contramestre Raul e nos conta que sua relação com os outros contramestres também era muito boa:

“Não, a gente não pode falar, viu. Esse aí da Rua Monsenhor de Andrade¹⁶⁶ (Tecelagem Maria Ângela) se chamava Raul. Nossa, uma coisa com a gente! Ele que vinha para falar das férias, sabia que a gente precisava, a gente trabalhava e quando vinham as férias pra gente ficar em casa, a gente não ficava. Pegava o dinheiro pra dar pra a minha mãe e continuava a trabalhar”. (Entrevista à autora: 05/04/2008).

Assim como Maria:

“Me relacionava bem com todos os colegas e minha relação com o chefes sempre foi boa, eles eram educados”. (Entrevista à autora: 05/04/2008).

De acordo com o que já observamos, as operárias entendiam as oportunidades de fazer hora extra ou trocar férias por pagamento uma gentileza oferecida pelos patrões, representados pelos contramestres, que se tornavam benfeitores preocupados com seu bem-estar. Porém, mesmo que os relatos de nossas depoentes confirmem relações cordiais nas fábricas, não podemos considerar esse estado de coisas como regra, como mostra a grave denúncia do jornal *A Plebe* de 1933:

“(…) os mestres e contramestres exploram a fraqueza das operárias, prometendo-lhes arranjar boas máquinas para ganharem mais com o intuito de prostituí-las e, quando não cedem às suas pretensões lúbricas, são perseguidas e multadas em favor dos indignos que terão no fim do ano a gratificação e os parabéns pela boa disciplina da fábrica”¹⁶⁷.

¹⁶⁶ Ver anexo 1, mapa 4.

¹⁶⁷ *A Plebe*, SP. 8/4/1933, Nova Fase, nº 19. In: RIBEIRO. M. A. R, Op.cit., p. 143.

Yolanda continua sobre a convivência na fábrica e atividades banais, como beber água, ir ao banheiro que, fora da fábrica, seriam normais. No entanto, o cotidiano fabril respondia à rotina das máquinas:

“Dentro da fábrica não era quente. Fora, era um sol na torneira (onde bebiam água)! Era quente, eu falava ‘Meu Deus, que quente! Parece purgante (risos)! Mas é verdade, viu. Podia sair para beber água, ir no banheiro, que outra operária tomava conta da máquina, olhava se arrebentava o fio, a espula. Eu falava ‘Olha pra mim que eu vou no banheiro’. (E a companheira respondia) ‘pode ir’. Nós éramos muito unidas”. (Entrevista à autora: 05/04/2008).

A relação de amizade mantida com as colegas de trabalho foi muito lembrada pelas depoentes. Era a convivência que fazia com que as horas passadas na fábrica se tornassem mais agradáveis.

Yolanda recordou suas colegas:

“Lembro de minhas colegas, agora não sei onde elas estão. Uma chamava Zefa, tinha a Marieta, a Aída, a Fortuna, a Maria Pequena. Deixa eu ver... a Maria Magrinha, que era a minha irmã (risos) e eu, que era a Poá, me chamavam de Poá. A gente era novinha...”. (Entrevista à autora: 05/04/2008).

Luiza reforça em muitos momentos que trabalhar na fábrica era prazeroso. Durante alguns intervalos podiam comentar sobre os filmes assistidos no cinema:

“Era gostoso quando a gente, assim... Às vezes não tinha saco (de juta), acabava. Então, a gente ficava papeando e contava todos os filmes que a gente ia ver. Tinha (os cinemas) o Colombinho¹⁶⁸ e o Rialto¹⁶⁹. Eu era louca por filmes, porque tinha o “suriê” das moças (do francês *soirée*). Passava três, quatro filmes, era gostoso... Todos aqueles filmes bobos lá, os artistas antigos. A minha irmã Elvira gostava de um filme que se chamava *Macho e Fêmea* (*Male, Female*, Cecil B. de Mille, 1919), ela só falava desse filme, *Macho e Fêmea*, como ela gostava...(risos)”. (Entrevista à autora: 23/06/2004).

¹⁶⁸ Ver anexo 1, mapa 1.

¹⁶⁹ Idem.

Luiza se lembra de sua grande amiga e colega de fábrica:

“Tinha uma amiga minha chamada Rosa, não sei se ela casou. Ela morava no alto do Pari. Depois que eu casei ela ia uns tempos lá na minha casa, depois ela sumiu, não sei se ela casou, ela era solteira, a Rosa. Nós éramos muito amigas, minha sogra olhava com cara feia pra ela. Nunca ela foi agradável, minha sogra, nunca. Não era, assim, simpática. Minha irmã Nilde (Leonilde) não podia ver ela”. (Entrevista à autora: 23/06/2004).

A fábrica também era o local das amizades, o momento de contar sobre o filme, o baile, o sono, o sonho, antes que o mestre chegasse. Muito das falas das depoentes ecoam no romance *Parque Industrial*, de Patrícia Galvão:

“Na grande penitenciária social os teares se elevam e marcham esgoelando. Bruna está com sono. Estivera num baile até tarde. Pára e aperta com raiva os olhos ardentes. Abre a boca cariada, boceja. Os cabelos toscos estão polvilhados de seda.

- Puxa! Que esse domingo não durou...Os ricos podem dormir à vontade.

-Bruna! Você se machuca. Olha as tranças!

É o seu companheiro perto.

O Chefe da Oficina se aproxima, vagaroso, carrancudo.

-Eu já falei que não quero prosa aqui!

-Ela podia se machucar...

-Malandros! É por isso que o trabalho não rende! Sua vagabunda!

Bruna desperta. O moço abaixa a cabeça revoltado. É preciso calar a boca!

Assim em todos os setores proletários, todos os dias, todas as semanas, todos os anos!”¹⁷⁰.

Todas as operárias usavam uniformes, como conta Maria:

“Todas usavam uniformes, era uma espécie de vestido que transpassava atrás com um laço”. (Entrevista à autora: 05/04/2008).

170 GALVÃO. P, Op.cit., p. 06.

Yolanda também fala sobre o uniforme:

“Eu usava um uniforme, era um avental branco com a faixa aqui assim (na cintura) e uma gola vermelha aqui (no pescoço). Uma gola com a tira vermelha, o laço vermelho amarrado assim. Aí no sábado - que a gente trabalhava até de sábado, de segunda a sábado - no sábado a gente levava pra casa pra lavar, pra segunda-feira usar de novo”. (Entrevista à autora: 05/04/2008).

Luiza também usava um uniforme feito pelas próprias operárias para ser usado sobre a roupa e que podia ser de qualquer cor. Ela descreveu um tipo de avental fechado por botões, de comprimento aproximado até a altura da coxa. “Nossa, era um calor!” (Entrevista à autora: 23/06/2004).

Além de estarem expostas ao calor – como lembram bem Luiza e Yolanda – outros aspectos devem ser observados. Durante o manuseio dos tecidos, fosse algodão ou juta, pequenos fiapos eram liberados. Operárias e operários não contavam com nenhuma proteção que impedisse a aspiração de partículas. O mesmo acontecia em relação ao barulho ensurdecedor produzido pelas máquinas por toda a jornada de trabalho.

A esses aspectos insalubres somavam-se ainda muitos outros, como falta de iluminação e de instalações sanitárias adequadas; fatores que, em geral, propiciam problemas de saúde. E, efetivamente, conversando com parentes de nossas operárias soubemos que Luiza e Yolanda apresentam lesões no ouvido interno. E Luiza, desde pequena, apresenta quadro asmático. Não podemos afirmar com toda a certeza tratarem-se de males adquiridos pelo trabalho na fábrica, mas não nos causaria espanto encontrar aí a origem dessas doenças.

No que diz respeito a trabalhos insalubres de mulheres, o Decreto nº. 21417¹⁷¹ em seu artigo quinto o proibia, assim como os perigosos que constassem no quadro em anexo¹⁷². Nas Constituições de 1934¹⁷³ (artigo 121d), na de 1937¹⁷⁴ (artigo 137k), na de

¹⁷¹ Senado Federal. Op.cit.

¹⁷² Para a relação dos trabalhos insalubres proibidos às mulheres indicamos a leitura do Decreto nº. 21417.

¹⁷³ Senado Federal. Op.cit.

¹⁷⁴ Idem.

1946¹⁷⁵, (artigo 157 IX), e na Consolidação das leis trabalhistas¹⁷⁶ (artigo 387 b), constam a mesma proibição.

Devemos chamar a atenção para o fato de que nenhum dos trabalhos exercidos pelas depoentes constam da lista de serviços insalubres. Nem por isso, com base nas descrições obtidas em seus relatos, acreditamos que todas as suas atividades na fábrica não fossem prejudiciais e, muito menos, desenvolvidas em ambientes saudáveis.

Em seu trabalho, Beatriz Cintra atenta para as inaptidões físicas e psicológicas que afetam o operariado. A autora investiga os problemas de saúde das mulheres: a saúde debilitada pelo excesso de horas de trabalho, pela alimentação insuficiente e inadequada; o que se agravava devido à insalubridade usual de suas habitações. Às casadas ainda cabia enfrentar o trabalho doméstico após a jornada na fábrica. No entanto, uma observação de Cintra nos chamou a atenção por revelar além do que seu trabalho propõe e indicar um preconceito de classe que, provavelmente, correspondia ao pensamento da elite:

“Pesa também na balança o atrativo que muitas operárias moças sentem pelos adornos da moda e vestes de luxo, o que as leva a gastar neste particular um dinheiro que melhor empregado lhes proporcionaria alimentação mais sadia, mais abundante e, por conseguinte mais propicia a restaurar-lhes as forças gastas no rude labor quotidiano. Sabemos de moças que vão às fábricas usando meias finas de seda e trazendo por baixo do avental imposto pelo Serviço Sanitário, vestidos inadequados a operarias e, horas de trabalho. Estas mesmas moças muitas vezes dormem em quartos anti-higiênicos, onde há excesso de gente e escassez de arejamento. O que comem talvez não seja suficiente para restaurar as forças gastas”¹⁷⁷.

Imaginar que artigos destinados ao público feminino sejam atrativos para moças operárias não nos causa estranheza. Já a idéia de que elas deveriam economizar seus gastos nesses itens em favor de uma alimentação melhor nos soa-nos bizarra. Mesmo porque, como veremos adiante, a carestia era tal que dificilmente haveria com o que comprar “meias finas de seda” ou artigo semelhante. Mas na verdade o que se espera

¹⁷⁵ Ibidem.

¹⁷⁶ Ibidem.

¹⁷⁷ CINTRA. B. B. U, Op. cit., p. 18.

das jovens operárias é que não estejam em outro lugar que não na fábrica e, no fim do mês, entreguem seus salários aos pais ou aos maridos. Não são propriamente mulheres, a quem se permite o consumo de artigos de moda ou beleza, e sim filhas, esposas, mães e donas de casa moldadas para a dura labuta. E nada mais.

Maria Auxiliadora Guzzo de Decca investiga a realidade dessa classe operária:

“Nessa última fonte aparece um inventário de roupas femininas e de roupas masculinas de operárias e operários adultos, que choca pela modéstia e pobreza. De um total de 140 mulheres, 57 não tinham sequer um ‘vestido de passeio’, 45 não tinham casacos, 17 não tinham um par de sapatos ao menos, 81 não tinham chinelos; 82 tinham apenas um par de sapatos, 47 apenas dois pares de meia, 75 apenas um casaco e assim diante”¹⁷⁸.

O custo de vida e o salário que recebiam também foi assunto lembrado pelas depoentes. Aqui Luiza fala sobre seu salário:

“Ganhava muito mais que meu marido. Se eu ganhasse, sabe, um real de hoje, meu marido ganhava a metade, cinquenta. Então, eu com um real vivia. Com cinquenta centavos você fazia uma despesa para o mês inteiro, comprava os mantimentos do bom e do melhor, as comidas eram muito baratas. Mas se vive melhor agora do que antigamente, muito melhor agora do que antigamente. Pensa que a gente comia frango, doce, como a gente come (hoje)? Minha sogra que cozinhava porque eu trabalhava. Quando eu casei sabia cozinhar bem, minha mãe me ensinou. Minha sogra nem conhecia o *capeletti*, fui eu quem começou a fazer e, nossa! Ficaram todos bobos (risos)!”. (Entrevista à autora: 23/06/2004).

Buscamos saber por que o salário de Luiza era maior que o de seu marido, já que muitas fontes indicam que o salário masculino era incomparavelmente maior que o feminino. O que encontramos é que alguns ofícios, como o de costureira, poderiam ter sua remuneração aumentada conforme o tempo e a prática adquirida. A destreza manual poderia proporcionar que a operária não só alcançasse suas metas, mas que as superasse

¹⁷⁸ DECCA. M. A. G. de, Op.cit., p. 56.

e assim aumentasse seu salário mensal – e, naturalmente, o lucro do patrão. Ou como escreve Eric J. Hobsbawm:

“Para o patrão, comprar a mão-de-obra no mercado mais barato significava comprá-la pela taxa mais baixa de unidade de produção, isto é, comprar a mão-de-obra mais barata da mais alta produtividade”¹⁷⁹.

Yolanda também contou sobre seu salário:

“Todo (o salário) ia para casa. Não é que a vida era cara, é que a gente ganhava pouco. Que nem... agora tem crédito, tem isso, antigamente não tinha. O que tinha muito era caderneta na venda, que pagava no fim do mês. A minha mãe ia na Rua Santa Rosa¹⁸⁰, comprava saco de arroz, feijão (...), depois ela vinha de carroça, a gente não tinha dinheiro pra pegar um carro. Ai, Juliana (dirigindo-se à entrevistadora - risos)! Minha mãe, coitada, com minha irmã mais velha, que é minha madrinha de batismo, diziam que eu era a última de sete mulheres, que a gente virava bicho (risos). Minha mãe trazia de tudo, nunca faltou nada, nunca precisamos nada, nada. E quando a gente tinha qualquer coisinha, qualquer gripe, quando vinha lá do serviço ela (mãe) já deixava fervida água quente. Sabia a hora que a gente chegava, fazia o escalda-pé com um pouco de sal, passava a friagem. Porque a chuva quando vinha, vinha até aqui (mostra a altura do joelho). (A gente) vinha que nem um pinto molhado, fazia o escalda-pé, tomava chá, não se tomava comprimido. Chá de hortelã, chá de poejo, nós tomava e ia deitar. E no dia seguinte ia trabalhar. Hoje se chove pega um carro e volta. (A gente) atravessava aí a Estação do Norte (atual Estação Roosevelt), atravessava a linha, e o homem que tomava conta, que fechava a porteira ali na (avenida) Celso Garcia, quando ele percebia que nós estávamos vindo ele (Yolanda faz um sinal) para nós correr, para passar que ia dar tempo. Que até que ele vinha (o trem), que passava, nós perdíamos a hora. E como ele (o porteiro da ferrovia) já tinha uma amizade com a gente (agradecíamos) ‘obrigado’. Ele dizia ‘De nada, filhas, vão com Deus’. Por isso

¹⁷⁹ HOBSBAWM. E. J, Op.cit., p. 348.

¹⁸⁰ Ver anexo 1, mapa 4.

que eu te falo, Juliana, tenho bastante saudade do meu tempo, melhor do que agora. Ah, não tinha malícia...”. (Entrevista à autora: 05/04/2008).

O salário de Maria, assim como o de suas irmãs, ficava todo em casa: “Ninguém considera seu salário tão bom, e o meu salário eu entregava em casa para minha mãe” (Entrevista à autora: 05/04/2008).

Como pudemos observar através dos depoimentos de nossas entrevistadas, grande parte do salário, se não todo ele, era destinada à alimentação e ao custo do aluguel, como indica a historiadora Maria Auxiliadora:

“Os salários operários, desde o final do século XIX até 1930/1940, ficaram sistematicamente aquém dos aumentos de preços e do custo de vida de maneira geral. Os salários do proletariado urbano e fabril apresentaram um poder aquisitivo muito baixo ao longo de todo esse período”¹⁸¹.

Na Constituição de 1934¹⁸² o artigo 121 alínea 1 a e b, proibia a diferença de salário para o mesmo trabalho no que dizia respeito a sexo, idade, nacionalidade ou estado civil e previa que o salário mínimo atenderia às necessidades normais do trabalhador. Com a lei nº. 185¹⁸³ de 14/01/1936 foi estipulado que todo trabalhador teria direito a um salário que atendesse às suas necessidades de alimentação, habitação, vestuário, higiene e transporte.

No que diz respeito aos menores aprendizes, seus salários poderiam ser reduzidos pela metade. E no caso de serviços insalubres, o salário poderia ser aumentado.

A fixação do salário mínimo estava a cargo das Comissões de Salário, formadas por cinco a onze componentes representantes dos empregadores e dos empregados, com mandatos de dois anos. Era fixado por zonas ou regiões e seu valor permanecia o mesmo por três anos. Em casos de pagamentos menores do que o valor estipulado ou o não pagamento do mesmo, os empregados teriam direito de reclamação e o empregador sofreria multas.

¹⁸¹ DECCA. M. A. G. de, Op.cit., p. 43.

¹⁸² Senado Federal, Op.cit.

¹⁸³ Idem.

A Constituição de 1937¹⁸⁴, artigo 137, estabelece que o valor do salário seria o mais apropriado às exigências do operário e da empresa, com capacidade de satisfazer às necessidades normais do trabalhador.

Com o Decreto-Lei nº. 399¹⁸⁵ de 30 de Abril de 1938 ficam aprovadas as normas para o funcionamento das Comissões do Salário Mínimo de acordo com a Lei nº. 185, já apresentada. No mesmo ano, com o Decreto-Lei nº. 499¹⁸⁶ de 16 de Junho de 1938 é aberto um crédito de mil contos de réis para a execução da Lei do Salário Mínimo.

Somente com o Decreto-Lei nº. 2162¹⁸⁷ de 01 de Maio de 1940 ficava instituído o salário mínimo.

Em seguida é aprovado o Decreto-Lei nº. 2548¹⁸⁸ de 31 de Agosto de 1940, que facultava sobre a redução do salário mínimo em 15%, para maiores de dezoito anos e menores de vinte e um anos que não possuíssem certificado de ensino profissional.

Merece nossa atenção o artigo segundo deste decreto que diz:

“**Art. 2º** Para os trabalhadores adultos do sexo feminino, o salário mínimo, respeitada a igualdade com o que vigorar no local, para o trabalhador adulto do sexo masculino, poderá ser reduzido em 10% (dez por cento), quando forem, no estabelecimento, observadas as condições de higiene estatuídas por lei para o trabalho de mulheres”.

No seu artigo quarto ficava assegurada aos maiores de dezoito e menores de vinte e um anos, bem como às mulheres, a percepção em dinheiro de 30% do salário mínimo local.

Na Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT pelo Decreto-Lei nº. 5452¹⁸⁹ de 01 de Maio de 1943, em seu capítulo três, artigos 76 a 128, fica regulado o salário mínimo, permanece a igualdade de valores para o mesmo trabalho sem distinção de sexo e a redução para menores aprendizes (menores de dezoito e maiores de quatorze anos).

¹⁸⁴ Ibidem.

¹⁸⁵ Ibidem.

¹⁸⁶ Ibidem.

¹⁸⁷ Ibidem.

¹⁸⁸ Ibidem.

¹⁸⁹ Ibidem.

O próximo Decreto-Lei aprovado é o nº. 5977¹⁹⁰ de 10 de Novembro de 1943, onde é alterada a tabela com os valores do salário mínimo.

Com o Decreto-Lei nº. 7085¹⁹¹ de 27 de Novembro de 1944 fica prorrogado para mais um ano o mandato dos componentes da Comissão.

Na Constituição de 1946¹⁹² em seu artigo 157, novamente é reforçado que o valor do salário deve atender às necessidades normais do trabalhador, proíbe-se a diferença de salários e fica estipulado que o salário para trabalhos noturnos deve ser superior ao dos diurnos.

Porém, mesmo com uma base legislativa consistente, as leis eram burladas, pois a própria legislação abria brechas para que isso fosse possível, como podemos verificar através do artigo *Burlada a Lei do Salário Mínimo!*, publicado no jornal *A Platéia*; e que faz denúncia sobre demissões de antigos empregados para a contratação de menores de idade, fazendo mau uso do artigo 5º do Decreto-Lei nº. 399, que permitia a redução do salário dos menores pela metade.

“Uma senhorita, funcionária de uma fábrica de tecidos na Aclimação, pondera a reportagem de *A Platéia*: ‘Eu trabalho na fábrica desde os 12 anos de idade. Tenho presentemente 21. O mestre já preveniu a mim e às minhas companheiras da mesma idade, que diminuiu o serviço e que portanto vamos ser dispensadas. No entanto, lá fora, no portão, há um cartão bem grande onde se lê: ‘Precisam - de Moças’. Ora, se diminuiu o serviço, se nós vamos ser dispensadas por esse motivo, por que é que no mesmo dia que nos dão essa informação afixam aquele cartaz? Meu Deus, será um crime completar 21 anos de idade? Porventura merecerei eu esse castigo depois de nove anos de trabalho nesta fábrica, só pelo fato de já não ser menor?’”

(Jornal *A Platéia*, 10/09/1940, p. 03).

O artigo lança um foco preciso sobre como os patrões se utilizavam da lei. De acordo com o texto, eles a estavam cumprindo. Porém, a forma como o faziam estava longe de trazer benefícios para os trabalhadores.

A citação de Karl Marx esclarece a questão:

¹⁹⁰ Ibidem.

¹⁹¹ Ibidem.

¹⁹² Ibidem.

“O salário é determinado pela luta amarga entre o capitalista e o trabalhador. A necessária vitória do capitalista. O capitalista pode viver mais tempo sem o trabalhador do que o trabalhador sem o capitalista. A união entre capitalistas é habitual e eficiente, ao passo que a união entre trabalhadores é proibida e traz-lhes as mais penosas conseqüências”¹⁹³.

No entanto, mesmo com poucos salários, uma pequena fração era destinada ao lazer. Yolanda nos contou que gostava de ir ao cinema – o entretenimento preferido de nossas entrevistadas – com as irmãs:

“Eu ia ao cinema São José¹⁹⁴ lá no Belém. Pedíamos para minha mãe e ela dizia ‘tá bom, toma um real’. Nós estávamos acompanhando aquele seriado, o Flash Gordon - ouviu falar? Chegava no outro domingo e nós íamos lá no cinema com um real, lá em cima (nas galerias - risos). Comprava uma latinha de amendoim para ver o filme e jogava as cascas lá embaixo (risos), era 70 centavos. O que sobrava a gente avisava para minha mãe ‘Mãe, sobrou’. E ela dizia ‘Como sobrou?’, ficava espantada. (E a gente respondia) ‘Sobrou, a gente vai de novo’. Tenho muita saudade do meu tempo”. (Entrevista à autora: 05/04/2008).

O cinema figuraria entre os argumentos apresentados no Relatório da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, em 1939, quando da discussão sobre a implantação do salário mínimo:

“O relatório explicita: ‘Ora, se o salário, em São Paulo, fosse tão baixo que não permitisse ao operário ir ao cinema, não estariam colocados nos bairros operários os cinemas da cidade, em sua enorme maioria’¹⁹⁵.

Essa mesma diversão seria alvo de uma matéria na revista do IDORT que traz dados compilados do *Bulletin de L’ Institut National D’ Orientattion Professionnelle*, edição de janeiro de 1934, como veremos a seguir:

¹⁹³ MARX, K, Op.cit., 1989, p. 101.

¹⁹⁴ Ver anexo 1, mapa 3.

¹⁹⁵ FONSECA, Pedro Cezar Dutra. *Vargas: o capitalismo em construção 1906-1954*. São Paulo: Brasiliense, 1989, p. 308.

“240 A Influência do Cinema Entre Os Jovens

Um inquérito feito pelo inspetor principal de ensino de Londres em 29 escolas do condado, compreendendo 21.280 alunos. Este inquérito permitiu deduzir alguns dados interessantes:

- 1º) Os filmes de “cowboys” são apreciados pelos meninos e meninas;
- 2º) Os filmes de guerra e de aventuras são apreciados pelos meninos. As meninas não gostam dos filmes de guerra;
- 3º) Os filmes policiais ou de ‘gangsters’ são muito apreciados pelos meninos, muito menos pelas meninas;
- 4º) As comédias e as farsas não são apreciados pelas crianças de 11 a 14 anos;
- 5º) Os filmes documentários, os de viagens e os de animais foram raramente designados entre os prediletos;
- 6º) As aventuras sentimentais e os filmes de amor são resolutamente postos de lado pelos meninos, mas ocupam um lugar de destaque nas preferências das meninas de 11 a 14 anos.

Estes dados são preciosos e ajudam poderosamente o estudo da diferença de caracteres das meninas e dos meninos.”

(Revista *IDORT*, São Paulo, nº. 37, Janeiro de 1935, p. 23).

A publicação na revista do IDORT de um artigo sobre gostos de rapazes e moças nos despertou a curiosidade. Eles, apreciadores de filmes que hoje, mal comparando, poderiam aparecer sob o rótulo “de ação”, com enredos entremeados de lutas, armas, combates. Já elas, como atualmente ainda acontece, preferem os filmes sentimentais, mas também gostam dos filmes de cowboys, talvez pelo tanto de emoção do embate “mocinho x bandido” ou da aura romântica exalada pelo herói, o mocinho.

Mas como os industriais do IDORT utilizariam essas informações? Talvez como subsídio para orientar os mestres na forma de lidar com operárias e operários ou mesmo como meio para conhecê-los através de seu entretenimento. Como pesquisadores nos deparamos com a enorme dimensão que os estudos da racionalização, pelo menos no âmbito de idéias da revista do IDORT, poderia tomar.

Uma pequena fração dos salários de nossas depoentes era reservada ao vestuário. Porém, isso era feito através de soluções como a que Yolanda conta a seguir:

“O dinheiro das férias eu dava para a minha mãe pagar o aluguel, a luz, água, comida. Você pensa que a gente comprava coisa nova? Eu, como era a última, era a mais coitada (risos). Eram sete irmãs e um irmão, minha mãe comprava aqueles casacões. De manhã passava um homem vendendo roupa na porta de casa, ele chamava seu João. Ele passava, vinha a cavalo de carroção. Tinha de tudo o que você queria. No tempo do frio, tinha toalha de banho, de rosto, toalha de mesa tudo. Então minha mãe já comprava duas de uma vez, ela e a (irmã) mais velha, uma que já faleceu, morava lá em Vila Esperança e se chamava Emília. Quando vinha o frio, não que a gente passava frio, minha mãe pegava as roupas das mais velhas - e ela tinha a máquina Singer - reformava e passava pra outra pessoa. Você pensa que a gente comprava que nem agora que vai e pega? Ela fazia aquela meia de quatro agulhas e nós nunca passamos frio. Ela fazia as roupas para a gente porque o salário ia todo para a casa”. (Entrevista à autora: 05/04/2008).

Como podemos notar no depoimento de Yolanda, as férias, que na sua origem significavam um período de descanso, transformavam-se em moeda de troca. Esta, aliás, era uma das justificativas dos industriais que eram contra a lei de férias. Para esse grupo as férias deveriam ser concedidas apenas aos funcionários administrativos, pois estes defendiam que apenas o esforço intelectual demandava descanso.

De acordo com o Decreto nº. 4982¹⁹⁶ de 24 de dezembro de 1925, os empregados comerciais, industriais, bancários e de instituições de caridade e beneficência do Distrito Federal e nos Estados teriam direito a quinze dias de férias, sem prejuízo dos salários. O não cumprimento do decreto acarretaria em multa.

Esta lei só seria alterada com o Decreto nº. 23768¹⁹⁷ de 18 de janeiro de 1934, que já no título trazia a novidade: as férias seriam concedidas aos empregados da indústria sindicalizados. E estes sindicatos reconhecidos pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, oficializados pelo Decreto nº. 19770 de 19 de março de 1931 seriam os oficiais.

Após doze meses de trabalho seguidos o período de férias poderia ser usufruído de uma só vez ou parceladamente, nunca em período inferior a cinco dias. O funcionário que permanecesse na empresa por mais de 250 dias teria direito a quinze dias de férias;

¹⁹⁶ Senado Federal, Op.cit.

¹⁹⁷ Idem.

se permanecesse menos de 250 dias e mais de 200 dias teria direito a onze dias de férias; no caso de menos de 200 dias e mais de 150, seriam sete dias e em caso de menos de 150 dias o funcionário não teria direito. Passava a ser permitida a troca dos dias de férias pela remuneração referente ao período. A fiscalização seria exercida pelas Inspetorias Regionais do MTIC, e o não cumprimento da lei acarretaria multa.

Por fim, a CLT em 01 de maio de 1943¹⁹⁸ regula a lei de férias em seu capítulo IV do artigo 129 ao artigo 153. As férias seriam concedidas em um só período, ou em alguns casos em dois períodos nunca inferiores há sete dias. Caso o empregador não concedesse as férias às quais o empregado tinha direito, este deveria pagar a importância correspondente ao dobro do valor do período de férias. Em caso de não cumprimento da lei haveria uma multa.

Como demonstra Pedro Cezar Dutra Fonseca, a lei de férias desde seu primeiro projeto foi repudiada pelos industriais:

“É sintomático, neste sentido, o repúdio manifesto quanto a Lei de Férias, apoiado na seguinte epígrafe de Henry Ford: ‘Não podereis fazer maior mal a um homem do que permitir que folgue nas horas de trabalho’”¹⁹⁹.

Durante uma entrevista para o Jornal *O Trabalhador Têxtil*, o então Ministro do Trabalho Waldemar Falcão é questionado pelo repórter:

“Com referência a lei de férias, perguntamos a S.excia, qual a sua opinião sobre o acúmulo de processos que estão no departamento sem solução há um ano e até há um ano e meio, e que, sendo a Lei de Férias, uma lei clara e inequívoca, que dá direito ao trabalhador que tenha um ano de serviço, não deveria nem ser instaurado processo sobre as mesmas e sim, mas sim intimado o empregador a pagá-las imediatamente, ao que S.excia nos respondeu que dado o acúmulo de processos ora existentes no Departamento, não era possível dar uma solução imediata aos mesmos, mas que de volta ao Rio, iria estudar com mais vagar o meio de dar pronta execução a essa lei.(...)”.

¹⁹⁸ Ibidem.

¹⁹⁹ FONSECA. P. C. D, Op.cit., p. 296.

(Jornal *O Trabalhador Têxtil – Órgão Oficial do Sindicato dos Operários Em Fiação e Tecelagem de São Paulo* em Novembro e Dezembro de 1939, Ano II, nº13).

Mais uma vez fica patente a distância inequívoca existente entre legislação e realidade.

Quanto ao cotidiano de nossas depoentes, havia momentos destinados ao lazer, mas as obrigações e a necessidade nunca as deixavam de acompanhar. Sobre as greves, todas contam terem assistido a muitas nas fábricas onde trabalharam, mas que se eximiam de participar, seja porque os pais as proibiam, mas principalmente pelo medo de envolver-se em um confronto cuja participação poderia comprometer postos e salários.

A seguir Luiza narra sobre as greves na Companhia Anglo-Brasileira de Juta:

“Tinha, tinha greve para aumento de salário, mas não podia fazer greve. Depois que entrou o Getúlio (Vargas) existiam as leis de greve, Getúlio (Vargas) pôs todas essas leis. Depois entrava em acordo e retomava o trabalho de novo. Precisava entrar em acordo; não os operários, mas os mestres, entre eles, entravam de acordo. Eu não participei de nenhuma, eu tinha medo porque eles manjavam quem começava e mandavam embora. Era sempre os homens que começavam as greves, nunca eram as mulheres. Todas nós, ninguém participava”. (Entrevista à autora: 23/06/2004).

Quando Luiza se refere às leis de greve de Getúlio Vargas, está se referindo a Lei de Segurança Nacional nº. 38 de 04 de abril de 1935:

“Art.19. Induzir empregadores ou empregados à cessação ou suspensão do trabalho, por motivos estranhos às condições do mesmo.

Pena – De 6 meses a 2 anos de prisão celular”²⁰⁰.

²⁰⁰ “Lei de Segurança Nacional de 04 de abril de 1935”, in: CARONE, Edgard. *A Segunda República (1930-1937)*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1973, p. 61.

A força da chamada Lei de Segurança Nacional, ou “Lei Monstro”, como ficou conhecida pelos operários, foi um golpe no movimento operário que, apesar de não ter se extinguido, teve sua força reduzida.

No final de 1934 e início de 1935, os funcionários dos Correios e Telégrafos de São Paulo entraram em greve com o apoio de mais de mil trabalhadores que reivindicavam *aumento salarial, aumento do quadro de funcionários e não-punição dos grevistas, visto que por lei os funcionários públicos estavam proibidos de deflagrar greves. A paralisação teve resultado favorável*²⁰¹. Durante o período o jornal *A Platéia* realizou diversas matérias a respeito. Uma delas tratou da participação feminina no movimento grevista:

“A Reunião das Funcionárias Ontem

Atendendo ao convite do “Comitê da Greve”, compareceram ontem à reunião as funcionárias dos Correios, que, entusiasticamente aderiram ao movimento reivindicador de suas aspirações”.

(*A Platéia*, São Paulo, 02/01/1935).

Pude perceber que, apesar de realizar intensa cobertura à greve, esta é a única notícia da participação feminina no jornal. Podemos nos questionar sobre a participação de mulheres nas greves operárias. Muitos autores apontam o decréscimo do número de greves em fábricas com um contingente maior de mulheres. Porém, principalmente nas fábricas têxteis, onde o operariado era majoritariamente feminino, percebemos em muitos casos sua intensa mobilização. Por outro lado, não é possível tomar isso como regra. Devemos nos lembrar que a repressão ao movimento operário se intensificou cada vez mais nesse período, culminando na Lei de Segurança Nacional. O medo de perder o emprego, de ser presa, de sofrer preconceitos pela participação em movimentos grevistas torna-se maior do que o desejo de reivindicar.

Na Constituição de 1937²⁰², no artigo 139 consta o seguinte texto:

“A Greve e o lock-out são declarados recursos anti-sociais nocivos ao trabalho e ao capital e incompatíveis com os superiores interesses da produção nacional”.

201 ANTUNES, Ricardo. *Classe Operária, sindicatos e partidos no Brasil: um estudo sobre a consciência de classe, da Revolução de 30 até a Aliança Nacional Libertadora*. São Paulo: Cortez, 1982. p. 127.

²⁰² Senado Federal. Op.cit.

Na Constituição de 1946²⁰³, em seu artigo 158, fica reconhecido o direito de greve.

Como observa Maria Antonieta Antonacci, os conflitos predominaram após a 1ª Guerra Mundial, período no qual podemos verificar a intensificação das reivindicações acompanhadas de greves que estavam, por sua vez, segundo a autora, diretamente ligadas à racionalização da indústria:

“(…) onde as reivindicações operárias dirigiram-se para melhores condições de trabalho e remuneração, com denúncias contra os rigores disciplinares dos regulamentos das fábricas em termos de horários, cadências, atitudes dos mestres e feitores, e contra as arbitrariedades da fixação dos níveis salariais”²⁰⁴.

Ainda segundo Antonacci, as reivindicações também focavam as condições do trabalho feminino e infantil, principalmente na indústria têxtil. Esse setor passara a funcionar em ritmo produtivo acelerado, com aumento da quantidade de teares e máquinas, bem como de responsabilidade, já que cada operária teria que dar conta, trabalhando o mesmo período de tempo, da produção que anteriormente caberia a três ou quatro.

Como exemplo podemos citar Ricardo Antunes acerca das greves de 1930:

“Em junho foi a vez dos trabalhadores da Fábrica Brasileira de Sedas, motivados pela redução salarial, brutalidade do mestre da fábrica, jornada de trabalho de nove horas sem descanso e a abusiva exigência de cada trabalhador operar com dois teares”²⁰⁵.

Em maio de 1932 uma greve generalizada entre a categoria dos trabalhadores têxteis se estendeu por quase todas as fábricas:

“(…) cujas exigências eram efetivação da jornada de 8 horas, aumentos salariais de 20%, fim do serviço extra, igualdade salarial para o mesmo trabalho, preferências pelo trabalho masculino, cumprimento do código de Menores e da

²⁰³ Idem.

²⁰⁴ ANTONACCI. M. A. M, Op.cit., p. 18.

²⁰⁵ ANTUNES. R, Op.cit., p. 122. Para as greves no período de 1930 a 1935 indicamos a mesma obra.

Lei de Férias, abolição da carteira de trabalho, reconhecimento da U.O.F.T. (União dos Operários em Fábricas de Tecido) e das comissões operárias nas fábricas, descanso entre os turnos, aumento para trabalho noturno, pagamento integral dos dias em greve e pagamento quinzenal”²⁰⁶.

Destacamos uma das reivindicações desse movimento: a preferência pelo trabalho masculino. Como verificaremos no capítulo III, mesmo dentro do movimento operário, o lugar que cabia à mulher era o lar.

Participaram desta greve as seguintes fábricas: Estamparia Matarazzo, Fábrica de Tecidos Tatuapé, Fábrica Libanesa, Cotonifício Paulista, Lanifício Ítalo-Armênio, Fábrica Fernandes, Fábrica de Tecidos Jorge Street, Cotonifício Crespi, Fábrica de Tecidos Três Irmãos, Fábrica de Juta Sant’Ana, Fábrica de Meias Mosseline, São Paulo Alpargatas, Fábrica Maria Ângela, Fábrica Maria Zélia, Fábrica Prada, Cotonifício Guilherme Giorgi, Tecelagem de Seda Ítalo-Brasileira, Irmãos Andrauss, Irmãos Moussale, Lanifício Londres, Fábrica Santa Rosa, Vanini Grande, Tinturaria Brasileira de Sedas Santa Magdalena, Lanifício Germaque, Fábrica de Sedas da Rua Martim Afonso, Cotonifício Adelina, Fiação e Tecelagem São Paulo e Fábrica de Seda Oriental²⁰⁷.

Esta greve durou cerca de duas semanas e conforme os acordos eram realizados o movimento foi se dissipando.

A seguir destacamos um trecho de *Parque Industrial* em que Pagu escreve sobre uma de suas protagonistas, Rosinha Lituana, presa durante uma greve e, por ser imigrante, expulsa do país:

“ No interrogatório, comunicam-lhe que a vão expulsar.

- Você é estrangeira!

Mas ela não conhece outro país. Sempre dera o seu trabalho aos ricos do Brasil!

Sorri numa amargura. Vão levá-la para sempre do Braz... Que importa? Ela ouvira dos próprios defensores do presídio social:

- Pobre não tem pátria!

²⁰⁶ Idem, pp. 123-124.

²⁰⁷ Idem, p. 124.

Mas deixar o Braz! Para ir aonde? Aquilo lhe dói como uma tremenda injustiça. Que importa! Se em todos os países do mundo capitalista ameaçado há um Braz...

Outros ficarão. Outras ficarão.

Braz do Brasil. Braz de todo o mundo”²⁰⁸.

Yolanda também conta sobre os movimentos grevistas nas fábricas em que trabalhou. Além do medo de perder o emprego, os operários e operárias corriam outro tipo de risco:

“Tinha muitas greves, vinha a cavalaria em cima, os soldados vinham em cima da gente com os cavalos, pergunta pra tua avó (Luiza), não sei se ela viu. No Cotonificio Adelina teve, agora na Maria Ângela nunca teve. E eu nem saía de casa, eu nem ia de medo dos cavalos. Os cavalos ficavam todos na nossa frente, era por causa do salário, por causa de tudo aquilo que o Getúlio Vargas começou a fazer. Sempre teve greve, aumento de salário. Agora não, agora graças a Deus que não tem isso. Porque a gente ficava tudo junto, a gente não entrava para trabalhar, então a gente ficava tudo do lado de fora e quando eles viam que a gente não ia entrar, então chamava a cavalaria, o escritório lá dos donos chamava a turma da cavalaria. Batiam, davam com o chicote. Quando eu via que tava assim eu nem ia, tinha medo. Imagina, levar chicotada! Eles tinham que bater para a gente se espalhar. Na Maria Ângela nunca teve, o tempo que eu trabalhei lá não teve nada”. (Entrevista à autora: 05/04/2008).

Maria também presenciou a cavalaria em ação durante a greve:

“Tinha o conhecimento da greve, mas eu não participava, ia embora para casa. Sempre reivindicavam aumento de salário e eu achava que era justo. Tinha mulheres que participavam, algumas eram até piores que os homens (risos). E muitas vezes tinha a repressão policial, ia a cavalaria para o local. Não havia nenhuma punição para os grevistas, que a gente soubesse”. (Entrevista à autora: 05/04/2008).

208 GALVÃO. P, Op.cit., pp. 111.

O CIFTSP foi responsável por uma das grandes manobras para o controle do movimento grevista. Tratava-se de circulares, que utilizavam o sistema Vucetich de identificação operária, distribuídas em todas as fábricas associadas, com os nomes dos operários considerados “indesejáveis”. Assim os industriais não correriam o risco de contratar agitadores que, durante o período em que se encontrassem em greve, poderiam ser empregados em outras fábricas. Podemos considerar o advento dessas listas como um esforço do CIFTSP não só no sentido de produzir um operário racionalizado, com “identificação científica”, mas de eliminar lideranças afastando, assim, o perigo que o movimento representava para os patrões. Estas listas também foram enviadas ao CIFTA, órgão representante das indústrias do Rio de Janeiro.

Apesar do claro sentimento de medo vivamente assumido em relação à participação, em nenhum momento de suas falas nossas entrevistadas deram mostras de terem sido contra os movimentos grevistas ou não terem se interessado pelos assuntos correlatos. E nem era para menos. Além das cenas monstruosas que a cavalaria e os soldados proporcionavam, havia listas com nomes “indesejáveis” produzidas pelo CIFTSP. Todo esse cenário e ainda a necessidade que pontua os depoimentos torna fácil entender sua opção de permanecer ao largo das reivindicações. Mas ainda havia o temor em perder o bom conceito da comunidade por se envolverem movimentos “de homens”: mulheres de respeito deviam saber “o seu lugar”. E este passava longe de qualquer luta por direitos

Durante este capítulo percebemos através das características da indústria têxtil paulista, da incorporação da mulher nesta indústria e no relato de nossas entrevistadas, uma faceta bem particular da industrialização brasileira e do trabalho feminino operário, ou seja, o caráter de miserabilização a que foi submetida à classe trabalhadora.

Vejamos na fala de Livia Cotrim, acerca da obra de Chasin, que tão brilhantemente trabalhou com este tema:

“A forma retardatária, subordinada e conciliada com o historicamente velho do evoluir da industrialização brasileira mostra a manutenção, devidamente modernizada e ‘desenvolvida’, de sua face mais perversa – a miserabilização das amplas massas trabalhadoras, que se põe, não como produto de uma ‘lacuna’ distributivista, mas como base e sustentáculo da própria forma de desenvolvimento. E esta não poderia jamais gerar uma distribuição de renda adequada para as classes trabalhadoras – tanto o que era produzido não se

voltava para elas, quanto sua inserção social se fazia pelo critério do arrocho salarial, indissociável da lógica daquele ordenamento da produção. De modo que desde sua gênese, e ao longo de seus anos de ‘sucesso’ – em que propiciou uma larga acumulação, prioritariamente para o capital monopolista, nacional e internacional -, o ‘bolo’ confeccionado pelo ‘milagre’, por mais que crescesse, ‘jamais poderia render para as massas trabalhadoras’²⁰⁹.

Some-se a isto:

“A industrialização subordinada ao capital externo, capitaneada pela produção de bens de consumo duráveis, conciliada com a estrutura agrária herdada da colônia e assentada na superexploração do trabalho, portanto na exclusão econômica dos trabalhadores, é a marca da estreiteza econômica da burguesia brasileira, determinante de sua estreiteza política: incapaz de dominar sob forma efetivamente democrática – porque impossibilitada de lutar ou sequer perspectiva sua autonomia econômica, e, assim, de se pôr à frente de um projeto de cunho nacional, apto a incluir, embora nos limites do capitalismo, as classes a ela subordinadas -, a burguesia brasileira só pode exercer seu poder político sob forma autocrática”²¹⁰.

Chama-nos a atenção como este estado autocrático, no período de nossa pesquisa, representado por Getúlio Vargas, fica registrado na falas de nossas entrevistadas. Luiza deixa claro que antes do Getúlio não existiam leis trabalhistas: “Quando entrou o Getúlio é que pôs as leis.” (Entrevista à autora: 23/06/2004). Para Yolanda a figura é mais emblemática:

“Getúlio Vargas? O melhor! Foi o melhor presidente para os operários, ele era do lado do operário, ele sempre foi. Pai do povo e era verdade, viu. Agora tem um pior que o outro. Ele pôs o salário, mataram ele. Você acha que não? Ele era

²⁰⁹ COTRIM, L. “O capital atrofico: da via colonial à mundialização” IN *A miséria brasileira: 1964-1994 – do golpe militar à crise social*. Santo André. Ad Hominem, 2000, p. VI. “A mais baixa e a única necessária tabela de salários é aquela que provê à subsistência do trabalhador durante o trabalho e a um suplemento adequado para criar a família a fim de que a raça dos trabalhadores não se extinga. Segundo Smith, o salário normal é o mais baixo que for compatível com a *simple humanité*, isto é, com uma existência bestial”. In: MARX, K, Op. cit, 1989, pp. 101-102.

²¹⁰ COTRIM, L, Op. cit., pp. VI-VII.

bom, bom demais, e quando viu tudo isso cuidava do fundamental pra não deixar faltar nada. Ele era o melhor presidente, todo mundo gostava dele.” (Entrevista à autora: 05/04/2008).

Para Maria a figura de Getúlio Vargas também marcou muito sua história:

“O Presidente Getúlio Vargas marcou muito para minha geração, pois ele era a favor do povo trabalhador. Foi ele quem batalhou e conseguiu a aposentadoria para o trabalhador, gostava muito dele”. (Entrevista à autora: 05/04/2008).

Podemos pensar em toda a propaganda atrelada a este governo, os discursos pronunciados e, como diz Pedro Cezar Dutra Fonseca:

“Ele próprio, Vargas, admitia que os trabalhadores certamente ganhariam vantagens com a legislação, as quais dificilmente teriam obtido em tão pouco tempo, através da livre negociação e sem forte participação estatal; mas a cada vez que assim se pronunciou (obviamente no período aqui analisado), o fez afirmando que de forma alguma elas poderiam ser confundidas com qualquer indício de hostilidade ao capital. Este, aliás, ‘precisava ser atraído, amparado e garantido pelo poder público’. Entendia-se, com isto, que ‘o melhor meio de garanti-lo está, justamente, em transformar o proletariado numa força orgânica de cooperação com o Estado e não o deixar, pelo abandono da lei, entregue à ação dissolvente de elementos perturbadores, destituídos de sentimentos de Pátria e Família”²¹¹.

No capítulo III vamos examinar o papel que estava reservado às mulheres, vida de solteira e de casada, responsabilidades, o fato de serem mulheres assalariadas e mesmo assim estarem submetidas ao mando de seus pais e maridos; e a evolução feminina, que já se anunciava nas páginas dos jornais.

²¹¹ FONSECA. P. C. D, Op.cit., p. 231.

Capítulo 3: De Operárias a Donas de Casa – Namoro, Casamento, Maternidade e Evolução Feminina

As responsabilidades de nossas entrevistadas, como vimos no capítulo II, abarcavam o trabalho operário nas fábricas têxteis, fundamental para o orçamento familiar. Mas não ficavam por aí. Luiza, Yolanda e Maria também se dedicavam às tarefas domésticas, como conta Yolanda:

“No domingo a irmã mais velha fazia macarrão com o pau da vassoura. Eu e minha irmã Maria arrumávamos toda a casa. A outra (irmã) no tanque. Minha mãe ficava sentada no degrau da subida para a cozinha lendo a *Fanfulla*. Ela era italiana, quando nós a chamávamos era só para almoçar. A mesa já tava posta e tudo. ‘Mãe, pode subir pra comer com a gente’. (Se) era a minha vez de lavar a louça, todo mundo ficava sentado e eu lavando. Era tudo dividido. Quando a gente ia embora pro trabalho, a gente pegava aquele pó de carvão, aquele pozinho - sabe quando fica no saco? ‘Mãe, nós já pusemos o pozinho pra não apagar o fogo, tá?’ Quando ela levantava já tava cozinhando o feijão. Mas vou dizer, a gente trabalhava com gosto viu, uma maravilha!”. (Entrevista à autora: 19/08/2006).

Luiza lembra que aprendeu a cozinhar, bordar, costurar com a mãe: “todas as mulheres aprendiam essas coisas”. E se vangloria de que a sogra não contava com a mesma habilidade na lida doméstica ou na culinária – não sabia fazer *capeletti*, receita herdada da família italiana.

Podemos notar que todas essas tarefas e obrigações familiares se convertem numa preparação para a responsabilidade que essas mulheres assumiriam em poucos anos: a de serem casadas.

A família, a sociedade, a igreja esperavam das jovens que realizassem bons casamentos e se tornassem excelentes esposas, mães e donas de casa; este era o papel que deveriam desempenhar. O fato de serem trabalhadoras assalariadas não acarretava em nenhum julgamento preconceituoso. Durante uma determinada fase da vida elas poderiam exercer este papel. E, como vimos, a necessidade pela qual passavam as famílias operárias exigia que elas trabalhassem desde que este trabalho se apresentasse

como uma preparação para o verdadeiro papel que desempenhariam em alguns anos, como aponta Margareth Rago:

“Fora da fábrica, a redefinição das relações familiares, através da promoção de um novo modelo de mulher, voltada para o lar, e de uma nova percepção cultural da criança, procura difundir entre a classe operária os valores burgueses da honestidade, da laboriosidade, da vida regrada e dessexuada, do gosto pela privacidade, eliminando as práticas populares consideradas ameaçadoras para a estabilidade da ordem social”²¹².

À mulher cabia se tornar esposa, mãe e dona de casa. Maria Valéria Junho Pena lança um foco sobre a assunção desses papéis:

“Subjugada em sua sexualidade, a mulher tornou-se o que tem sido, uma agente reprodutora. Em torno ao trabalho reprodutivo, gerando novas crianças e mantendo-as vivas, em volta ao trabalho doméstico, ela realiza a identidade que lhe foi imposta. Mesmo o capitalismo, que a assalariou, não permitiu que essa identidade se perdesse: as mulheres seriam duplamente úteis, como trabalhadoras e como mães/esposas: pelo seu trabalho na produção e pelo seu trabalho na reprodução; criando valores de troca e criando trabalhadores/as”²¹³.

Neste capítulo, acompanharemos o relato de nossas entrevistadas sobre o início do namoro com aqueles que se tornariam seus maridos. As ouviremos sobre os seus casamentos, o nascimento de seus filhos. Também nos debruçaremos sobre as circunstâncias que cercaram o desligamento de seus empregos nas fábricas têxteis.

Por fim, falaremos sobre o tema da evolução feminina, que já se anunciava nas matérias de *A Platéia*. Em 1940 esse jornal inaugura uma seção dedicada às leitoras: *Mulher, a sua página*, que trazia artigos e reportagens variadas, incluindo aconselhamento sobre beleza, saúde, moda, culinária e elegância. Através da leitura desse conteúdo fica clara a mensagem: ter meios para consumir o universo de *Mulher, a sua Página* não é tão importante quanto apreender seu conteúdo enquanto código de

²¹² RAGO, M, Op.cit. 1987, p. 26.

²¹³ PENA, M. V. J, Op.cit., p. 15.

conduta para tornar-se elegante, prendada, regrada e, conseqüentemente, ter um grande futuro casamenteiro.

Alguns artigos e reportagens dessa página, bem como de outras seções do mesmo jornal serão utilizados como fontes ao decorrer de nosso texto.

Outro jornal que também será utilizado é *A Plebe*, jornal anarquista que traz em suas páginas um ideal de mulher completamente diferente, uma nova proposta e uma nova atitude para a mulher.

3.1 Jovens Enamoradas

O relato de Yolanda sobre o início de namoro com seu marido resgata fragmentos do cotidiano de época ao lançar o foco sobre o flerte na Avenida Celso Garcia, uma das vias centrais do tradicional bairro operário de São Paulo, o Brás:

“Antigamente não se namorava assim, como hoje. A gente ia passear na Avenida Celso Garcia²¹⁴, de um lado ficavam os homens, e do outro as mulheres. Nós andávamos até um pedaço e depois voltávamos naquele mesmo trecho, ficava aquela farra. Então, do outro lado, os rapazes faziam sinal pra gente e o Orlando fez pra mim. A minha irmã Maria falou ‘Fala com ele’ e eu dizia ‘ih, eu não gosto dele’, não sabia quem ele era. Minha irmã falava ‘Vê o que ele quer, conversa com ele, vamos ver o que ele quer, vamos ver’. E eu dizia ‘Ai, meu Deus do céu, o que eu faço?’ Quando foi na outra semana ele veio falar comigo. Eu usava aquelas correntinhas de um tostão, prateada. Minha mãe mandou fazer pra gente usar porque todo mundo usava, era uma novidade. Então, na hora que eu fui, assim, ele me puxou e eu falei ‘fala o que você quer de mim?’. (risos) Era tão novinha”. (Entrevista à autora: 19/08/2006).

Yolanda começou a namorar aos 18 anos, Orlando tinha 20. Ele trabalhava fazendo carretos de caminhão e futuramente abriria um bar.

Em sua fala, nossa entrevistada deixa transparecer seu receio em começar um namoro. Afinal, tinha apenas dezoito anos, estava mais inclinada a simplesmente se divertir com as irmãs. Principalmente porque iniciar um namoro nessa época implicava

²¹⁴ Ver anexo 1, mapa 3.

em um comprometimento mais sério em relação ao namoro contemporâneo. Caso o rapaz tivesse intenções de se casar, as chamadas “boas intenções”, receberia o aval para frequentar a família e noivar a jovem pretendente.

A insegurança de Yolanda para responder ao sinal de Orlando, mais que coqueteria, poderia estar relacionada ao medo de infringir o código de conduta vigente, código esse abordado no artigo *Gracejos de Rua*:

“Quando um homem na rua dirigir um gracejo a uma senhorita deve ela, incontinenti, chamar sobre o fato a atenção de uma guarda, de um policial ou de um cavalheiro. Não havendo quem a ampare, nada convém responder.

Deverá solicitar proteção sem constrangimentos porque nenhum homem educado dirigiria, na rua, gracejos a uma mulher.

(...) Todo individuo, que na via publica aborda uma jovem ou uma senhora, está faltando aos mais sagrados deveres que se tem para com a mulher.

(...) Nada de respostas. Desse modo só se consegue dar ensejo ao atrevido.

É pena que os gracejadores nem sempre encontrem pela frente quem lhes dê um castigo como merecem.

A individuos desse jaez, o castigo deveria ser rude, grosseiro, como seria sua própria alma”.

(Jornal *A Platéia - Mulher, A sua Página*, 16/11/1940, p. 05).

Podemos congratular Yolanda que, apesar do aval da irmã, agiu de acordo com o código ao ser abordada por um rapaz?

Durante oito meses o namoro se deu “na rua” como a depoente conta; ou seja, durante um determinado período o rapaz não deveria ter acesso à casa da namorada. E quando recebia a autorização para tanto o namoro já estava “sério” e provavelmente aconteceria o casamento.

Yolanda relata como foi esse período:

“Não gostava muito de namorar. Ah, a gente era nova e queria brincar (risos). Ele começou a vir me buscar na porta da fábrica, ficava olhando quando eu saía e a gente já vinha junto quando isso aconteceu. Namorei com ele assim oito meses, na rua”. (Entrevista à autora: 19/08/2006).

Luiza conheceu o marido, Luiz, na Companhia Anglo Brasileira de Juta, onde ambos trabalhavam - ele como mecânico. Ela contou achar graça no fato de ele se chamar Luiz. Aqui o relato sobre o namoro:

“Conheci porque ele ia lá arrumar as máquinas. Quebrava, e eles vinham arrumar as máquinas. Sempre lembro daquela Luzia, coitada, que ela já morreu. (Luzia) disse que ele ia lá por causa dela. (...) E eu falei: pois é, você espera o fim-de-semana - nunca esqueço - aposto com você que na segunda-feira estou namorando com ele só eu querendo. Aí comecei a namorar com ele no fim-de-semana por causa de uma brincadeira. Quando foi segunda-feira, ele já gostava de mim eu não gostava muito dele. Minha mãe me xingava porque (ele era) homem bom, homem direito. Mas eu achava que ele nunca ia bem vestido. Eu era... Eu olhava, assim, namorado que era bem vestido. Você só quer olhar pra quem! Ela (mãe da depoente) me xingava. Eu não gosto mesmo. Homem mal vestido não é comigo. Olhava nas meias, (ele) usava aquelas meias feias de algodão listada. Ai! (risos) Olhava o colarinho, minha sogra não sabia passar, ficavam os bicos amassados. Ih, eu olhava muito essas coisas, minha mãe me xingava”. (Entrevista à autora: 23/06/2004).

Duas características apontadas pela mãe de Luiza para justificar o bom partido que se apresentava à filha merecem destaque: ele era um homem bom, um homem direito e, acrescentaríamos, um homem trabalhador. Para Luiza era um rapaz simples que não sabia se vestir direito. Apenas o fato de o pretendente usar meias listradas já justificaria o rompimento do namoro. Mas a voz da família nesse momento era mais forte do que os sonhos de uma moça de 21 anos.

Chamou-nos a atenção o artigo publicado na seção *Mulher, a sua página*, na coluna *Elegância Feminina*, onde é destacada a importância da “toilette” feminina e também masculina, que muito se aproxima do pensamento de Luiza com relação ao namorado:

“O desleixo na toilette é um suicídio moral...” Balzac

(...)

Em desobediência ao sábio ensinamento, quantos rapazes há que ficam com as calças mal presas na cintura, com a gravata ao lado, ou com uma blusa a sobrar

do cinto. Em desobediência ao sábio ensinamento da máxima, quantas senhoritas que andam por aí sem meias, com vestidos mal passados, sem a mínima elegância...

Há excesso de liberdade na maneira de se vestir. É necessário que se evite esse abuso.

Cuidemos de nós mesmos. Nunca devemos sair mal vestidas, como também, nunca devemos permitir que nos acompanhe nosso namorado, nosso noivo, nosso marido, quando esteja mal trajado”.

(Jornal *A Platéia* - Mulher, A sua Página, 26/10/1940, p. 05).

Luiza, como ela mesma reconhece, era namoradeira, gostava de dançar, sair e conversar com moços bem vestidos:

“Não era que nem hoje. (Naquele tempo) as moças obedeciam à mãe. A mãe falava e as moças obedeciam. Eu era a mais sapeca, gostava de namorar. Uh, era louca, eu procurava os moços bem vestidos, eu olhava pra ver se eles estavam bem vestidos. Minha mãe me xingava ‘Namoradeira, chivetta! Vê a tua irmã, ela não é como você’. Eu dizia ‘Por quê? Eu não faço nada de mal, eu gosto de moço’. Eu namorava o Luiz e fui para Santos. Ele não foi, fui eu. Eu não sei com quem fui. Nossa, quanto que eu farreei! (risos) Todos moços, imagina se ele via eu fazer isso! Ah, eu era assim, gostava de namorar, e gostava de homem bem vestido”. (Entrevista à autora: 23/06/2004).

Luiza conta sobre uma vizinha que a mãe apontava como exemplar, pois se comportava de acordo com o que era esperado de uma jovem de bem:

“A Antonia morava na mesma vila que eu, coitada, ela era meio bobona, não saía de casa, ficava sempre lá encorujada. A mãe era uma portuguesa muito ruim pros filhos. Minha mãe sempre falava ‘A Antonia, que beleza, que moça, essa é que é moça!’ Um dia ela apareceu grávida e eu dizia ‘Olha, mãe, a Antonia. (risos), que beleza de moça!’ Minha mãe não falou nada, ficou quieta e eu dei risada (risos). Acho que ela casou porque ela ficou grávida do vizinho, ela não saía de casa, coitada. A mãe a mantinha dentro de casa, sabe? Ficou uma bobona, não sabia nada da vida, como era, mas bem que ela soube (como ficar

grávida - risos). Aí eu falava ‘Mãe, olha a Antonia, tá vendo? Agora xinga a gente, ela se comportou assim bem na cara da mãe dela’ (risos)”. (Entrevista à autora: 23/06/2004).

As aventuras de Luiza e sua atitude “sapeca” para a época causavam espanto na família. Não era o comportamento que uma moça deveria ter. Também foi o caso da prima do futuro marido de Yolanda, como ela nos conta:

“Tinha uma prima do meu marido (risos)... Ela pulava a janela pra ir namorar, ela começou a namorar, chamavam ela de ‘mais forte’. Era bonitinha, o pai dela que era tio do meu marido começava a brigar (faz os sons dos gritos do pai). Ela fechava a janela, (...) e pedia para a gente não contar, (...) pulava a janela e voltava de manhã. Ela era a mais gozada (risos). Depois ela casou. Chamava Fortunata, nunca mais eu a vi”. (Entrevista à autora: 19/08/2006).

Inserida em *Mulher, a sua página*, foi criada a seção *Para o Seu Caso*, um “correio sentimental” que abria espaço para perguntas de leitoras. Duas interlocutoras, Rachel e Mathilde, respondiam questões de natureza diversa. Os textos enviados pelas leitoras não eram publicados, apenas as respostas produzidas pelas interlocutoras. Aqui uma delas, dirigida à Anna Maria, residente da capital paulista:

“O seu mal é o mesmo de muitas jovens de São Paulo: você é comunicativa e alegre e pretende viver com certa liberdade, num país onde os costumes ainda são mais ou menos atrasados. Infelizmente o homem brasileiro não compreende certos gestos como espírito de camaradagem. Moças como você devem ter a inteligência de esconder o que pensam e ser menos expansivas. Você que é tão moça ainda, deve encarar o mundo sempre de cabeça erguida e agir de acordo com a sua inteligência”.

(Jornal *A Platéia* - Mulher, A sua Página, 14/12/1940, p. 06).

A idéia aqui é a de que a verdadeira sabedoria ou “inteligência” está em esconder o que se pensa e ser menos expansiva. A frase ilustrativa, publicada na mesma página, corrobora com essa proposição: “*Hás de saber que tens duas orelhas e uma*

boca, para que, ouvindo muito, fales pouco – Zenon”. (Jornal *A Platéia* - Mulher, A sua Página, 05/10/1940, p. 05).

Havia uma grande preocupação acerca do comportamento das mulheres; as famílias temiam a exposição de suas filhas a situações constrangedoras e/ou ao falatório da vizinhança. Para não tornar a filha “solteirona” ou “desonrada”, todo cuidado era pouco. E desgraça maior era uma noiva impedida de entrar na igreja de branco, símbolo de pureza e castidade. Tratava-se de uma situação que, uma vez desencadeada, não poderia ser revertida ou remediada, como observa o artigo:

“(…) Um homem que se avilta com as mais torpes e vergonhosas ações, mediante uma conduta exemplar, um arrependimento sincero, pode readquirir tudo quanto perdeu; a mulher, ao contrário, se cai uma vez, está irremediavelmente perdida para toda a vida”.

(Jornal *A Plebe* – Nova Fase – *A Mulher e Sua Emancipação* - Ano III, nº. 93, p. 03).

A mesma questão aparece em outra edição do jornal:

“(…) Se si livrar do bordel não se livrará de se ver a vida inteira apontada como ‘mulher leviana’ pelas outras mulheres, cuja falta de conhecimento e de piedade não lhes permite ver o papel desprezível que representam (...)”.

(Jornal *A Plebe* – Nova Fase – *A Questão Sexual Feminina* - Ano III, nº. 90, p. 02).

Assim, para impedir que as jovens cometessem qualquer ato que prejudicasse sua reputação perante a sociedade, à educação deveria salientar as virtudes da castidade e da moral acima de qualquer suspeita. Dessa forma seria possível construir uma imagem “digna e honesta”.

Encontramos vários artigos que explicitam as qualidades que compõem o caráter da “mulher de respeito”. Entre eles o texto publicado na seção *O Que A Mulher Deve Saber*, tecido com base no livro *Se Queres Viver Desperta e Luta* de Ellick Morn. No trecho abaixo o autor inclui o cultivo da beleza plástica entre os deveres femininos:

“(…) A mulher tem o direito e o dever de ser bela, esforçando-se cada vez mais para atingir um tipo de graça e beleza que procurará transmitir e tornar peculiar aos seus descendentes.

Em conclusão, a missão da mulher é desvelar-se no cultivo e aperfeiçoamento de sua beleza plástica e espiritual tornando-se assim agradável sob todo ponto de vista”.

(Jornal *A Platéia* - Mulher, A sua Página, 26/10/1940, p. 05).

A família de Luiza, temendo a atitude arrojada da filha, tratou de oficializar logo o noivado e marcar o casamento com Luiz, que reunia qualidades de bom marido. Eles se casaram em 03 de abril de 1937, ela com 21 e ele com 22 anos.

Maria, a responsável pelo início do namoro de sua irmã Yolanda, conheceu seu futuro marido na Fábrica Maria Ângela:

“(…) ele era contramestre e se chamava Luiz Cláudio Allegranzi. Eu tinha 20 anos e ele 24. Começamos a namorar, mas depois ele terminou comigo por dois dias. Depois nós voltamos, namoramos quatro anos, e não chegamos a ficar noivos”. (Entrevista à autora: 05/04/2008).

O início do namoro também tinha suas formalidades. Conversar com os pais era uma obrigação do pretendente, como conta Yolanda:

“Quando o Orlando entrou na minha casa, minha mãe chegou perto dele e falou ‘Olha, meu filho, se você tiver intenção de conversar, namorar com a minha filha, você entra em casa. Sou viúva, mãe de sete filhos, não quero que ninguém fale das minhas filhas. Você entra, fica lá, vocês combinam o dia que tem que vir, vem direito, e fica tudo bem’. Namorei três anos dentro de casa, (risos). Já viu, né? Pior, pior, pior quando ele percebeu que eu não gostava dele. A gente é menina, mocinha, quer falar com os outros, brincar (risos). Então ele percebeu que eu não gostei dele, ele quase não vinha depois namorar comigo. Meus filhos não sabem nem metade que passei com ele! (risos) Depois a gente voltou, quando foi um dia eu vinha saindo da fábrica, da (fábrica) Maria Ângela (e) eu falei ‘Vem cá, o que você está fazendo? Por que você não vem na minha casa namorar, que minha mãe perguntou?’ E ele disse ‘Ah não sei, não sei o que

estava fazendo’. E eu respondi ‘Só vou te falar uma coisa: já não gostava de você, agora que você percebeu que eu gosto de você, você não veio. Só uma coisa eu te falo: do jeito que minha mãe fez eu...’ Você entendeu o que era, né? Dava aqueles beijos tudo roubado, sabe? Quando ia embora (imita sons de beijos - risos) nem se encostava. Antigamente era assim. Aí quando ele viu, (pensou) ‘É melhor ficar do que perder essa daí’. Aí ele vinha de segunda a domingo, ele vinha todo dia (e) marcamos o casamento. Casei dia 8 de Setembro de 1945, fiquei com ele vinte e quatro anos”. (Entrevista à autora: 19/08/2006).

O período de namoro é avaliado por Yolanda como “divertido”. A diversão preferida era o cinema:

“Assisti àquele filme *O Preto que tinha alma Branca*, ai, que coisa mais linda! Nossa tinha muito filme, mas o período que eu mais assisti filmes foi com meu marido (ainda namorado), ali no Cine Roxy²¹⁵ que também é na Avenida Celso Garcia²¹⁶ e agora é assembléia de deus. Todos os filmes que passaram, *Branca de Neve*.. Nós íamos todo domingo, pegávamos a parte da tarde pra chegar em casa nove horas. Não era assim: pegávamos o filme das sete horas para chegar em casa dez, onze horas, então a gente pegava sempre uma metade. A gente via o começo do filme que a gente perdia e via depois o outro filme, chegava em casa oito, nove horas. E depois tinha outra: por ser em casa sete mulheres, cada semana tinha uma (cada semana uma era responsável por parte dos serviços domésticos). Eu levantava às cinco horas da manhã, ia na padaria, pegava o pão, fazia o café, chamava as outras: ‘Vamos já está na hora, o café tá na mesa’. Minha mãe lavava a louça de dia, ela ficava sozinha com meu irmão e a gente lavava a louça de noite quando chegava. Se eu saía à noite pedia para minhas irmãs ‘Você lava minha louça?’ ‘Onde você vai?’ ‘Eu vou com o Lando no cinema’ - chamava ele de Lando. ‘Vai (que) eu lavo a tua louça, depois você lava a minha’. Se não (não fosse assim) minha mãe não deixava ninguém sair, só se lavasse a louça”. (Entrevista à autora: 19/08/2006).

²¹⁵ Ver anexo 1, mapa 3.

²¹⁶ Idem.

Além do cinema, o outro lazer de nossas entrevistadas estava concentrado nos bailes, como observamos no capítulo I; mas ao lado dos noivos, o divertimento passou a ser vigiado por eles. Perguntamos à Yolanda como Orlando se comportava nos bailes:

“Imagina, tinha o salão Pirâmide, teve uma festa não sei de quem era, mas teve uma festa. (Eu) namorava: ‘Tá bom’, eu disse ‘Vamos lá, vamos comigo, que convidaram você’. Entrei eram nove horas da noite (e) até as quatro da manhã, coitada, não dancei uma! (É que) justamente aquele dia tava jogando o Palmeiras. Ele subia e descia as escadas para saber o resultado do jogo do Palmeiras e eu não podia dançar, imagina. Fiquei dizendo ‘Esta é a primeira e a última vez, nunca mais’. Minha irmã Maria também gostava de dançar, mas ele (o namorado dela) não tinha ciúmes. Não sei se o Orlando tinha, mas que bobagem!”. (Entrevista à autora: 19/08/2006).

O período do namoro é considerado um período tranquilo na vida das entrevistadas. Apesar das restrições que sofriam, como não se sentirem à vontade para dançar, podemos dizer que os sonhos e expectativas ainda estavam presentes.

3.2 Jovens Casadas

Toda a preparação, traduzida no cotidiano de ajudar nas tarefas de casa, e que na verdade fazia parte das obrigações, era primordial para a vida de casada. Saber cozinhar, lavar, passar era essencial às donas de casa. Seus familiares e os novos parentes exigiriam que elas soubessem exercer todo tipo de serviço doméstico. Durante o noivado, as moças dariam conta de bordar seus enxovais, que eram montados aos poucos, e ganhavam status de preciosidade conforme o cuidado e a perícia com que eram feitos. Ao mesmo tempo, esses mesmos enxovais (ou a demora em completá-los) poderiam ser usados como pretexto para noivos que desejassem se desembaraçar do compromisso de casamento, como alude o artigo *É Necessário o Enxoval da Noiva?*

“Inúmeros casos conhecemos de noivados que se prolongam indeterminadamente porque a noiva não esteve em condições de fazer um bom enxoval. Nas classes pobres isso é muitíssimo comum.

(...)

O noivado demorado vai perdendo sempre e sempre o seu encanto. O seu sabor não é o mesmo de quando contava apenas meses.

(...)

Muito mais importante que o enxoval da noiva é a compreensão, a tolerância, a sinceridade, o amor que deve existir entre ambos. Toda vez que houver isto, é perfeitamente dispensável um enxoval completo.

Em hipótese alguma, é permitido a um noivo prolongar o noivado, pelo fato de sua noiva não possuir o enxoval para o casamento.

Estejam certos os que assim não pensam, que não está no enxoval a felicidade”.

(Jornal *A Platéia* - Mulher, A sua Página, 14/12/1940, p. 06).

Por sorte os enxovais de nossas entrevistadas ficaram prontos a tempo.

Não se pode ignorar que a felicidade dessas moças, de acordo com a família, a igreja e a sociedade, estava no casamento, como reitera o artigo *A Felicidade Não Está no Dinheiro*:

“A felicidade não está no dinheiro. E é preciso pouco para que ela bata as portas de um lar. Sinceridade, compreensão, amor, são virtudes que a atraem.

Bom humor e jovialidade do trabalho são predicados indispensáveis que deve possuir quem a procura.

Quantos e quantos jovens fogem do casamento e procuram a felicidade em ‘cabarés’ em ‘bares’ ou na mesa de jogo? Um lar, uma esposa alegre e jovial, eis o primeiro passo para a felicidade”.

(Jornal *A Platéia* - Mulher, A sua Página, 28/12/1940, p. 06)

A matéria ainda traz a imagem de uma atriz de cinema retirando um prato do forno e, como diz a legenda, *num desses momentos felizes que só o lar proporciona*. O apelo centrado no universo do cinema em *A Platéia* se mostra muito forte. A jovem da fotografia poderia ser uma mundialmente reconhecida atriz de Hollywood, merecedora de todos os méritos da profissão. Mas a mensagem transmitida é muito clara: ela é realmente feliz no aconchego de seu lar, cozinhando para marido e filhos, ou seja, cumprindo com o papel social de esposa, mãe e dona de casa.

Como diz Heleieth Saffioti:

“A felicidade pessoal da mulher, tal como era então entendida, incluía necessariamente o casamento. Através dele é que se consolidava sua posição social e se garantia sua estabilidade econômica. Isto equivale a dizer que, afora as que permaneciam solteiras e as que se dedicavam às atividades comerciais, as mulheres, dada a sua incapacidade civil, levavam uma existência dependente de seus maridos”²¹⁷.

A mulher era responsável pelo bom andamento da vida familiar; portanto, saber preparar um bom prato já era meio caminho andado rumo ao casamento, como observa o artigo *A Arte Culinária, Fator de Tranqüilidade Nos Lares*, que ainda acrescenta no subtítulo: é inútil saber *empoar o nariz e queimar a carne do fogareiro*.

O intuito do artigo é divulgar as escolas e cursos onde “uma bela e elegante senhorita” pode tornar-se perita em fabricar pratos saborosos. Porém, no ambiente familiar de nossas entrevistadas, este aprendizado se dava em casa e ao longo da vida.

Quanto à “tranqüilidade dos lares” aventada no artigo, examinemos a mensagem do texto e as lembranças de nossas depoentes:

“Com três meses de curso culinário, qualquer mulher está apta para o casamento sabendo, de antemão, que tornará feliz o marido. Vejamos:

– Preparei-te um prato suculento. Fígado à veneziana de que tanto gostas...

- És um anjo! Venha o prato e venha um beijo na minha cara esposa!

Estômago e paladar satisfeitos. Humor belíssimo, pois que as glândulas estão a postos e não destilam bílis. Lar feliz, perspectivas róseas.

- Tenho uma surpresa!

- ???

- Para a sobremesa fiz um creme de morangos...

- Viva!

E depois do morango um cafezinho feito na hora. Como negar a uma esposa assim, o teatro, o cinema, o passeio e o presentinho? Nunca! Seria um crime!”.

²¹⁷ SAFFIOTI. H. I. B, Op.cit., p. 33.

Em seguida os “Lares Infelizes”:

“O marido chega cansado. Trabalhou o dia inteiro e agora, com o estômago dando voltas aguarda o jantar.

- Mas está tudo queimado!
 - Não é nada. ‘Pegou’ um bocadinho...
 - Essa massa sua é um grude! Nem os cachorros seriam capazes de comê-la!
- Atira o guardanapo por sobre a mesa, levanta-se furioso, doido de fome, sai e procura o mais próximo restaurante para abafar o apetite. Come mecanicamente, fígado estragado pelo arrufo. Em casa a esposa chora, estraga a pintura que lhe levou duas ou mais horas. Regressará tarde. Prefere os amigos ao lar. Já pensa numa separação...

Nuvens pretas no horizonte de um lar desfeito pela inabilidade de uma esposa. Que tal?”.

(*A Platéia*, 06/08/1940, p. 06).

A legenda sob a foto que ilustra o texto diz:

“Uma boa dona de casa põe o melhor carinho no preparo da mesa. Aí estão duas lindamente preparadas: uma para uma refeição ligeira e outra para um jantar. Num ambiente como este reside um pouco das razões da felicidade do lar.”

(*A Platéia*, São Paulo, 06/08/1940).

Para evitar nuvens negras sobre o lar, a página feminina do jornal *A Platéia* trazia receitas culinárias na seção *Para a Dona de Casa*. Outra seção, *Conselhos...*, também trazia receitas, além de conselhos de moda e beleza - como técnicas de massagem e exercícios físicos – visando à elegância feminina, principalmente a que se espelha na simplicidade.

E para moças que vislumbrassem um futuro através de uma carreira que não a de dona de casa, a opinião do líder fascista italiano no artigo *O Que Mussolini Pensa Das Mulheres* é bem clara:

“(…)

As mulheres não podem simultaneamente cuidar de sua casa e velar pelo futuro do gênero humano. Devem desempenhar, apenas, uma dessas funções; e já que Deus e a natureza, dispuseram que a mulher seja mãe da raça humana, quanto mais depressa ela compreender que o governo da comunidade deve ser outorgado ao sexo forte, tanto melhores serão os resultados”.

(Jornal *A Platéia* - Mulher, A sua Página, 05/10/1940, p. 05).

Na página feminina de *A Platéia* o casamento surgia como um “mar de rosas”, um oásis de harmonia onde a família da futura senhora viria ao mundo envolta em amor e tranquilidade. Porém, os relatos de Luiza e Yolanda indicam que nem sempre os casamentos eram tão róseos.

Luiz, marido de Luiza e seu irmão Orlando, marido de Yolanda, viviam na casa dos pais, Anunciata e Salvador. Quando Luiza e Luiz se casaram, foram viver na casa dessa família, onde moravam também os irmãos de Luiz: Orlando, ainda solteiro, Gennaro e Francisco.

Da vida de casada, Luiza guarda recordações um pouco amargas. Entre elas, o fato de estar sob as ordens da sogra, uma mulher, segundo ela, de temperamento forte e que acima de tudo colocava o próprio marido e os filhos em primeiro lugar. Em contrapartida, esses últimos lhe deviam obediência cega, enquanto as noras não tinham direito a opinar:

“No começo eu gostava da vida de casada, depois enjoiei. O Luiz não era assim, que penava pro dia de amanhã, não pensava em subir de vida. Para ele dava um futebol, um barzinho na esquina (e) pronto. Minha sogra tinha essa lei (de que) até que todos os filhos não chegavam em casa não se comia. Podia passar as horas! Tinha vezes, no Domingo, que eles iam no bar da esquina. (Uma vez fizeram isso) e nem deram bola. Quatro horas da tarde vieram pra casa pra almoçar então me chamaram. ‘Não vou agora’, eu falei. ‘Não tenho fome’. Não quis comer de raiva, de raiva! Ele concordava com a mãe, enquanto não estavam todos os filhos lá ela não queria saber. É, a minha sogra mandava, entende, não era eu que mandava, era minha sogra, sim. Ah, eu não queria voltar (para aquele tempo) má nem...! Ah, a minha sogra vigiava tudo, eu não podia fazer nada. Quando às vezes eu falava para

ela - porque eu não tive filhos logo, esperei um ano - quando falava pra minha sogra que eu ia no cinema, ih, ela me olhava com uma cara feia! No outro dia não falava comigo, ela era mandona, eu não mandava em nada”. (Entrevista à autora: 23/06/2004).

Depois do casamento, Yolanda também foi morar na casa dos sogros. E assim como Luiza, também se ressentia por seu marido acatar as ordens da mãe dominadora:

“Não gostava da vida de casada, morava com a minha sogra (risos). Morei com ela só três anos. Pergunta para a Luiza, ela morou quatorze anos, não podia fazer nada! Meu marido não tinha voz alta para falar”. (Entrevista à autora: 19/08/2006).

Um acontecimento marcou a vida de Luiza, como vimos no capítulo anterior. Ela nos contou que recebia um salário maior do que o do seu marido e se interessou pela compra de um imóvel residencial:

“As casas ficavam na Rua Joli²¹⁸ bem em frente à tecelagem do Matarazzo. Lá ficava uma vila que pertenceu ao Matarazzo e eles vendiam as casinhas, um réis por mês pro banco. Eu falei pro meu marido ‘Vamos comprar’. Ih, ele me xingou de louca. Eu fui (ver o imóvel) com a minha sogra. Ela falou com o marido dela e eu com o meu. Eles estavam jogando dominó, nunca esqueço. Xingou a gente de louca, era um réis por mês pro banco. Eu não podia assinar o contrato, tinha que ser o chefe, o marido. Ih, não queria voltar naquela rua onde a gente morava, uma casa desgraçada! Não passo de lá mas nem de poltrona, não passo de lá! Rua Almirante Barroso²¹⁹, detesto. Recordo os tempos que passei lá, fui muito infeliz lá. A casa desgraçada, suja, mal feita, olha como a gente sofria: furo o sifão da pia da cozinha, então precisava por uma lata porque enchia de água. A gente abria a torneira e enchia de água, ficou um ano quebrada. Com tanto homem que tinha lá (e) nenhum tinha coragem de mandar arrumar o sifão ou comprar um sifão novo. Ah, vá! Não queria voltar antigamente, não”. (Entrevista à autora: 23/06/2004).

²¹⁸ Ver anexo 1, mapa 3.

²¹⁹ Ver anexo 1, mapa 2.

Yolanda se recorda do mesmo episódio:

“A Luiza me chamou, disse que iam ver três casas pra vender. ‘Vamos lá, Landa’. E eu disse ‘Não, eu não, eu sei que ele não vai comprar’. Foi a Luiza, não sei quem mais foi. Eu não fui. Que briga quando elas chegaram! ‘Imagina, indigna, indigna’! O Luiz não escutava e não compraram. Ela não tem casa por causa disso. Se a gente for contar para eles (os filhos, eles retrucariam) ‘Ah imagina que era assim’. E era assim. E a Luiza dizia ‘O que eu ganho dá pra pagar a casa’ porque ela trabalhava, ganhava o salário que nem eu. Falei ‘Orlando dá pra pagar’. Que o quê! E ela trabalhava, tinha o dinheiro dela”. (Entrevista à autora: 19/08/2006).

Desse relato e da afirmação final de Yolanda “*E ela trabalhava, tinha o dinheiro dela*”, conseguimos pensar qual era o papel reservado à mulher casada nessa sociedade.

Como nos diz Heleieth Saffioti, não podemos falar em independência econômica da mulher, mesmo que ela fosse assalariada. É preciso lembrar que ela estava inserida na família e tinha seu papel a desempenhar²²⁰.

O código civil de 1916 vem justamente regular o papel da mulher casada; e como nos diz Maria Valéria Junho Pena:

“O artigo 240, confirmando a incapacidade da mulher casada, escrevia que essa ‘assume, pelo casamento, com os apelidos do marido, a condição de sua companheira, consorte e auxiliar nos encargos da família’. O marido, pois, era considerado o chefe da sociedade conjugal (...). O artifício jurídico procura apagar a história individual da mulher, seu nome que representa seu passado e sua identidade pelo qual ela aprendeu a se reconhecer: das mãos do pai à do marido, ela não possui uma história própria”²²¹.

E não só sua história lhe é retirada como também seu direito de assumir algum tipo de responsabilidade no que diz respeito ao casal. Nas palavras da mesma autora:

²²⁰ SAFFIOTI. H. I. B, Op.cit., p. 33.

²²¹ PENA. M. V. J, Op.cit., pp. 146-147.

“A mulher, diz o artigo 242, não poderia, sem autorização do marido, aceitar, repudiar herança ou legado; ser tutora ou curadora; exercer profissão; litigar em juízo civil ou comercial (senão na reivindicação de bens comuns, doados pelo cônjuge); contrair obrigações que implicassem em alienação de bens do casal ou aceitar mandatos. Tais restrições se aplicavam a mulheres mas não ao homem. Em outras palavras, a mulher não tinha direito à propriedade, senão através de seu marido, consistindo, como já foi afirmado, numa sócia honorária da burguesia; igualmente não tinha direito imediato ao trabalho, isto é, não possuía o direito de vender livremente sua força de trabalho no mercado”²²².

De acordo com o artigo 247 deste código *considera-se sempre autorizada pelo marido a mulher que ocupar cargos públicos, ou, por mais de seis meses se entregar à profissão exercida fora do lar.*

Como já vimos no texto de Maria Valéria, para trabalhar, a mulher casada teria que receber autorização do marido. Numa situação de carestia, que caracterizava o cotidiano das famílias operárias, isto não se tornava um grande problema, mesmo porque a mulher teria o bom senso de saber o momento certo de deixar o trabalho, como veremos mais adiante.

O que conta é que o veredicto sobre a decisão de ser uma trabalhadora, que exerceria sua profissão fora de casa, pertencia ao marido. E este, a qualquer momento, poderia decidir pelo encerramento profissional de sua esposa. O mesmo artigo presumia que a mulher estava autorizada a comprar, mesmo que a crédito, mercadorias necessárias ao consumo doméstico e a realizar empréstimos para tais aquisições, como nos diz Pena:

“A pressuposição de que a mulher estivesse consentida a decidir sobre economia doméstica implicava em estabelecer que o lar era o seu campo de atividade próprio. Nesse espaço cessava sua incapacidade (...)”²²³.

Todo um discurso relegava a mulher ao espaço da casa, do interior. Ela devia estar dentro do lar e, como escreve Margareth Rago:

²²² Idem, pp. 147-148.

²²³ Idem, p. 149.

“À mulher cabia, agora atentar para os mínimos detalhes da vida cotidiana de cada um dos membros da família, vigiar seus horários, estar a par de todos os pequenos fatos do dia-a-dia, prevenir a emergência de qualquer sinal de doença ou do desvio”²²⁴.

Encontramos nas páginas de *A Plebe*, jornal anarquista, a matéria *A Mulher Perante a Lei*. Vejamos a opinião do jornal acerca desse assunto:

“As mulheres não são consideradas na maioria dos povos como companheiras dos homens. São consideradas como o meio de propagação da espécie, na maioria das hipóteses; como simples instrumentos de prazer, quase sempre. Por isso a legislação defende a família e não o indivíduo da família.

(...)

Contrato natural estabelecido entre os homens e como tal, codificado nos artigos da lei. As muitas qualidades que a lei lhe reconhece são essas. Enquanto o homem é considerado um ser dotado de inteligência e portanto susceptível de errar, a mulher é considerada um ser irracional que mostrará pelo instinto apenas, em que categoria deverá ser codificada”.

(Jornal *A Plebe*, 30/03/1935).

Quando perguntei à Maria sobre sua vida de casada, ao contrário de Luiza e Yolanda, ela nos disse que adorou estar casada:

“Casamos em 1944, tivemos três filhos, e fomos morar na Rua 21 de Abril²²⁵. Eu gostava muito da vida de casada porque meu marido foi um excelente companheiro, ótima pessoa e excelente pai”. (Entrevista à autora: 05/04/2008).

Através deste relato percebemos as várias visões sobre a vida de casada, e que muito do ressentimento de Yolanda e Luiza estava no fato de os maridos não terem voz ativa perante a mãe e principalmente por lhes faltar ambição na hora de planejar o futuro, ao contrário de Maria que encontrou em seu marido um companheiro, como ela nos contou.

²²⁴ RAGO, M, Op.cit. 1987, p. 62.

²²⁵ Ver anexo 1, mapa 3.

3.3 Maternidade e Trabalho

Outra responsabilidade entraria na vida de nossas entrevistadas a partir do momento em que se tornassem mães. A seguir apresentaremos um histórico das leis brasileiras que diziam respeito à maternidade.

Um dos primeiros decretos que regulamentava a maternidade no Brasil foi o nº. 16.300 de 31 de Dezembro de 1923²²⁶, que regulamentava o Departamento Nacional de Saúde Pública.

Ele assegurava o repouso de trinta dias antes e após o parto para as trabalhadoras da indústria e do comércio. O médico responsável pela gestante deveria enviar o atestado médico aos administradores das oficinas ou fábricas, estes enviariam um memorando à Inspetoria de Higiene Infantil do Departamento Nacional de Saúde Pública que, após comunicar o recebimento do mesmo, lançaria a notificação em um livro especial.

As empregadas ou operárias facultariam aos estabelecimentos o ensejo necessário ao cumprimento desse dever. Os estabelecimentos deveriam organizar caixas em favor das mães pobres, assim como das outras mães, para que estas pudessem cuidar de seus filhos. Deveriam existir creches ou salas de amamentação próximas à sede de trabalho para que a mãe pudesse amamentar duas ou três vezes ao dia em intervalos regulares.

O próximo decreto referente à maternidade é o nº. 21417 de 17 de Maio de 1932²²⁷. Nele mantinha-se o direito ao período de licença de quatro semanas, antes e depois do parto, sendo obrigada a empregada a notificar este período ao empregador, provando-o através do atestado médico. Caso a empregada não notificasse ao empregador este ficaria isento de responsabilidade. No caso de apresentado um atestado médico, a licença poderia ser estendida para seis semanas antes e após o parto.

A mulher que apresentasse uma gravidez de risco, após a apresentação do atestado médico, poderia romper com qualquer tipo de contrato de trabalho. Enquanto estivesse afastada de seu trabalho teria direito ao auxílio referente à média dos salários dos seis últimos meses de trabalho e poderia retornar ao seu cargo após este período.

²²⁶ Senado Federal. Online: disponível na internet via <http://www6.senado.gov.br/sicon>. 10/02/2008

²²⁷ Senado Federal, Op.cit.

Em caso de aborto teria direito a duas semanas de repouso e receberia o mesmo auxílio podendo também retornar ao seu cargo após a licença. Caso ficasse comprovado o aborto criminoso ela perderia o auxílio.

Durante o período de amamentação, a mulher teria direito a dois descansos diários de meia hora durante os seis primeiros meses que se seguiriam ao parto.

Nos estabelecimentos em que trabalhassem pelo menos trinta mulheres maiores de 16 anos, este deveria possuir um local onde fosse permitido guardar sob vigilância e assistência seus filhos em período de amamentação.

A mulher não poderia ser despedida pelo fato de estar grávida e receberia auxílio pelas Caixas de Seguro Social na falta desta pelo empregador. Acarretaria em multa caso os dispositivos não fossem cumpridos.

Na Constituição de 1934²²⁸, no artigo 121, inciso H, ficava assegurada a assistência médica à gestante, além do descanso de trinta dias antes e após o parto, sem prejuízo de salário ou do emprego, além da instituição da previdência.

Ficava mantida na Constituição de 1937²²⁹, no artigo 137, incisos L e M, a assistência médica, o descanso antes e após o parto, sem prejuízo de salário e emprego além do seguro que a mãe tinha direito.

Com a consolidação das leis trabalhistas pelo Decreto Lei 5452²³⁰ de 01 de Maio de 1943, através dos artigos 389 a 400, permaneciam assegurados os direitos da gestante.

O empregador não poderia rescindir o contrato pelo fato da empregada estar grávida ou por ter contraído matrimônio. Mantinha-se o descanso de trinta dias antes e após o parto, que poderia ser estendido em duas semanas anteriores e posteriores mediante atestado médico que comprovasse uma gestação de risco, podendo a mulher retornar ao trabalho após este período. Permanecia também o cálculo do auxílio baseado na média dos seis últimos meses de trabalho. Em caso de aborto a gestante teria direito a duas semanas de repouso e ao auxílio. E caso ficasse comprovado o aborto criminoso, estas perderiam o auxílio.

As mães teriam direito a dois descansos diários de 30 minutos para amamentação em um local adequado; e em vilas operárias deveriam ser construídas creches que atendessem às empregadas.

²²⁸ Idem.

²²⁹ Ibidem.

²³⁰ Ibidem.

Seguem assegurados estes direitos na Constituição de 1946²³¹, no artigo 157, incisos X e XV.

Quando as leis tratavam da maternidade, considerada dever sagrado da mulher, a discussão era quase nula. Tratava-se de um direito assegurado e principalmente necessário para o desenvolvimento da sociedade. Como nos diz a autora Maria Valéria Junho Pena:

“Se das mulheres se espera que cumpram a função social de reproduzir a força de trabalho, de forma a continuamente alimentar de trabalho os campos, fábricas e escritórios, as crianças são a própria força de trabalho futura da sociedade. A maternidade constitui o tema constante das propostas que visam à mulher: seu acesso ao trabalho é restrito em nome de sua fecundidade e do direito de sua prole à vida, e aos cuidados maternos: a lei, protegendo a mulher, constituía trabalhadores para o futuro e garantia serviços domésticos não pagos”²³².

Luiza teve sua primeira filha, Neuza, em 1938, um ano após seu casamento. Mesmo assim não parou de trabalhar, na Companhia Anglo Brasileira de Juta, deixando a filha aos cuidados da sogra, da mãe e da irmã. Suas férias eram no final do ano e a filha nascera em outubro, mas Luiza não queria deixar de amamentar. Para tanto, contava com a ajuda da irmã Leonilde, que levava a criança na fábrica com esse fim:

“A Nilde (Leonilde) buscava a Neuza de manhã na casa da minha sogra. Minha mãe morava na Rua Juruá²³³, perto da fábrica. (a criança) Ficava até as cinco horas da tarde na casa da minha mãe, que eu pensava assim ‘Coitada (da criança), vou ter que dar mamadeira? Ela nasceu em outubro (e) por causa de uns meses tenho que tirar o peito dela?’ Então ela ia mamar (no peito). Minha irmã falava ‘Eu não vou mais lá buscar ela (a criança), aquela velha me olha com cara feia.’ Ela (a sogra) tinha aquela cara sempre amarrada, parecia que sempre estava brava e a Nilde sempre dizia ‘Não quero, ela me olha com cara feia, não vou mais lá.’ E minha mãe dizia ‘Vai, vai por causa da tua irmã, tem pena dela’, coitada, minha mãe. Depois que eu amamentava, a Neuza ficava na

²³¹ Ibidem.

²³² PENA. M. V. J, Op.cit., p. 153.

²³³ Ver anexo 1, mapa 1.

casa da minha mãe, às cinco horas eu pegava ela”. (Entrevista à autora: 23/06/2004).

A Companhia Anglo Brasileira de Juta contava com uma sala para que as funcionárias pudessem amamentar as crianças, como lembra Luiza:

“Saía, assim, fora da fábrica, passava até a oficina mecânica que ficava do lado, depois da oficina tinha uma sala bem arrumada onde a gente ia amamentar as crianças. Mas as crianças não ficavam lá, era só para amamentar”. (Entrevista à autora: 23/06/2004).

A segunda filha de Luiza, Ignez, nasceu em 1944. Com duas filhas, uma de seis anos e outra recém-nascida, já não era possível conciliar o trabalho doméstico e de criação das filhas com o da fábrica. E então, após quinze anos na mesma fábrica, Luiza deixa seu posto.

Luiza teve outro filho, João, que nasceu em 1948. Yolanda teve cinco filhos: Maria, em 1946, Salvador, 1949, Sidney, 1956, Sílvio, 1960 e Orlando Júnior, 1964. Yolanda deixou a fábrica Mariângela em 1946, ao ter sua primeira filha. Mas ela conta como uma de suas irmãs amamentou enquanto operária:

“Nunca soube que tivesse um local pra amamentar na Maria Ângela. Agora no Cotonificio Adelina tinha, porque uma das minhas irmãs estava trabalhando, e a gente levava o primeiro filho dela, ele se chama Dorival. A gente chamava ele de Gigio que era o nome do goleiro do Palmeiras. A gente o levava e fazíamos aquela folia com ele. Então íamos até a salinha, ela dava de mamar. Até a hora de ela sair da fábrica fazia diferença e ele começava a chorar, ele só mamava no peito”. (Entrevista à autora: 19/08/2006).

Maria teve três filhos, a primeira uma menina que faleceu prematuramente. Em seguida José Cláudio em 1948 e Rosária, 1952. A mãe de Maria cuidou de José Cláudio por um tempo enquanto a filha ainda trabalhava na fábrica, mas logo depois Maria deixou a Mariângela.

Mesmo que as fábricas atendessem às exigências da legislação referente à maternidade, essa estrutura não permitia que as mulheres continuassem trabalhando; a

menos que, como Luiza e Maria, deixassem os filhos aos cuidados de parentes. Porém, como pudemos observar, em determinado momento relegar a responsabilidade maior de uma mulher era condenável.

A educação das crianças e a formação de seu caráter dependiam delas. Esta era a sua real função, como diz Margareth Rago:

“A casa é considerada como o lugar privilegiado onde se forma o caráter das crianças, onde se adquirem os traços que definirão a conduta da nova força de trabalho do país. Daí a enorme responsabilidade moral atribuída à mulher para o engrandecimento da nação”²³⁴.

As mulheres eram responsáveis não só pela educação das crianças, também pela saúde física e pelo bem estar das mesmas, discurso proferido e difundido pela puericultura²³⁵.

A puericultura chega ao Brasil em 1890 trazida da França pelo médico Moncorvo Filho; e sempre esteve presente, seja incorporada às leis ou divulgada em revistas e jornais.

“Na década de 30, será conferida ainda maior importância à puericultura, reconhecida como fundamental para a construção de uma grande nação”²³⁶.

O jornal *O Trabalhador Têxtil – Órgão Oficial do Sindicato dos Operários em Fiação e Tecelagem de São Paulo*, divulga em sua página do departamento feminino os prêmios entregues às alunas do curso de puericultura:

²³⁴ RAGO, M, Op.cit. 1987, p. 80.

²³⁵ Arte de assegurar o perfeito desenvolvimento físico, mental e moral da criança, desde a gestação até a puberdade.

²³⁶ BONILHA, R.C. M. Luís e RIVORÊDO, R.S.F. Carlos. “Puericultura: duas concepções distintas” IN: *Jornal da Pediatria*, vol. 81, nº. 1, 2005, p. 9. Disponível na internet via: <http://www.scielo.br/pdf/jped/v81n1/v81n1a04.pdf>. 11/02/2008.

“(…) A seguir fez uso da palavra à companheira Sebastiana Monteiro que esclareceu o quanto é útil a freqüência às aulas de puericultura para as associadas deste sindicato mostrando às mesmas que não é só divertindo-se nos cinemas que se aprende a ser boas donas de casas”.

(*O Trabalhador Têxtil*, Ano II, Novembro e Dezembro de 1939, nº. 13, p. 5)

Na mesma página o jornal comemora o aniversário de um ano do Departamento Feminino do sindicato:

“(…) Em 26 de março deste ano, 17 moças freqüentaram as aulas de puericultura da Escola de Educação Doméstica da Rua Alexandre Levy, 78. A palavra puericultura quer dizer: modo certo de tratar, de cuidar, de dirigir às crianças.

Às quintas-feiras, às 7.30 da noite, e aos domingos às 10 horas da manhã, realizam-se neste sindicato, para jovens operárias, Círculos de Estudos que são dirigidos por Dna. Beatriz Cintra.

Já discutimos os seguintes assuntos: o valor do trabalho, o perigo da tuberculose, o valor da saúde, higiene e justiça.

(…)

Freqüentemos os Círculos de Estudos com atenção e interesse, e havemos de pôr em prática o que aprendemos para sermos membros úteis na família, no trabalho, e em toda a sociedade.

Sebastiana Monteiro

(*O Trabalhador Têxtil*, Ano II, novembro e dezembro de 1939, nº. 13, p. 5)

Chama-nos a atenção o fato de os cursos do sindicato destinados às mulheres versarem sobre maternidade, saúde; e não sobre temas profissionais, que proporcionassem uma formação digna para as operárias, como diz Rago:

“O movimento operário, por sua vez, liderado por homens, embora a classe operária do começo do século fosse constituída em grande parte por mulheres e crianças, atuou no sentido de fortalecer a intenção disciplinadora de deslocamento da mulher da esfera pública do trabalho e da vida social para o

esforço privado do lar. Ao reproduzir a exigência burguesa de que a mulher operária correspondesse ao novo ideal feminino de mãe, ‘vigilante do lar’”²³⁷.

A puericultura também estava na página dedicada à mulher do jornal *A Platéia*, em seção com o mesmo nome desta ciência. *Puericultura* apresentava cuidados e ensinamentos para mães, conselhos sobre alimentação, higiene, cuidados com o recém-nascido, entre outros temas. A seguir, artigo sobre amamentação natural e artificial:

“(…) Também é admissível (a alimentação artificial) em casos excepcionais como tuberculose, epilepsia, diabete, que impedem a mãe de cumprir o seu sagrado dever. A mortalidade infantil é muito menor nas crianças de alimentação natural do que nas de artificial”.

(Jornal *A Platéia* - Mulher, A sua Página, 23/11/1940, p.05)

Aqui cabe uma digressão: como as mães vítimas de alguns dos problemas listados na matéria, ou outros, que a impedissem de cumprir seu “sagrado dever” se sentiriam? Outros conselhos também eram divulgados nesta mesma coluna:

“(…)

Beije o seu filho o menos possível e não consinta que pessoas estranhas o beijem. Muitas doenças contagiosas são transmitidas diretamente pelo beijo.

(…)

Não deixe também que seu filho use chupeta, copos, brinquedos ou quaisquer objetos usados por outra criança, pois esses objetos poderão do mesmo modo transmitir enfermidades”.

(Jornal *A Platéia* - Mulher, A sua Página, 16/11/1940, p.05)

Ser mãe, esposa, filha, irmã, operária, religiosa e exercer todas essas funções com competência e vigilância, para que a rigidez das regras transmitidas por gerações nunca fossem quebradas. E como diz Maria Valéria Junho Pena: *A atividade legítima*

²³⁷ RAGO, M, Op.cit. 1987, p. 63.

*para as mulheres era dar nascimento às crianças, educar os/as filhos/as, executar o trabalho doméstico*²³⁸.

Acrescentaria a esse rol de atividades trabalhar fora de casa durante um período que lhe fosse permitido e deixar este trabalho quando sua função maior a chamasse.

Somente após o nascimento dos filhos e o crescimento das famílias é que Luiza e Yolanda mudaram-se para residências próprias. Os filhos de Luiza tinham treze, sete e três anos, e a casa da sogra já não comportava mais a família numerosa, como lembra Luiza:

“Depois que eu mudei da casa da minha sogra, fui morar com a minha irmã Elvira. Parecia que eu tinha casado aqueles dias. Meu marido não gostou muito, mas tínhamos que ir porque a outra casa era muito pequena. Dei graças a Deus. Morei quatorze anos com ela (a sogra). Eu fui morar na Rua Pascoal Malatesta²³⁹. O marido da minha irmã, o João, construiu num terreno algumas casinhas. Tinha aquela casinha boa no fundo, fui morar lá”. (Entrevista à autora: 23/06/2004).

Yolanda conta sobre a mesma experiência:

“Quando saí dali fui morar na Vila Esperança. Já tinha as crianças, é morava lá. Saí de lá fui morar na Rua José de Alencar²⁴⁰, onde era a estação dos bondes. Era uma vila de quatorze famílias. Mas olha... Uma harmonia que vou te contar, maravilhoso! Uma ajudava a outra, quando uma estava doente tomávamos conta das crianças (da doente). ‘Psiu, deixa com a gente’! Porque algumas crianças iam para a escola e precisávamos levar. Dava comida, tudo. Quatorze famílias, mas a gente se dava que nem irmã. A gente lavava o banheiro, era uma semana cada uma. Nós mesmas que lavávamos o banheiro”. (Entrevista à autora: 19/08/2006).

Nas duas falas percebemos o alívio das depoentes por se livrarem do mando da sogra e efetivamente se tornarem donas de suas casas. Yolanda também nos contou

²³⁸ PENA, M. V. J, Op.cit., p. 158.

²³⁹ Ver anexo 1, mapa 1.

²⁴⁰ Ver anexo 1, mapa 3.

sobre a tristeza e as dificuldades com que teve que lidar sozinha por conta da morte de seu marido:

“Eu fiquei vinte e quatro anos com o Orlando, ele faleceu com quarenta e nove anos e eu fiquei com quarenta e seis anos viúva. Só aí, com a graça de Deus, devo a Ele; porque tanto da minha família e da dele nunca vieram em casa e falaram ‘Estão precisando de alguma coisa para dar pros teus filhos?’ A Maria, minha filha mais velha, foi trabalhar com treze anos, o Salvador foi com onze. Todos começaram a trabalhar. Depois foi o Sidney, ele estudava de manhã e de tarde (trabalhava), porque era criança, não ia estudar a noite. Quando eles completaram quatorze anos faziam eles estudarem a noite e trabalhar de dia. Isso devo a meus filhos, eles trabalharam. Mas ninguém, nem família do meu marido nem da minha nos ajudaram. Por isso eu tenho orgulho de Deus que me ajudou. Eu pedi para Deus, eu falei assim, ‘Por favor, Deus, o que que eu faço?’ O Júnior nem se lembra do pai, tinha seis anos (quando o pai morreu). E isso daí foi a minha vida”. (Entrevista à autora: 19/08/2006).

Realizamos através dos relatos de Yolanda, Luiza e Maria que o trabalho infantil, mesmo com as leis discutidas no capítulo I, não se dava conforme o estabelecido pela legislação. Diante do cenário de carestia dessas famílias, a grande maioria dos filhos passou a trabalhar com idades entre onze e quatorze anos, assim como suas mães.

Ou como na fala da personagem Otávia de *Parque Industrial* durante o jantar após receber em sua casa a amiga Corina, grávida e abandonada pelo pai da criança:

“- Coma! Você tem que sustentar o seu filho. Será mais um para trabalhar. Você precisa que ele seja forte!”²⁴¹.

²⁴¹ GALVÃO. P, Op.cit., p. 54.

3.4 A Evolução Feminina Nos Jornais *A Platéia* e *A Plebe*

As conquistas e progressos das mulheres conquistados não passaram ao largo da pauta de *A Platéia*. E alguns artigos acerca de emancipação feminina publicados pelo jornal causaram certo incomodo em algumas mulheres feministas da época. É o caso de *O Feminismo no Brasil*, que não só esclarece a posição do jornal a respeito do tema abordado, como também sobre a participação de mulheres em cargos públicos:

“O Brasil foi certamente o país onde a mulher encontrou as menores dificuldades para conseguir o que se convencionou chamar ‘feminismo’. Os brasileiros nasceram para fazer as vontades femininas e com um povo deste que prefere tudo a meia prosa com uma mulher, embora feia, fácil foi ao sexo invasor atingir ao máximo de sua aspiração: o mando político. Temos o recorde de velocidade em matéria de feminismo porque mal se falou em conceder o voto às mulheres, eis que já tivemos deputadas em quantidade, prefeitas e possivelmente teremos ‘presidentas’ e ‘ministras’ de Estado. Que podemos dizer da atuação da mulher nos cargos públicos? É cedo ainda? Qual foi, por exemplo, a atuação feminina no tempo da Constituinte? Parece-nos que não esteve muito brilhante nem foi intensa. Um discurso ou outro de mera retórica parlamentar, lido ainda, sem apartes, nem contraditas pelo mal sempre do brasileiro, que não tem coragem de abrir a boca senão para aplaudir desde que está tratando do sexo invasor”.

Fica clara a posição de desdém do redator com relação à participação da mulher na política é também clara a revolta quanto o aparente incentivo do governo brasileiro com suas “facilidades” à participação das mesmas. Vejamos como o autor deste artigo prossegue:

“No terreno da mera política em toda a acepção do velho termo que melhor substituímos por politicagem, aí, sim, o feminismo já deu boa amostra do que pode fazer e do que é capaz a escola da Sra. Bertha Lutz: uma maravilha! Mal tomou pé na questão e já estamos às voltas com fraudes, com raticões, com espertezas para derrotar o adversário e ter a parte melhor.

Temos a impressão de que o feminismo, na política, não traz em mira o assunto a debater, a questão a estudar, mas única e simplesmente o homem para vencer, para derrotar, para espezinhar. É a velha politicagem iniciada lá no Éden, quando Eva botou a perder o ingênuo Adão, verdadeiro exemplar de homem honesto e atrasado”.

A questão se transforma das possíveis e discutíveis “fraudes” praticadas pelo grupo de Bertha Lutz, o problema agora é a “lábria” feminina que mais uma vez pôs a perder o “ingênuo Adão” exemplar de boa conduta. O redator prossegue:

“Dentro de pouco teremos aqui, no nosso parlamentozinho três eleitas e possivelmente uma quarta que entrará pelas vagas abertas do secretario paulista. Cinco mulheres juntas já dão o que pensar e não deixam de inspirar certo temor: se a profeta dona Bertha Lutz sozinha passou de pato a ganso com a maior facilidade, o que não poderão fazer suas colegas reunidas em grupo numeroso? Mas talvez não consigam nada porque a coisa mais difícil desse mundo é encontrar duas mulheres da mesma opinião principalmente em público. Baseados neste ponto alto da psicologia feminina podemos dar como certo que o grupo das deputadas há de ser o grupo mais desunido do mundo e desta forma, facilmente manobrável. Acham que não? Esperemos um dias”.

(Jornal *A Platéia* - 19/02/1935, p. 03).

Podemos notar o tom irônico que o redator adota ao falar da participação feminina, principalmente por empregar um discurso tecido com base em lugares comuns preconceituosos sobre o universo feminino: *é difícil encontrar duas mulheres com a mesma opinião, Eva botou a perder o ingênuo Adão*, etc. É clara e incisiva a indignação que a participação feminina em cargos públicos causa no redator do artigo – e possivelmente em boa parte do contingente masculino da época. Elas são o “sexo invasor”, estão adentrando em uma área onde até a pouco o homem reinava absoluto.

No dia 26 de fevereiro, pouco depois da publicação do artigo, o jornal recebe a carta de uma leitora, Aurélia Duarte, que se posiciona a respeito, principalmente sobre a atuação de Bertha Lutz:

“(…) E nós feministas que lhe conhecemos a integridade de caráter, não temos a menor dúvida em mantermos-nos a seu lado pela confiança que ela nos merece, Quaisquer manifestações em contrário são de todo prematuras, pois que indícios, como principio geral de Direito, não têm valor de fatos provados. E a ausência deste requisito implica ausência de responsabilidade.

Para finalizar: nenhum aglomerado humano pode subsistir prescindindo de normas legais que regulamentem as relações de individuo a individuo. Tanto quanto o Homem tem a Mulher interesse nessa regulamentação. Daí o principio de sua interferência na vida publica do país, não como ‘sexo invasor’ (o que ela repele com veemência) para não ter de cognominar então o sexo masculino de ‘sexo usurpador’, mas como membro de uma coletividade.

Ficar-lhe-ei imensamente agradecida ao acolhimento que a estas linhas dispensar”.

(Jornal *A Platéia* - 26/02/1935, p. 03).

Aurélia Duarte se utiliza do mesmo tom irônico do autor de *O Feminismo no Brasil* ao redigir sua réplica ao artigo. E é bastante incisiva ao colocar que, ao mesmo tempo em que o jornal classifica o sexo feminino como “sexo invasor”, as mulheres poderiam classificar o sexo masculino de “sexo usurpador”.

O tema do progresso feminino continua em pauta no jornal e, em 1940, a questão da participação de mulheres na política aparece em na reportagem, já apresentada, do líder fascista italiano Mussolini:

“(…) Em política acontece precisamente o mesmo; as mulheres que atuam nos parlamentos raramente são capazes de apreciar com a devida propriedade o alcance e os limites de uma lei, e procuram firmar sua posição e seu voto colocando-se do lado completamente oposto ao senso comum e a filosofia parlamentar.

(…)

Por isso mesmo no campo da política, as mulheres mudarão mil vezes de idéias durante a votação de lei e se inclinarão em favor de uma moção, simplesmente porque o homem que a defende e procura fazê-la vingar, tem o cabelo ondeado e uns olhos bonitos e também porque por diversas vezes foi gentil com elas.

(...)

As mulheres são intrusas, quando intervêm na legislação de um país. Meteram-se onde não deviam, e o sexo masculino cedeu-lhes o seu lugar, talvez por cortesia, quiçá por fraqueza, ou pelas duas coisas juntas.”

(Jornal *A Platéia* - Mulher, A sua Página, 05/10/1940, p. 05).

As falas são bem diretas: não se metam onde não foram chamadas, permaneçam em suas casas às voltas com seus fogões, criando seus filhos e de preferência caladas. Mas não se esqueçam da elegância e da vaidade na medida certa que toda mulher deve cultivar.

Um artigo do mesmo jornal, *O Império da Mulher Não É Só No Coração do Homem*, indica outros setores em que já se faz presente o trabalho feminino. No subtítulo há o seguinte texto:

“O elemento feminino vai, aos poucos, tomando o lugar do homem no comércio, no funcionalismo público e até mesmo na indústria – nem carinhos sobrarão para o sexo de Adão... Em São Paulo o belo sexo trabalha nos balcões, nos escritórios e nas fábricas”.

O repórter destaca que não deixa de ser uma agradável surpresa ser atendido por uma bela jovem *perfumada ao cidadão barbudo*. O artigo também traz à baila uma “vantagem” de se empregar mulheres “modernas” no comércio - pagarão um ordenado bem menor *usufruindo maior atenção e dedicação ao serviço*:

“A mulher moderna invadiu todos os setores das atividades até ontem apanágio do sexo forte. Mulher moderna não é mulher que procura emular o homem nos gestos e nas roupas não é o elemento que tenta se masculinizar. É a moça que enfrenta serenamente a situação e luta bravamente para se bastar a si própria. Mulher moderna é aquela que, relegando para um segundo plano a ‘eterna esperança’ de um marido, trata de vencer na vida, dedicando-se ao trabalho e sem perder a feminilidade que é todo o encanto feminino (...) Há também o traço predominante feminino: o espírito econômico e a maneira prática de se industrializar para conseguir o máximo do mínimo. Convém a um industrial, comerciante, atacadista ou varejista, ter muitas empregadas e poucos empregados.

Economizam grandemente sobre os ordenados e vivem mais tranqüilos pois que a mulher observa estritamente o horário e muito dificilmente descamba para a desonestidade traindo a confiança nela depositada, uma vez que conta com a vantagem de não possuir vícios que o homem adquire, como por exemplo o jogo.”

O artigo coloca ainda uma questão: *O Que Sobrará Para o Homem?*, introduzida através de um senhor que passando pela rua e atento ao teor da reportagem e que passa a questionar o repórter e por fim ele mesmo responde, o senhor, responde a sua pergunta num jocososo, e esta, finaliza o texto:

“(…) nós, os homens, ficaremos tomando conta das casas, lavaremos roupa, cozinharemos, prepararemos o almoço a ‘cara metade’, e nos industrializaremos para amamentarmos a prole!

- Irão deixar crescer os cachinhos?

- Quem sabe... O certo é que acabaremos usando as saias velhas das esposas...”

(Jornal *A Platéia* - Mulher, A sua Página, 27/11/1940, p. 05).

Uma pequena crônica publicada pelo jornal também mereceu nossa atenção. *Conclusão de Mulher* conta a história de um cônsul americano em viagem a Pequim na companhia de sua esposa. Em uma tarde são convidados para o chá por um mandarim da antiga corte. Este possui oito esposas que demonstram interesse e curiosidade pela mulher ocidental:

“Oh – Exclamou uma das chinesas – você pode andar e correr como um homem?

- Naturalmente

- Pode também montar a cavalo e nadar?

- Claro que sim!

- Então você deve ser tão forte como um homem.

- Eu sou.

-Você então não permitiria que um homem lhe batesse, ainda que fosse seu marido.

- Está claro.

As oito esposas do mandarim entreolharam-se com assombro. Por fim uma disse:

- Agora compreendemos porque os ocidentais não se casam com várias mulheres. Eles têm medo!”

(Jornal *A Platéia* - Mulher, A sua Página, 01/11/1940, p. 05).

A mensagem aqui, tecida quase em tom de fábula, aponta para uma evolução feminina que muito possivelmente levaria à masculinização das mulheres, que passariam a despertar medo nos homens em lugar de amor.

Uma colunista de *Mulher, a sua página* nos chamou a atenção: Ernestina Del Buono Trama, advogada e educadora. Ao lado de receitas e conselhos de moda, Ernestina publica com grande frequência artigos sobre evolução feminina. Mas apesar de suas idéias arejadas, não deixa de ser uma mulher de seu tempo, como mostra seu artigo intitulado, justamente, *Evolução Feminina*:

“Deus disse – ‘Tudo neste mundo há de evoluir’

Como vimos ele disse ‘tudo’ e, nesse tudo, inegavelmente, se acham incluídas as mulheres.

Se nos dermos ao trabalho de estudar as transformações pelas quais passou o sexo feminino e não levarmos em conta a ignorância que imperava nas épocas que se transcorreram, seria motivo de votarmos, nós, mulheres, um ódio mortal contra os homens, tais as ridículas condições em que nos colocaram.

‘Tudo há de evoluir’, disse o divino mestre!

De fato, tudo evoluiu, inclusive a mulher!

Pouco a pouco, a ‘companheira’ do homem foi reivindicando seus direitos até atingir a igualdade de condições dentro da sociedade em que vive e produz.

Somos razoáveis. A mulher deve fazer valer os seus direitos, porém nunca exceder, nunca ultrapassar a esfera que o próprio sexo delimitou, do contrário, razões teriam os homens de censurá-la, pois, sabemos que tudo é relativo e, dentro dessa relação estabelece-se a harmonia.

(...)

A evolução marcha ininterruptamente às transformações vão se sucedendo, elevando a mulher intelectual e moralmente, a ponto de serem suas atividades aproveitadas em todos os setores, nivelando-se ao homem.”

(Jornal *A Platéia* - Mulher, A sua Página, 19/10/1940, p. 05).

A mulher pode e deverá evoluir e, como aponta o artigo referido, já está evoluindo e não cessará sua evolução. Porém as mulheres devem ser cautelosas para que, nesse processo, a harmonia não seja rompida trazendo sofrimento por conta dos boicotes masculinos.

Em outro artigo encontramos mais escritos da mesma autora acerca dos direitos jurídicos femininos:

“(…)

Felizmente o progresso é um fenômeno que não se subordina á vontade do homem, e, assim sendo, traça limites a esta ou aquela esfera, a um ou a outro sexo, porque os direitos são iguais e sendo iguais devem ser igualmente reivindicados e cumpridos.

Atualmente a mulher desfruta uma belíssima posição e sua cooperação na sociedade é, inegavelmente, imprescindível.

Ela desenvolve sua atividade em todos os setores que a sua estrutura física lhe permite, razão pela qual é posto em relevo o seu papel entre os que mourejam pelo engrandecimento do país que, dia-a-dia, avança para a sua grandeza e para a felicidade de seus filhos.

(…)

As mulheres aí estão a produzirem, nessa agitadíssima metrópole bandeirante e em todas as demais unidades de nossa federação, as mais louváveis obras em benefício da família, da pátria, obedecendo à orientação do Estado Novo, criado em boa hora, pelo atual primeiro magistrado Dr. Getúlio Vargas, que não regateia esforço no sentido de elevar, numa eclosão admirável cada vez mais o nome do Brasil fazendo-o entrar na posse de si mesmo.”

(Jornal *A Platéia* - Mulher, A sua Página, 01/11/1940, p. 05).

Em outro artigo de Ernestina o divórcio é o tema:

“(…) O Casamento foi criado por Deus para multiplicar a espécie humana e eternizar neste orbe terráqueo o aumento de seus fiéis adoradores (...) Como se pode admitir que uma jovem, educada sob todos os princípios da severidade, uma vez atingida a idade casamenteira (...) seja coagida a deixar-se unir com outro ser com quem muitas vezes tem aversão pelo simples fato de satisfazer a vontade de seus progenitores? (...) Para que sejam evitadas essas inconveniências que surgem nas sociedades torna-se mister apelar para um meio que não seja o escândalo, o assassinato, e esse meio seria o divórcio, uma vez que a única maneira de resolver a questão é a eliminação de um dos cônjuges. Será o divórcio capaz de pôr termo as calamidades conjugais? Somos da opinião que ele viria sanear todos os males que se verificam nas sociedades civilizadas (...)”.

(Jornal *A Platéia* - Mulher, A sua Página, *Família – Casamento – Divórcio*, 14/12/1940, p. 07).

A justificativa para o divórcio apresentada pela autora não seria mais do que um modo civilizado de se proceder e acabar com crimes originados na defesa da honra masculina; ou pelo convívio forçado de um casal unido pelas formalidades e obrigações.

Na cultura brasileira contemporânea o divórcio tornou-se prerrogativa legal bastante incorporada - as resistências são poucas e isoladas. Porém, algumas décadas foram necessárias para que se tornasse comum a concepção de que se um casamento não funciona, a separação do casal é a melhor saída.

Vemos como no mesmo jornal diversas são as interpretações dadas no que diz respeito ao tema mulher, diversidade apontada por Michelle Perrot possível dentro da história de gênero:

“A história das mulheres e das relações entre os sexos coloca de maneira muito feliz a questão da permanência e da mudança, da modernidade e da ação, das rupturas e das continuidades, do invariante e da historicidade (...)”²⁴².

²⁴² PERROT, M, Op.cit., 2005, p. 25.

Na mesma época, *A Plebe* traz denúncias sobre o tratamento dispensado às mulheres, que incluía considerá-las meras fontes de reprodução, e a urgência de que o gênero feminino lutasse por seus direitos:

“(…) A igreja decretou a sua inferioridade estigmatizando-a como mãe, ao estabelecer a virgindade como estado superior por excelência, fazendo-a descer ao nível dos animais irracionais quando no conceito de Maçon, lhe negava a alma. Por três votos, a mulher não foi excluída do nível dos seres dotados de capacidade de raciocínio. Enquanto a liberdade não tomou conhecimento com o seu coração, a mulher era escrava por não ter consciência de seus direitos. Hoje, entretanto, num século tão luminoso que em todos os recantos da terra se canta o hino á civilização... o que é e onde está a liberdade da mulher? Como é considerada a mulher por aqueles que dão ares de sapientes e civilizados? Uma verdadeira máquina de reprodução da qual o homem injusto e egoísta se serve para satisfazer os seus apetites”.

(Jornal *A Plebe* – Nova Fase – *A Mulher e Sua Emancipação* - Ano III, nº. 93, p. 03).

Estigmatizada e inferiorizada, vejamos como a mulher era vista por esta sociedade:

“(…) Considerada o sexo fraco, caluniada, a quem se insulta pelo capricho e se avilta por passatempo, eis a conta em que é tida a mulher, esse anjo tutelar de nossas casas que, quando enobrecida pelo sentimento da maternidade, é a única que pode dar aos filhos uma verdadeira e sã educação, esse ser sublime, espelho de sacrifício e de abnegação que ama com mais ardor, sensibilidade e delicadeza do que o homem. Uma sociedade estúpida e desumana considera-a como um vivíssimo instrumento de prazer, como um objeto que se compra, negocia-se, cede-se, engana-se, rouba-se, utiliza-se, espanca-se, violenta-se...”.

(Jornal *A Plebe* – Nova Fase – *A Mulher e Sua Emancipação* – Ano III, nº. 93, p. 03).

Diante deste cenário, a educação e a informação eram os únicos meios pelos quais a mulher tomaria conhecimento sobre seus direitos. Infelizmente, como

verificamos no capítulo I, se o acesso das jovens operárias ao ensino básico era quase nulo, sua aflição a fontes de informação mais sofisticadas, que abordassem a emancipação feminina, era praticamente inexistente.

Outros temas femininos trazidos pelo mesmo jornal expõem a necessidade de livrar a mulher do estigma de reprodutora por excelência. O conceito de que o parceiro deve ser companheiro e não senhor absoluto também é discutido em suas páginas:

“(…) É tempo da mulher em geral mostrar que é dotada de critério e de dispensar a tutela masculina, sustentando-se a si própria, fazendo da união matrimonial não uma escravidão e sim em elo de confiança mútua, um elo espiritual. A concepção humana deve ser algo mais superior, alguma coisa mais elevada do que prazer animal que rebaixa em vez de elevar”.

(Jornal *A Plebe – A Mulher Perante a Lei* – 30/03/1935).

Cabe também ao homem a tarefa de evoluir no que diz respeito ao pensamento sobre a mulher:

“O homem precisa perder esse critério que faz da mulher uma fêmea e não um ser de inteligência, sacrário divino em que uma alma brotará.”

(Jornal *A Plebe – A Mulher Perante a Lei* – 30/03/1935)

A mulher, culpabilizada, também é chamada a assumir responsabilidades sobre sua posição e a lutar por seus direitos:

“E de quem é a culpa, no entanto da mulher ser tratada assim e dos homens serem como são? Da própria mulher, que esquecendo o seu papel de companheira do homem aceita submissa o papel de fêmea. Ela é que tem por seu próprio esforço de elevar-se até ao homem emancipando-se, como o homem da gleba soube emancipar-se, como os escravos souberam também.”

(Jornal *A Plebe – A Mulher Perante a Lei* – 30/03/1935).

Porém, a causa maior de sua atitude submissa é a repressão histórica a que é submetida pelo sexo oposto:

“Os homens que a classificam rebaixando-a são filhos de sua dor, foi ela que lhes ensinou as primeiras palavras, que lhes mereceu o primeiro sorriso e o primeiro amor. E são eles que mais tarde se arvoram em senhores, a julgá-la, classificando-a como coisa e não como ser humano, á revelia dela própria que incapaz de reagir, recolhe-se em seu sofrimento com a passividade do bruto.”
(Jornal *A Plebe* – Nova Fase – *A Mulher e Sua Emancipação* - Ano III, nº. 93, p. 03).

O alerta também é endereçado à Igreja:

“Li na *Ave Maria*, algures um artigo do padre Ascânio Brandão em que ele classifica a mulher casada de ‘trambolho’. Mulheres, si até padres, homens dotados de conhecimento e de amor divino, que pregam o amor ao próximo e pretendem ser os depositários da moral, ministros como dizem de Deus, nos classificam de trambolhos como seremos tratadas pelos que não sabem pelos que não ordenam. É tempo da mulher se redimir para que se faça respeitar como entidade racional”.
(Jornal *A Plebe* – Nova Fase – *A Mulher e Sua Emancipação* - Ano III, nº. 93, p. 03).

Em seu conjunto, os artigos que tratam da emancipação feminina de *A Plebe* encorajam o protagonismo feminino na luta por direitos. As mulheres são incentivadas a casar e formar família, sem, no entanto, assumir os rótulos construídos pela sociedade machista, que encara a mulher como ser irracional voltado primordialmente para a procriação da espécie humana:

“Enquanto as mulheres não defendem as mulheres, serão como até aqui consideradas seres fora da Lei dos Homens”.
(Jornal *A Plebe* – Nova Fase – *A Mulher e Sua Emancipação* - Ano III, nº. 93, p. 03).

Neste trabalho, escolhemos estudar a evolução feminina principalmente para demonstrar que no Brasil dos anos 30 e 40 o tema já era consideravelmente difundido - a ponto de constar como pauta frequente de veículos de massa.

Diversos campos de trabalho já contavam com quadros femininos e na indústria têxtil, caso de nossas entrevistadas, elas eram maioria.

Mesmo assim, ainda faltava serem reconhecidas como seres pensantes, com direitos e deveres. E entre os direitos, o de escolha e decisão sobre seu próprio destino – e se este incluiria, ou não, o matrimônio. E caso essa instituição estivesse fora de seus planos, poderem conviver socialmente sem ter que enfrentar a pecha de “solteirona” ou “leviana”, entre tantos outros fundados no preconceito.

Desde a década de 40, no Brasil e no mundo, muitas lutas femininas se passaram, e muitas ainda hoje precisam ser travadas. Luiza, Yolanda e Maria abriram o caminho para que suas filhas e netas tivessem educação, liberdade de escolha de optar pelo casamento ou não, de terem muitos filhos ou apenas um; e principalmente de contar com presença e autonomia social, opções que a sociedade das décadas de 30 e 40 permitiu a poucas mulheres.

É bem provável que nossas entrevistadas sequer realizem a importância que tiveram ao deixarem o círculo doméstico pelo trabalho nas fábricas; mesmo que movidas pela necessidade, durante um período de tempo encerrado pela maternidade, elas vivenciaram outras possibilidades que não as concedidas às mulheres pela sociedade de então.

Não participaram de greves, não se afiliaram a partidos políticos ou se rebelaram contra o modelo social que lhes foi imposto: tornaram-se mães, esposas, e donas de casa. Trabalharam, divertiram-se, casaram, criaram filhos. Viveram, enfim, com a força que as mulheres sempre demonstraram em todas as épocas de nossa História.

Considerações Finais

Através dos depoimentos de Luiza, Yolanda e Maria operárias têxteis nas décadas de 30 e 40 e no caso de Luiza, desde os oito anos de idade, adentramos em seus cotidianos junto a suas famílias, seus trabalhos e de suas intimidades.

Conhecemos suas casas, brincadeiras e seu lazer nos bairros operários do Pari e do Brás, foi como se adentrássemos em suas ruas e escutássemos os barulhos das fábricas, as diversas línguas que davam forma a este cotidiano tranquilo que nossas entrevistadas recordam com tanto carinho.

Fica claro também que quando tratamos da história dos bairros, mais especificamente do cotidiano dos bairros de São Paulo, ainda existe muita história por se fazer. É preciso desvendar o lazer, o comércio, as indústrias, todo um cotidiano que sem dúvida precisa vir à tona, é através dele que desvendaremos a formação da capital paulista.

Neste cotidiano presenciamos a dura realidade das famílias operárias, onde uma casa de dois cômodos deveria acomodar uma família de nove pessoas, como no caso de Yolanda e Maria, que tornavam aquela situação aparentemente caótica, num momento agradável, de brincadeiras e onde a família se fortalecia.

No período de nossa pesquisa a vida escolar, embora desejada, não era a palavra de ordem, mesmo porque a carestia, a qual, essas famílias estavam submetidas obrigavam suas filhas e filhos a iniciarem uma vida operária em tenra idade e constatamos como a legislação que deveria proteger o menor, brigava constantemente para que ele se mantivesse como trabalhador e não como criança, apoiada também no discurso dos industriais que encontravam no trabalho infantil a possibilidade de gerar mais lucro as suas fábricas.

Vimos também à importância que a indústria têxtil paulista adquiriu no cenário brasileiro e mundial, e como a participação dos proprietários desta indústria se deu muito além dos muros das fábricas.

A fundação do órgão de defesa dos industriais, o Centro de Industriais de Fiação e Tecelagem de São Paulo (CIFTSP), foi como uma pedra atirada no movimento operário. Esta pedra pode ser traduzida pela criação das listas dos “indesejáveis” que circulariam em todas as fábricas que fizessem parte deste órgão.

A atuação de seus membros também é notória, eles saem do ambiente fabril e adentram na política fazendo com que muito da legislação social, ao contrário do que seria o óbvio, atendesse as suas necessidades e não as dos trabalhadores.

Junte-se a este órgão o tema da racionalização difundido pelo Instituto de Racionalização do Trabalho (IDORT) que também, assim como os membros do CIFTSP, adentrariam nos poderes públicos, tendo seu discurso aplicado nas constituições brasileiras, a partir de 1934, e com o passar dos anos nas indústrias que deveriam se adequar a uma normatização que produziria um operário padrão, e para isso o ensino técnico seria a solução.

Dentro do cenário da indústria têxtil paulista entendemos porque o trabalho feminino era tão utilizado. Ao adentrarmos no Cotonifício Adelina, na Companhia Anglo Brasileira de Juta e na Fábrica Mariângela, conhecemos o cotidiano do trabalho, suas máquinas, suas metas e horários.

Não é preciso investigar muito o tema da industrialização brasileira para percebemos como são escassos os estudos sobre este tema principalmente quando ele se refere ao estudo da classe trabalhadora, seja na indústria têxtil ou em outros ramos da indústria brasileira.

As figuras dos contramestres, que sempre as acompanhavam, suas colegas de trabalho, as greves e o histórico da legislação trabalhista que mais uma vez, no discurso, pretendia defender o trabalhador, mas como vimos aumentou a terrível realidade da superexploração do trabalho. Por fim desvendamos um pouco da mítica que gira em torno da figura do Presidente Getúlio Vargas.

Participamos de seus namoros, casamentos e nascimentos de seus filhos e a saída da fábrica. Conhecemos as recomendações que uma senhorita e depois uma senhora de respeito deveria seguir e qual papel ela desempenharia nesta sociedade. Por fim através dos jornais *A Platéia* e *A Plebe*, ficamos sabendo das notícias difundidas sobre a evolução feminina que já se anunciava, mas levaria muitos anos para se concretizar.

Diante das histórias destas mulheres entendemos a submissão pela qual a mulher brasileira passou e passa até hoje, mas atentamos para o fato de que estas mulheres abriram caminhos, enfrentaram as dificuldades de uma vida operária e agora recebem seu lugar de direito na história, e esperamos que sejam três histórias das muitas que estarão por vir.

Referências Bibliográficas

Fontes

Jornais:

A Platéia (Pesquisado no Arquivo do Estado de São Paulo)

A Plebe (Pesquisado no Arquivo Edgard Leuenroth – UNICAMP)

O Trabalhador Têxtil (Pesquisado no Arquivo Edgard Leuenroth – UNICAMP)

Revistas:

Revista do IDORT (Pesquisada na Biblioteca Nadir Gouvêa Kfourri na PUCSP e no Arquivo Edgard Leuenroth – UNICAMP)

Entrevistas:

Entrevista à autora realizada com a Sra. Luiza Brancaccio dia 23 de Junho de 2004.

Entrevista à autora realizada com as Sras. Maria Lavallo Alegranze e Yolanda Helena Lavallo Blancacco dia 19 de Agosto de 2006 e 05 de Abril de 2008.

Livros:

CINTRA, Beatriz Barros de Ulhoa. *Acidentes do trabalho referentes ao operariado têxtil de s.paulo*. Escola de Serviço Social, 1940.

GALVÃO, Patrícia (Mara Lobo). *Parque industrial, s/d*.

MACHADO, António de Alcântara. *Brás, Bexiga e Barra Funda: Notícias de São Paulo*. São Paulo: IMESP/DAESP, 1982.

OLIVEIRA NETTO, José Ribeiro de. “Profilaxia das causas diretas de insalubridade das fábricas paulistas de fiar, tecer e tingir algodão. Comentários à situação das fábricas paulistas em face destas causas”, in: *Boletim da Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo*, São Paulo, nº 5, 1922, p. 183. In: RIBEIRO, Maria Alice Rosa. *Condições de trabalho na indústria têxtil paulista (1870-1930)*. São Paulo: Editora HUCITEC, 1988.

SIMONSEN, Roberto Cochrane. *Evolução industrial e outros estudos*. São Paulo: Editora Nacional e Editora da USP, 1973.

Sites

<http://www.dicionarioderuas.com.br>

<http://www6.senado.gov.br/sicon>

<http://www.fazendaguatapara.com.br>

<http://www.scielo.br/pdf/jped/v81n1/v81n1a04.pdf>. 11/02/2008

Constituições:

Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1934. Diário Oficial da União, 16 de Junho de 1934. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/sicon>

Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1937. Diário Oficial da União, 10 de Novembro de 1937. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/sicon>

Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1946. Diário Oficial da União, 19 de Abril de 1946. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/sicon>

Projetos De Leis:

Nº. 135 de 24/07/1917

Nº. 137 de 18/07/1917

Nº. 284

Nº. 265

Leis:

“Lei de Segurança Nacional de 04 de Abril de 1935”, in: CARONE, Edgard. *A Segunda República (1930-1937)*, São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1973, p. 58.

Nº. 185 de 14/01/1936

Nº. 5452 de 01/05/1943

Decretos

Nº. 3724 de 15/01/1919

Nº. 16300 de 31/12/1923

Nº. 4982 de 24/12/1925

Nº. 5083 de 01/12/1926

Nº. 19433 de 26/11/1930

Nº. 19770 de 19/03/1931

Nº. 22042 de 03/11/1932

Nº. 21364 de 04/05/1932

Nº. 21417 de 17/05/1932

Nº. 23768 de 18/01/1934

Decretos Lei

Nº. 399 de 30/04/1938

Nº. 499 de 16/06/1938

Nº. 2162 de 01/05/1940

Nº. 2548 de 31/08/1940

Nº. 3616 de 13/09/1941

Nº. 5452 de 01/05/1943

Nº. 5977 de 10/11/1943

Nº. 7085 de 27/11/1944

Obras

ANTONACCI, Maria Antonieta Martines. *A vitória da razão: o instituto de organização racional do trabalho de 1931 a 1945*, tese de doutorado, USP, 1985.

ANTUNES, Ricardo. *Classe Operária, Sindicatos e Partido no Brasil: Um Estudo sobre a Consciência de Classe, da Revolução de 30 até a Aliança Nacional Libertadora*. São Paulo: Cortez, 1982.

BARROS, José Roberto Mendonça de. e GRAHAM, Douglas H. “A recuperação econômica e a desconcentração de mercado da indústria têxtil paulista durante a Grande Depressão: 1928/37”. , in: Pesquisa e Planejamento Econômico, Nº 1, V.11, Rio de Janeiro, 1981.

BLAY, Eva Alterman. *Trabalho domesticado: a mulher na indústria paulista*. São Paulo: Ática, 1978.

_____. *Eu não tenho onde morar: vilas operárias na cidade de São Paulo*. São Paulo: Nobel, 1985.

BONILHA, R.C. M. Luís e RIVORÊDO, R.S.F. Carlos. “Puericultura: duas concepções distintas” IN: *Jornal da Pediatria*, vol. 81, nº. 1, 2005. Disponível na internet via: <http://www.scielo.br/pdf/jped/v81n1/v81n1a04.pdf>. 11/02/2008.

BORGES, Vavy Pacheco. *Álbum memórias de uma avó*. São Paulo: Ateliê, 1999.

_____. *Getúlio Vargas e a oligarquia paulista história de uma esperança e de muitos desenganos através dos jornais da oligarquia: 1926-1932*. São Paulo: Brasiliense, 1979.

COSTA, Emília Viotti da. *Coroas de glória, lágrimas de sangue*. São Paulo: CIA das Letras, 1998.

COSTA, Mônica Hallack M. Da. “A Exteriorização da Vida Nos Manuscritos Econômico-Filosóficos de 1844”, in: *Ensaio Ad Hominem*, Nº 1, Tomo IV – Dossiê Marx, São Paulo: Estudos e Edições Ad Hominem, 2001.

COTRIM, Livia. “O capital atrofico: da via colonial à mundialização” IN *A miséria brasileira: 1964-1994 – do golpe militar à crise social*. Santo André: Ad Hominem, 2000.

DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo de. *A vida fora das fábricas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. *Indústria, trabalho e cotidiano: Brasil, 1880 a 1930*. São Paulo: Atual, 1991.

FERRARI, Terezinha. *Ensaio de classe: o centro dos Industriais de fiação e tecelagem de São Paulo (1919-1931) estudo sobre a organização do empresariado têxtil durante os anos vinte*, tese de mestrado, PUCSP, 1988.

FERREIRA, Marieta de Moraes (coord). *Entre-vistas: abordagens e usos da história oral*. Rio de Janeiro, Ed. Fundação Getúlio Vargas: 1998.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. *Vargas: o capitalismo em construção 1906-1954*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, sinais: morfologia e história*. Tradução Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GOMES, Ângela Maria de Castro. *Burguesia e trabalho: política e legislação social no Brasil, 1917-1937*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

GUNN, Philip e CORREIA, Telma de Barros. “A Industrialização Brasileira e a Dimensão Geográfica dos Estabelecimentos Industriais” In: *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais* – v.7, n.1, 2005 – : Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional; editor responsável Henri Acelrad : A Associação, 2005.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Tradução Lais Teles Benoir. São Paulo: Centauro, 2004.

HELLER, Agnes. *O Cotidiano e a História*. Tradução Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

- HOBBSBAWM, Eric J. *Os Trabalhadores: estudo sobre a história do operariado*. Tradução Marina Leão. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- KHOURY, Yara Aun. “Muitas memórias, outras histórias: cultura e o sujeito na história” in *Muitas memórias outras histórias*. Olho D’água: 2004.
- JÚNIOR, Caio Prado. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1959.
- MAGALHÃES, Valéria Barbosa. “Imigração: subjetividade e memória coletiva” IN: *Oralidade Revista de História Oral*. Ano I, nº 1, SP, JAN-JUN 2007.
- MANTOUX, Paul. *A revolução industrial no século XVIII: estudos sobre os primórdios da grande indústria moderna na Inglaterra*. Tradução Sônia Rangel. São Paulo: Hucitec, s/d.
- MARTINS, José de Souza. *Conde Matarazzo, o empresário e a empresa: estudo de sociologia do desenvolvimento*. São Paulo: Hucitec, 1974.
- MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Vol.1, Tomo I, Editora Abril, 1983 In: ANTUNES, Ricardo (org.). *A dialética do trabalho: escritos de Marx e Engels*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.
- _____. Tradução Regis Barbosa, Flavio R. Kothe. Vol. I Tomo II. São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- _____. “Carta a Paul Annenkow” In: FERNANDES, Florestan. (org.). *Marx e Engels: História nº. 36*. São Paulo: Ática, 1983.
- _____. *Manuscritos Econômico-Filosóficos*. Tradução T. D. Bottomore. Lisboa: Edições 70, LDA, 1989.
- MATOS, Maria Izilda Santos de. *Trama e Poder – a trajetória política em torno das indústrias de juta*. São Paulo: Sette Letras, 1996.
- MEHY, José Carlos Sebe Bom. “História oral: 10 itens para uma arqueologia conceitual” IN: *Oralidade Revista de História Oral*. Ano I, nº 1, SP, JAN-JUN 2007.

MELLO, João Manuel Cardoso de. *O capitalismo tardio: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1998.

MOURA, Esmeralda Blanco Bolsonaro de. “Crianças operárias na recém-industrializada São Paulo” In: PRIORE, Mary de. *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2007.

PENA, Maria Valéria Junho. *Mulheres e trabalhadoras: presença feminina na constituição do sistema fabril*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

PEREIRA, José Carlos. *Estrutura e expansão da indústria em São Paulo*. São Paulo: Editora Nacional, 1967.

PERROT, Michelle. *Os Excluídos da História – operários, mulheres e prisioneiros*. Tradução Denise Bottman. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

_____. *As mulheres ou os silêncios da história*. Tradução Viviane Ribeiro. São Paulo: EDUSC, 2005.

_____. *Minha história das mulheres*. Tradução Angela. M. S. Côrrea. São Paulo: Contexto, 2007.

PORTELLI, Alessandro. “Tentando Aprender Um Pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na História Oral” In: *Projeto História: revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo*. Tradução Elenice Mazzilli, Heloísa Velloso, Janice Mazzilli Louzada, Lea Amaral Tarcha, Lílian Dluhosch, Mônica Johson, Roberta Bami Summa e Sílvia Muncini. São Paulo, nº. 15, Abril/1997.

_____. “História Oral Como Gênero” In: *Projeto História: revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo*. Tradução Maria Therezinha Janine Ribeiro. São Paulo, nº 22, Junho/2001.

_____. “‘O momento da minha vida’: funções do tempo na história oral” IN: *Muitas memórias outras histórias*. Tradução Helen Hugues e Yara Aun Khoury. Olho D’água, 2004.

RIBEIRO, Maria Alice Rosa. *Condições de trabalho na indústria têxtil paulista (1870-1930)*. São Paulo: Editora HUCITEC, 1988.

RAGO, Margareth. *Do Cabaré ao Lar – a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890 – 1930*. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

_____. “Descobrir Historicamente o Gênero” In: *Cadernos Pagu* (11) 1998.

SAFFIOTTI, Heleieth Iara Bongiovani. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. Petrópolis: Vozes, 1979.

SOUZA, Célia Aparecida De. *A influência do IDORT na reconfiguração do bloco no poder durante o estado varguista entre 1931 e 1937*. São Paulo, PUCSP, Tese de Mestrado, 2006.

THOMPSON, E. P. *A Formação da Classe Operária Inglesa – v. II*. Tradução Denise Bottman, Renato Bussato Neto e Claudia Rocha de Almeida. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

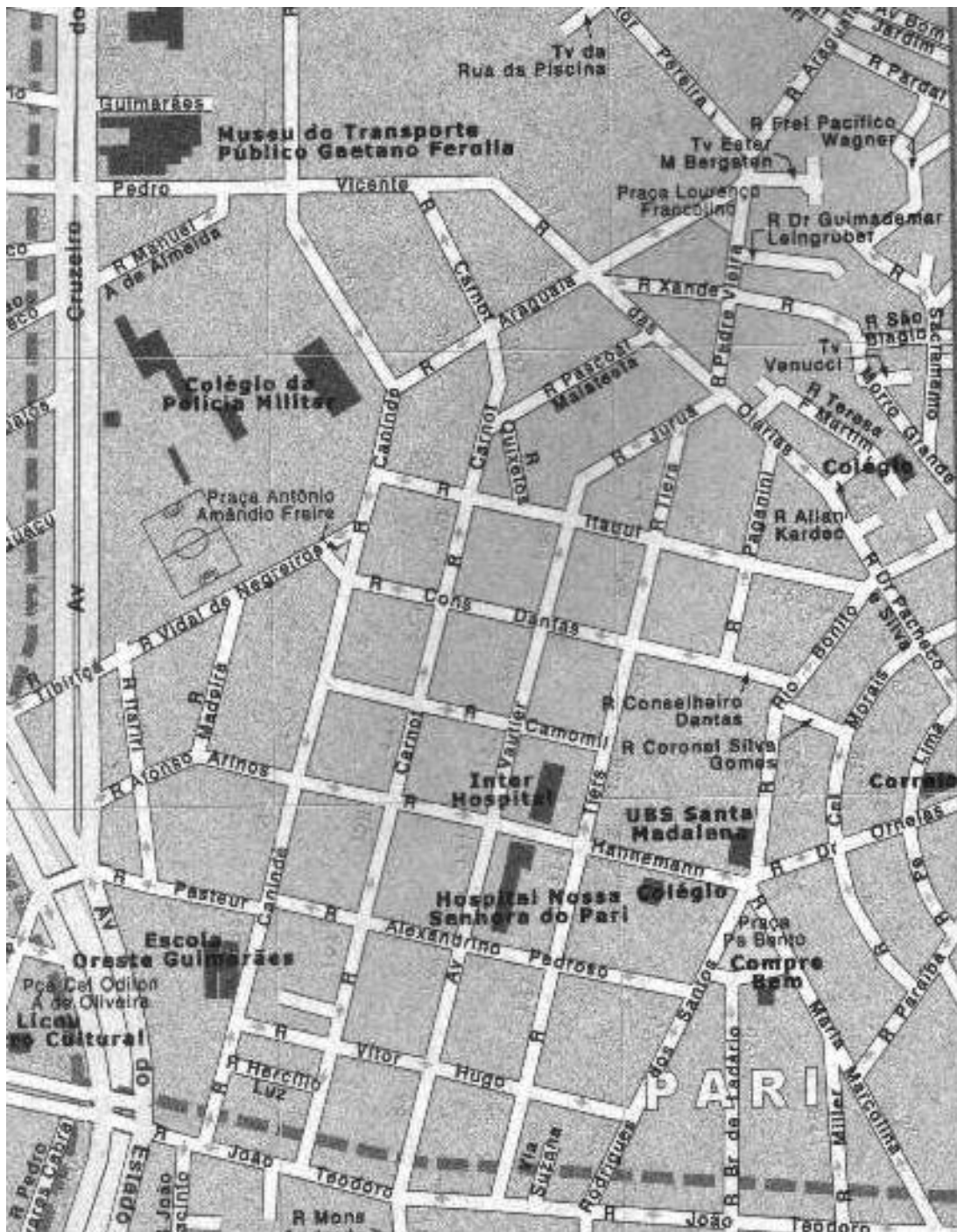
THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. Tradução Lolio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

THOMSON, Alistair. “Recompondo a memória: Questões sobre a relação entre História Oral e as memórias” In: *Projeto História: revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo*. São Paulo, nº. 15.

TRENTO, Angelo. “Miséria e esperanças: a imigração italiana para o Brasil: 1887-1902” In: ROIO, José Luiz Del org. *Trabalhadores no Brasil: imigração e industrialização*. Tradução Ivan Esperança Rocha. São Paulo: Ícone, 1990.

WEINSTEIN, Barbara. *(Re)formação da classe trabalhadora no Brasil, 1920-1964*. São Paulo: Cortez, 2000.

Anexo 1 – Mapas



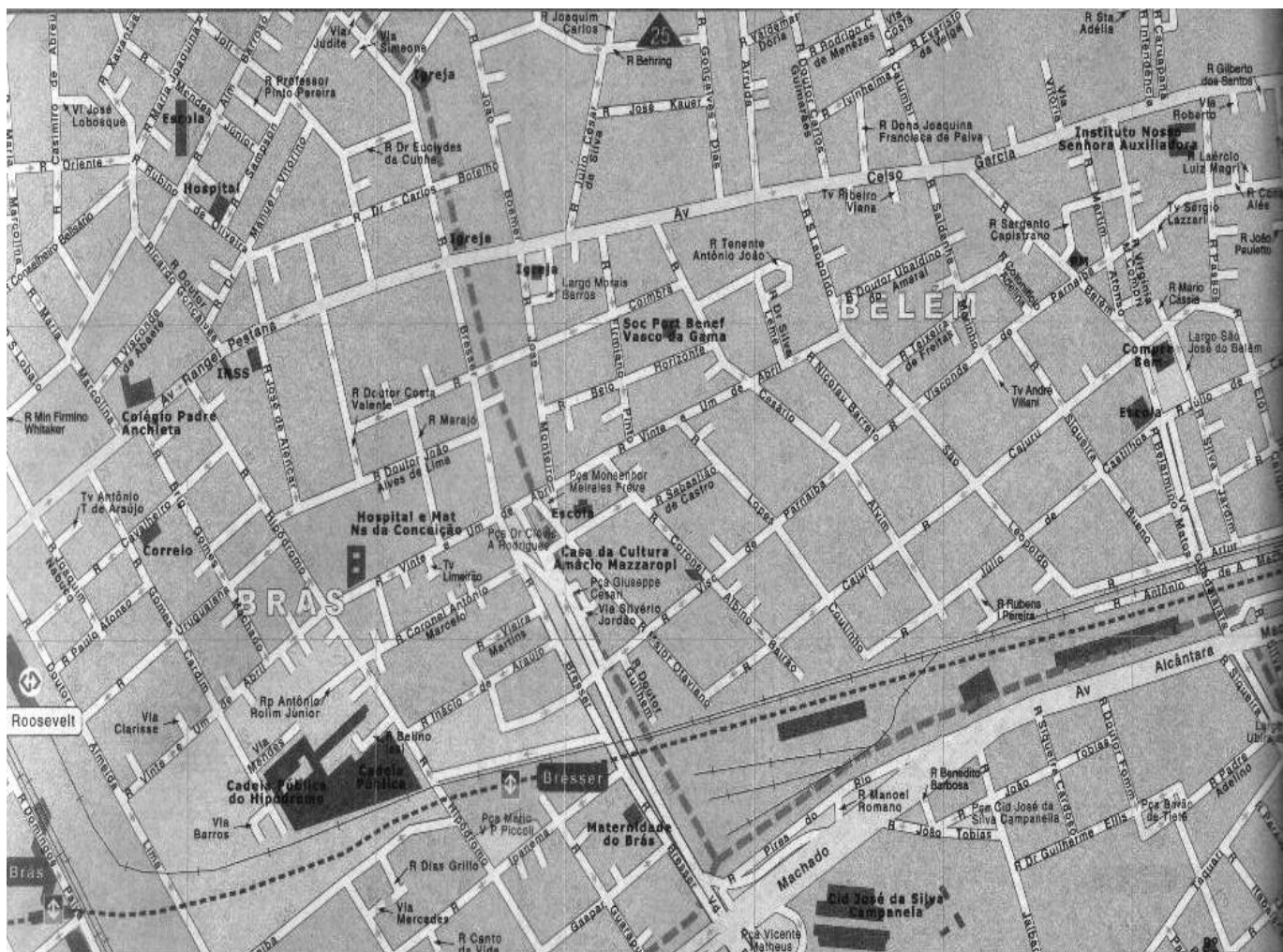
Mapa 1

Av. Vautier com R- Hanneman (CIA Anglo Brasileira de Juta)

R- Juruá (Residência da Família de Luiza)

R- Pascoal Malatesta (Residência de Luiza após o nascimento dos filhos)

R- João Teodoro (Cinema Rialto e Colombinho)



Mapa 3

Av. Celso Garcia (Cine Roxy)

Av. Rangel Pestana (Cinema Babylônia)

R- Lopes Coutinho (Residência da família de Yolanda e Maria)

R- Visconde de Parnaíba com R- Lopes Coutinho (Cotonifício Adelina)

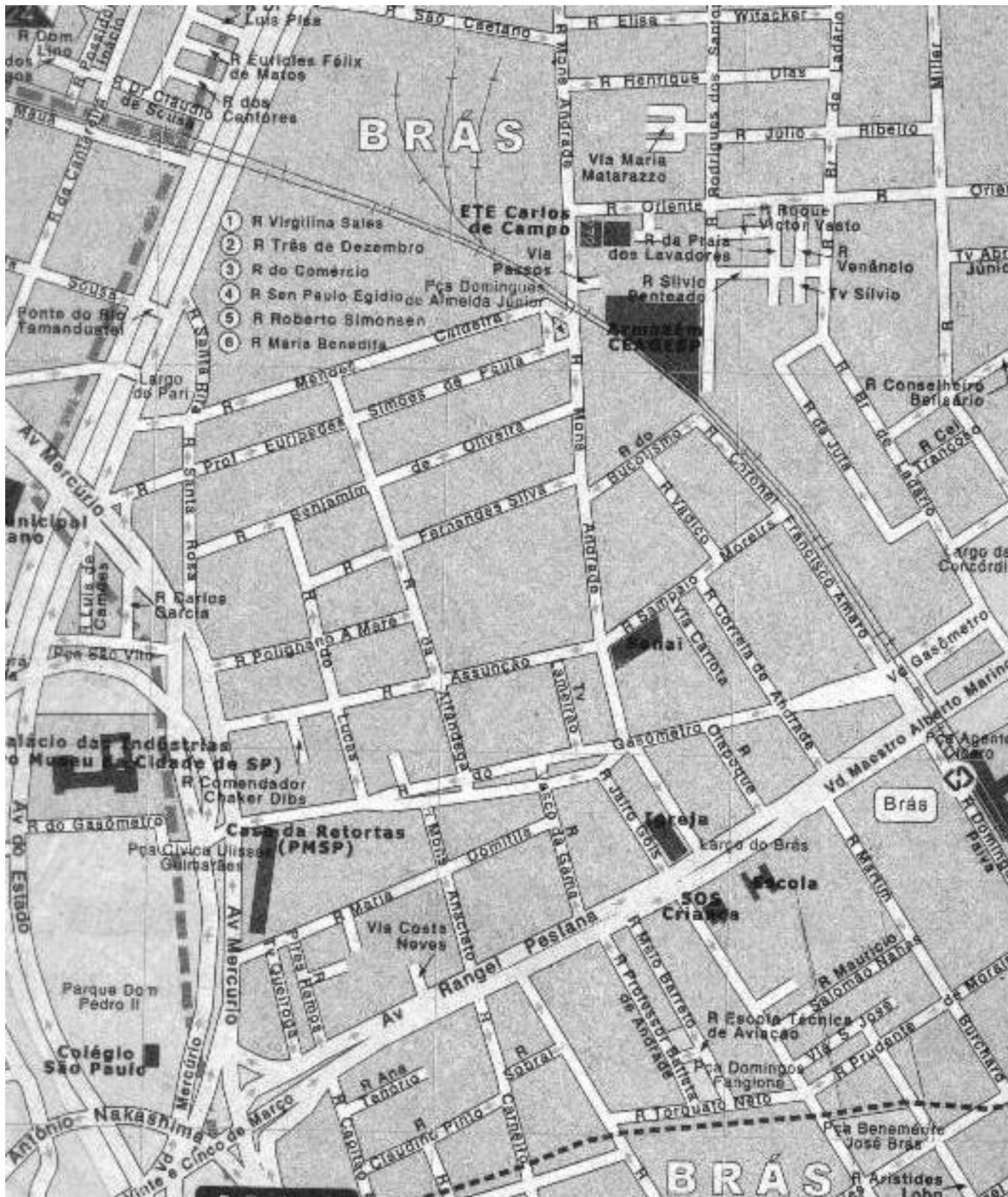
R- Firmiano Pinto (Tiro de Guerra)

R- Jolí (Tecelagem de Seda Ítalo Brasileira, Sobradinhos que Luiza pretendia comprar)

R- José de Alencar (Residência de Yolanda após o nascimento de seus filhos)

Largo São José do Belém (Cinema São José)

R- Vinte e Um de Abril (Residência de Maria após o casamento)



Mapa 4

R- Monsenhor de Andrade (Fábrica de Tecelagem Mariângela)

Largo da Concórdia (Salão Minas)

R- Santa Rosa (Mercado onde a Mãe de Yolanda e Maria fazia compras)

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)